



Universidade Federal Fluminense

XXIII Encontro Nacional de Economia Política

**Crise, austeridade e luta de classes:
o Brasil em um beco sem saída**

Niterói , 12 a 15.junho.2018

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23, 2018, NITERÓI – RJ, CADERNO DE RESUMOS... NITERÓI: SEP, 2018.

ISSN 2177-8345

Promoção e realização
Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)

APOIOS E PATROCÍNIOS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CORECON-RJ – Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

COFECON – Conselho Federal de Economia

**NIEP Marx – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o
Marxismo – UFF**

UFF – Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia da UFF

Instituto de Matemática e Estatística da UFF

Escola de Serviço Social da UFF

FENECO – Federação Nacional dos Estudantes de Economia

DCE – UFF – Diretório Central dos Estudantes da UFF

DAHJ – Diretório Acadêmico Hermann Junior – Economia UFF

CADERNO DE RESUMOS

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO

Professora Bianca Imbiriba Bonente (UFF, Comissão Organizadora Local)

Professor João Leonardo Medeiros (UFF, Diretor da SEP)

Conrado Krivochein (UFF, Comissão Organizadora Local)

CAPA

Francine Sakata/NK&F

Foto: Fábio Mariz Gonçalves, 2016

DIAGRAMAÇÃO

Felipe Neres e Caroline Ribeiro/NK&F

TIRAGEM

500 exemplares

O conteúdo dos textos é de exclusiva responsabilidade dos autores.



Universidade Federal Fluminense

XXIII Encontro Nacional de Economia Política

**Crise, austeridade e luta de classes:
o Brasil em um beco sem saída**

Niterói , 12 a 15.junho.2018



Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP

PRESIDENTE DE HONRA

Paul Singer

DIRETORIA 2016-2018

Marcelo Dias Carcanholo (UFF)

PRESIDENTE

Vanessa Petrelli Correa (UFU)

VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Ramón Garcia Fernandez (UFABC)

Márcio Paschoino Lupatini (UFVJM)

Pedro Rossi (Unicamp)

Frederico Jayme Katz (UFPE)

João Leonardo Gomes Medeiros (UFF)

Tiago Camarinha Lopes (UFG)

Maurício Sabadini (UFES)

Maurício Vaz Lobo Bittencourt (ANPEC)

Rubens Rogério Sawaya (ANGE)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA – SEP

Endereço: Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatã – Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n
BLOCO F – São Domingos – Niterói, RJ – CEP 24210-350

Contato:

Email: sep@sep.org.br

Site: www.sep.org.br e <https://pt-br.facebook.com/sociedadebrasileiradeeconomiapolitica>

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Marcelo Dias Carcanholo (UFF, Presidente da SEP)
Vanessa Petrelli Correa (UFU, Vice-presidente da SEP)
Frederico Jayme Katz (UFPE, Diretor da SEP)
Márcio Paschoino Lupatini (UFVJM, Diretor da SEP)
Tiago Camarinha Lopes (UFG, Diretor da SEP)

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL

João Leonardo Gomes Medeiros (UFF, Diretor da SEP)
Adriano Vilela (UFF/Campos)
Bianca Imbiriba Bonente (UFF)
Daniela Franco Cerqueira (UFF/Campos)
Eduardo Sá Barreto (UFJF)
Hugo Figueira de Souza Corrêa (UFF, Editor da Revista da SEP)
José Luiz Alcantara Filho (UFF/Volta Redonda)
Leonardo de Magalhães Leite (UFF/Campos)
Vanessa Teixeira (UFF/Campos)
Victor Leonardo de Araujo (UFF, Editor da Revista da SEP)
Bruno Martins Reis (Economia/Mestrado)
Conrado Krivocheim (Economia/Doutorado)
Edson Mendonça da Silva (Economia/Doutorado)
Filipe Leite Pinheiro (Economia/Doutorado)
Gabriel Oliveira (Economia/Graduação)
Giordanno Nader (Economia/Doutorado)
Igor Herval Castelhana (Economia/Graduação)
Jônatas da Silva Abreu Aarão (Economia/Mestrado)
Julia Borges da Costa (Economia/Graduação)
Juliana Brasileiro (Economia/Mestrado)
Leon Santiago Mendes Suhett (Economia/Doutorado)
Letícia Gusmão (Economia/Graduação)
Lucas Galvão de Mesquita (Economia/Doutorado)
Matheus Fernando M. Dias Sadde Martins (Economia/Mestrado)
Matheus Alves (Economia/Graduação)
Petrus Alves Freitas (Economia/Doutorado)
Rodrigo Siqueira Rodriguez (Economia/Doutorado)
Sofia Escobar (NIEP-Marx)
Vinícius Costa Brandão (Economia/Mestrado)

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Frederico Jayme Katz (UFPE, Diretor SEP)
Prof. Márcio Paschoino Lupatini (UFVJM, Diretor da SEP)
Prof. Tiago Camarinha Lopes (UFG, Diretor da SEP)

ÁREAS TEMÁTICAS E COMISSÕES CIENTÍFICAS

1. Metodologia e história do pensamento econômico

André Guimarães Augusto (UFF) e Grasiela Baruco (UFRRJ)

2. História econômica

Tiago Camarinha Lopes (UFG) e Mathias Seibel Luce (UFRGS)

3. Economia brasileira

Miguel Bruno (UERJ/ENCE) e Rosa Maria Marques (PUC-SP)

4. Teoria do valor, capitalismo e socialismo

Maurício Sabadini (UFES) e Márcio Lupatini (UFVJM)

5. Estados nacionais e políticas sociais: Economia Política do capitalismo contemporâneo

Marina Machado Gouvêa (UNILA) e Sara Granemann (UFRJ)

6. Dinheiro, finanças internacionais e crescimento

Vanessa Petrelli (UFU) e Pedro Rossi (Unicamp)

7. Capitalismo, espaço e meio ambiente

Javier Ghibaudi (UFF) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)

8. Trabalho, indústria e sociedade

Frederico Katz (UFPE) e Silvia Harumi Toyoshima (UFV)

9. Pôsteres

Rodrigo Delpupo Monfardini (UFF), Edson Mendonça da Silva (UFF) e Juliana Brasileiro (UFF)

SUMÁRIO

9	Apresentação
10	Programação Completa
13	Programação dos Minicursos
15	Panorama das Sessões
18	Programação das Sessões Ordinárias
30	Programação das Sessões de Comunicações
32	Programação da Sessão de Pôster
33	Resumos das Sessões Ordinárias
33	Área 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico
75	Área 2. História Econômica
87	Área 3. Economia Brasileira
113	Área 4. Teoria do Valor, Capitalismo e Socialismo
125	Área 5. Estados Nacionais e Políticas Sociais: economia política do capitalismo contemporâneo
149	Área 6. Dinheiro, Finanças Internacionais e Crescimento
167	Área 7. Capitalismo, Espaço e Meio Ambiente
179	Área 8. Trabalho, Indústria e Sociedade
193	Resumos das Sessões de Comunicações
218	Índice remissivo



APRESENTAÇÃO

Desde o último Encontro Nacional de Economia Política, o acirramento da luta de classes, não apenas na sociedade brasileira, mas também em escala mundial, explicitou-se crescentemente. As políticas de austeridade como forma de o capitalismo contemporâneo responder a sua própria crise têm seus efeitos sobre as classes menos favorecidas aprofundados. Hoje é nítido quais classes arcam com o peso do ajuste e da austeridade dos tempos atuais.

Os desdobramentos econômicos, sociais e políticos também são claros. Não é uma casualidade o recrudescimento do conservadorismo de lá para cá. Em 14 de março deste ano, Marielle Franco, vereadora, e Anderson Gomes, condutor do veículo que a transportava, foram assassinados. No dia 1º de maio último, desmoronou um prédio em São Paulo, próximo ao Largo do Paissandu. Tratava-se de um prédio da União, principal agente das políticas de austeridade, ocupado pela população sem-teto, membros daquela classe que mais sofre as consequências da austeridade. O simbolismo desta tragédia não se resume à data do acontecido, dia do trabalhador. A SEP tinha escolhido, meses antes, a imagem desse edifício para representar, no cartaz de seu evento anual, o tema que nos reúne este ano.

Neste XXIII Encontro Nacional de Economia Política, que se realizará nestes dias na Faculdade de Economia da UFF, discutiremos justamente o tema “Crise, Austeridade e Luta de Classes: o Brasil em um beco sem saída”. Nunca o pensamento crítico, característico da SEP, foi tão necessário!

O falecimento de figuras ilustres, como Theotonio dos Santos e Paul Singer, que sempre nos acompanharam nessas discussões, aumenta nossa responsabilidade. Não tememos. É justamente porque aprendemos com eles a pensar e agir de forma radicalmente crítica que encaramos essa responsabilidade como eles sempre foram, alegres e rigorosos. Não há forma melhor de homenageá-los.

Marcelo Dias Carcanholo

Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política

Niterói, 7 de maio de 2018

TERÇA-FEIRA, 12/06/2018

8h – 12h

Minicurso 1 – Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro

Local: Bloco F, sala 307

Minicurso 2 – Grupo de Trabalho Pensamento Marxista

Local: Bloco F, sala 308

Minicurso 3 – Grupo de Trabalho Economia e Território

Local: Bloco F, sala 305

Minicurso 4 – Grupo de Trabalho Dinheiro e Capital

Local: Bloco F, sala 306

13h – 17h30

Minicurso 5 – Grupo de Trabalho Teoria Marxista da Dependência

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

Minicurso 6 – Grupo de Trabalho Estado e Políticas Públicas

Local: Bloco F, sala 306

Minicurso 7 – Grupo de Trabalho Economia Política da Macroeconomia

Local: Bloco F, sala 307

Minicurso 8 – Grupo de Trabalho Economia Política da Amazônia

Local: Bloco F, sala 308

Minicurso 9 – Comissão Econômica para América Latina e Caribe – 70 anos

Local: Bloco G, Auditório, Térreo

18h – 20h | Painel Especial Homenagem a Theotonio dos Santos

Orlando Caputo (Chile - GT CLACSO)

Monica Bruckmann (UFRJ)

Nildo Ouriques (UFSC)

Coordenadora: Carla Cecilia Campos Ferreira (UFRJ)

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

QUARTA-FEIRA, 13/06/2018

9h – 12h | Reuniões dos Grupos de Trabalho:

GT – Teoria Marxista da Dependência

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

GT – HPE Brasileira

Local: Bloco G, Auditório, Térreo

GT – Estado e Políticas Públicas

Local: Bloco F, sala 308

GT – Economia Política da Macroeconomia

Local: Bloco E, sala 405

GT – Economia Política da Amazônia

Local: Bloco E, sala 207

GT – Economia e Território

Local: Bloco F, sala 305

GT – Pensamento Marxista

Local: Bloco F, sala 306

GT – Dinheiro e Capital

Local: Bloco F, sala 307

13h30 – 16h30 | Sessão Especial de Economia Política – Reinaldo Carcanholo:

Globalização, Imperialismo e a Crítica da Economia Política

Lucia Pradella (King's College London)

Coordenador: Paulo Nakatani (UFES)

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

17h – 18h | Abertura Oficial

Reitor da UFF

Presidente da SEP

Presidente da SEPLA

Secretário Executivo da ANPEC

Presidente da ANGE

Membro da Comissão Organizadora Local

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

18h – 20h30 | Painel I – Políticas de Austeridade

Michael Roberts

Coordenador: João Leonardo Medeiros (UFF)

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

21h – 23h | Coquetel

QUINTA-FEIRA, 14/06/2018

9h – 12h

Sessões ordinárias 1 – mesas 1 a 10

Sessão de comunicações 1 – mesa 1

13h – 16h

Sessões ordinárias 2 – mesas 11 – 20

Sessão de comunicações 2 – mesa 2

Apresentação de pôsteres

16h – 18h | Assembleia da SEP

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

18h30 – 21h30 | Painel II - Brasil Pós-Delivery: ortodoxia econômica e reformas

Victor Leonardo Araújo (UFF)

Leda Maria Paulani (USP)

Denise Lobato Gentil (UFRJ)

Coordenador: Marcelo Carcanholo (UFF)

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

18h30 – 21h30 | Painel especial SEP/CEPAL

Local: Bloco G, Auditório, Térreo

SEXTA-FEIRA, 15/06/2018

9h30 – 12h30

Sessões ordinárias 3 – mesas 21 – 30

Sessão de comunicações 3 – mesa 3

13h30 – 16h30

Sessões ordinárias 4 – mesas 31 – 40

Sessão de comunicações 4 – mesa 4

17h – 20h | Painel III: Crise do Capitalismo e Acirramento da Luta de Classes

Claudio Katz (Universidad de Buenos Aires)

Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Eduardo Costa Pinto (UFRJ)

Coordenadora: Vanessa Petrelli (UFU)

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

20h30 | Confraternização

Local: Restaurante Docas, Praça da Cantareira (na saída do Campus do Gragoatá)

PROGRAMAÇÃO DOS MINICURSOS

TERÇA-FEIRA, 12/06/2018

8h – 12h

Minicurso 1 – Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro

Tema: História do Pensamento Marxista no Brasil: repressão e resistência

Professores: Maria Malta (UFRJ); Pablo Bielschowsky (UFRJ); Jaime León (UFRJ)

Local: Bloco F, sala 307

Minicurso 2 – Grupo de Trabalho Pensamento Marxista

Tema: Economia Política, pensamento crítico e educação

Professores: Katya Lacerda Fernandes (UFT); Gentil Corazza (UFRGS)

Local: Bloco F, sala 308

Minicurso 3 – Grupo de Trabalho Economia e Território

Tema: O território do Estado Nação no sistema financeiro internacional

Professora: Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli (UFMA)

Local: Bloco F, sala 305

Minicurso 4 – Grupo de Trabalho Dinheiro e Capital

Tema: Dinheiro e capital fictício: à luz do processo global de reprodução do capital

Professores: Adriano Lopes Teixeira (UFES); Gustavo M. de C. Mello (UFES)

Local: Bloco F, sala 306

13h30 – 17h30

Minicurso 5 – Grupo de Trabalho Teoria Marxista da Dependência

Tema: Estado, capitalismo dependente e luta de classes

Professores: Maíra Machado Bichir (UNILA); Raphael Lana Seabra (UnB)

Local: Bloco F, Auditório, Térreo

Minicurso 6 – Grupo de Trabalho Estado e Políticas Públicas

Tema: Fundo público e os impactos atuais da lógica que o preside nas políticas sociais

Professora: Elaine Behring (UERJ)

Local: Bloco F, sala 306

Minicurso 7 – Grupo de Trabalho Economia Política da Macroeconomia

O GT não divulgou o tema e os professores responsáveis pela atividade

Local: Bloco F, sala 307

Minicurso 8 – Grupo de Trabalho Economia Política da Amazônia

O GT não divulgou o tema e os professores responsáveis pela atividade

Local: Bloco F, sala 308

Minicurso 9 – Comissão Econômica para América Latina e Caribe – 70 anos

Tema: Desenvolvimento periférico da América Latina no início do século XXI

Professor: Marcos Vinicius Chiliatto

Local: Bloco G, Auditório, Térreo

PANORAMA DAS SESSÕES

QUINTA-FEIRA, 14/06/2018

9h – 12h

SESSÃO ORDINÁRIA 1 – MESAS 1 A 10

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 1 – Mesa 1

Mesa 1 - Pensamento econômico latino-americano

Local: Bloco F - sala 303

Mesa 2 - Crítica da Economia Política

Local: Bloco F - sala 304

Mesa 3 - Temas de história econômica do Brasil

Local: Bloco F - sala 305

Mesa 4 - Sobre o Sistema Tributário Brasileiro

Local: Bloco F - sala 306

Mesa 5 - Estado e desenvolvimento

Local: Bloco F - sala 307

Mesa 6 - Dinheiro, relações mercantis, Estado e classes sociais

Local: Bloco F - sala 308

Mesa 7 - Economia política internacional (Estados Unidos e China)

Local: Bloco E - sala 201

Mesa 8 - Impactos da financeirização

Local: Bloco E - sala 203

Mesa 9 - China e o banco dos BRICS

Local: Bloco E - sala 205

Mesa 10 - Consequências desumanas da produção capitalista

Local: Bloco E - sala 207

Sessão de comunicações 1 - Mesa 1

Local: Bloco E - sala 405

13h – 16h

SESSÃO ORDINÁRIA 2 – MESAS 11 A 20

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 2 – Mesa 2

SESSÃO DE PÔSTERES

Mesa 11 - História do pensamento institucionalista

Local: Bloco F - sala 303

Mesa 12 - Economia Política clássica e marxismo

Local: Bloco F - sala 304

Mesa 13 - Estrutura produtiva e política econômica externa em contextos históricos internacionais

Local: Bloco F - sala 305

Mesa 14 - Desindustrialização e competitividade

Local: Bloco F - sala 306

Mesa 15 - Despesas públicas e ciclos econômicos

Local: Bloco F - sala 307

Mesa 16 - Capitalismo e Estado no Brasil contemporâneo

Local: Bloco F - sala 308

Mesa 17 - Dependência e capitais (transnacionais e nacionais)

Local: Bloco F - sala 205

Mesa 18 - Crescimento, estagnação e revisionismo teórico na ortodoxia

Local: Bloco F - sala 207

Mesa 19 - Dinâmica capitalista e questão agrária

Local: Bloco E - sala 205

Mesa 20 - Mercado de trabalho e seguridade social

Local: Bloco E - sala 401

Sessão de comunicações 2 - Mesa 2

Local: Bloco E - sala 405

Sessão de Pôsteres

Local: Hall de entrada do Bloco F

SEXTA-FEIRA, 15/06/2018**9h30 – 12h30****SESSÃO ORDINÁRIA 3 – MESAS 21 A 30****SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 3 – Mesa 3****Mesa 21 - Pluralismo na Economia**

Local: Bloco F - sala 303

Mesa 22 - Temas em metodologia e história do pensamento econômico

Local: Bloco F - sala 304

Mesa 23 - O regime fiscal e seus impactos

Local: Bloco F - sala 305

Mesa 24 - Setor público e déficit público

Local: Bloco F - sala 306

Mesa 25 - Financeirização, distribuição de renda e o século XXI

Local: Bloco F - sala 307

Mesa 26 - Capitalismo, crise e política social

Local: Bloco F - sala 308

Mesa 27 - Estado, liberalismo e forma jurídica

Local: Bloco E - sala 201

Mesa 28 - Capital e sistema bancário

Local: Bloco E - sala 203

Mesa 29 - Capitalismo, espaço e meio ambiente: aproximações epistemológicas

Local: Bloco E - sala 205

Mesa 30 - Desindustrialização e produção capitalista

Local: Bloco E - sala 207

Sessão de comunicações 3 - Mesa 3

Local: Bloco E - sala 405

13h30 – 16h30**SESSÃO ORDINÁRIA 4 – MESAS 31 A 40****SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 4 – Mesa 4****Mesa 31 - Método e dialética**

Local: Bloco F - sala 303

Mesa 32 - Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento e relações de dependência

Local: Bloco F - sala 304

Mesa 33 - Governos Lula e Dilma

Local: Bloco F - sala 305

Mesa 34 - Crédito bancário, infraestrutura e empresas de pequeno porte

Local: Bloco F - sala 306

Mesa 35 - Neoliberalismo, dependência e capital fictício

Local: Bloco F - sala 307

Mesa 36 - Capitalismo, crise e política social de saúde

Local: Bloco F - sala 308

Mesa 37 - Capitalismo e ofensiva burguesa na América Latina e Caribe

Local: Bloco F - sala 205

Mesa 38 - Hierarquia de moedas, política fiscal e controles de capitais

Local: Bloco F - sala 207

Mesa 39 - Mudanças e permanências no desenvolvimento regional do Brasil

Local: Bloco E - sala 205

Mesa 40 - Estrutura industrial e crescimento econômico

Local: Bloco E - sala 218

Sessão de comunicações 4 - Mesa 4

Local: Bloco E - sala 405

PROGRAMAÇÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

QUINTA-FEIRA, 14/06/2018

9h – 12h | SESSÃO ORDINÁRIA 1 – MESAS 1 A 10

Mesa 1. Pensamento econômico latino-americano

COORDENAÇÃO: NIEMEYER ALMEIDA FILHO (UFU)

35 Celso Furtado, Raúl Prebisch frente à crise do desenvolvimentismo da década de 1960

Fágner Maia (UNICAMP); Daniel do Val Cosentino (UFOP)

36 A transição do desenvolvimentismo para a dependência no pensamento de Celso Furtado

Antonio Vogaciano Barbosa Mota Filho (UNICAMP)

37 Revisão do conceito de subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado: da dimensão econômica à cultural

Rafael Gonçalves Gumiero (UNIFESSPA)

Local: Bloco F - sala 303

Mesa 2. Crítica da Economia Política

COORDENAÇÃO: TIAGO CAMARINHA LOPES (UFG)

38 Sobre os limites de uma crítica ontológica incompleta dos métodos em Economia

Álvaro Martins Siqueira (UNESP)

39 Teoria marginalista como teoria conservadora: Walras, Marshall e consortes

Lucas Mesquita (UFF)

40 A mistificação em seu limite último: a fórmula trinitária

Juliana Brasileiro (UFF)

Local: Bloco F - sala 304

Mesa 3. Temas de história econômica do Brasil

COORDENAÇÃO: MARISA SILVA AMARAL (UFU)

77 Geopolítica do minério de ferro brasileiro no entreguerras

Gustavo Barros (UFJF)

78 Crise econômica e reação do empresariado do Rio de Janeiro

Júlio César Oliveira de Souza (UERJ)

79 A macroeconomia do governo Médici (1969-1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do “milagre” econômico

Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araujo (UFF)

Local: Bloco F - sala 305

Mesa 4. Sobre o Sistema Tributário Brasileiro

COORDENAÇÃO: PAULO NAKATANI (UFES)

89 A economia política da tributação no Brasil

Róber Iturriet Avila (UFRGS); João Batista Santos Conceição (UNISINOS)

- 90 É necessário e viável aumentar a carga tributária brasileira? Uma análise a partir desta questão, em foco e em perspectiva comparada**
David Deccache (UFF); Lucas Di Candia Ramundo (UFF)
- 91 Uma proposta à regressividade do imposto de renda da pessoa física no Brasil-DIRF 2015**
Rosa Angela Chieza (UFRGS); Joana Veck Milão (UFRGS); Rejane Franchescini (UFRGS); Dão Real Pereira dos Santos (MF/SRF)
Local: Bloco F - sala 306
-

Mesa 5. Estado e desenvolvimento

COORDENAÇÃO: JOSÉ RUBENS DAMAS GARLIPP (UFU)

- 92 A gênese do neoliberalismo no Brasil: uma análise dos ajustes da SEST**
Carlos Henrique Lopes Rodrigues (UFVJM)
- 93 Impacto da austeridade sobre o crescimento e a desigualdade no Brasil**
Esther Dweck (UFRJ); Pedro Rossi (UNICAMP); Ana Luíza Matos de Oliveira (UNICAMP); Flávio Arantes (UNICAMP)
- 94 Vulnerabilidade externa brasileira nos anos 1990: uma análise a partir da posição internacional de investimentos e do fluxo de rendas**
Paulo van Noije (UNICAMP); Miguel Henriques de Carvalho (UFRJ)
Local: Bloco F - sala 307
-

Mesa 6. Dinheiro, relações mercantis, Estado e classes sociais

COORDENAÇÃO: ADRIANO LOPES ALMEIDA TEIXEIRA (UFES)

- 115 As categorias classes sociais e Estado no livro primeiro de O capital**
Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)
- 116 As relações mercantis na crítica à sociedade burguesa de Marx nos Manuscritos econômico-filosóficos (1844)**
Carlos Seizem Iramina (UNICAMP)
- 117 A marxist appraisal for the State Theory of Money**
Marco Antonio Rocha (UNICAMP)
Local: Bloco F - sala 308
-

Mesa 7. Economia política internacional (Estados Unidos e China)

COORDENAÇÃO: RUBENS SAWAYA (PUC-SP)

- 127 A Economia Política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008: interdependência econômica e relações interestatais**
Valeria Ribeiro (UFABC)
- 128 A análise da escola das estruturas sociais de acumulação sobre a economia dos Estados Unidos entre o pós-guerra e o início do século XXI**
Amanda Mayara da Silva Bento (UFSJ); Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho (UFSJ)
- 129 Inequalities and capital accumulation in China**
Isabela Nogueira (UFRJ); João Pedro Braga (UFRJ); João Victor Guimarães (UFRJ)
Local: Bloco E - sala 201

Mesa 8. Impactos da financeirização

COORDENAÇÃO: VANESSA PETRELLI CORRÊA (UFU)

- 151 The macroeconomics of financialization: a bibliometric survey**
André Felipini (UNICAMP); Alex Wilhans Palludeto (UNICAMP)
 - 152 Financeirização e os sentidos do desenvolvimento: aspectos teóricos e as “reformas de mercado” no caso brasileiro**
Lucas Bressan de Andrade (UNICAMP); Lucas Prata Feres (UNICAMP)
 - 153 Elementos para compreender a concentração de renda nos EUA a partir da financeirização de empresas não-financeiras**
Mateus Ubirajara Silva Santana (UNICAMP); Erica Patente Nascimento (UENP); Ana Lúcia Gonçalves da Silva (UNICAMP)
- Local: Bloco E - sala 203
-

Mesa 9. China e o banco dos BRICS

COORDENAÇÃO: JOSÉ LUIZ ALCANTARA FILHO (UFF)

- 154 O banco dos BRICS e seus desdobramentos sobre as assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional: apreciações preliminares**
Fábio Henrique Bittes Terra (UFABC); Larissa Naves De Deus (UFU); Bruno De Conti (UNICAMP)
 - 155 Superávits externos e a exportação de divisas como imperativo defensivo-ofensivo para o desenvolvimento chinês**
Fernando Amorim Teixeira (UFRJ)
 - 156 O processo de endogeneização do dinamismo do crescimento econômico chinês: uma análise da decomposição estrutural da produção de 1996-2009**
Caroline Miranda Brandão (UNICAMP); Caroline Giusti de Araujo (UNICAMP); Antonio Carlos Diegues (UNICAMP)
- Local: Bloco E - sala 205
-

Mesa 10. Consequências desumanas da produção capitalista

COORDENAÇÃO: MAURÍCIO SABADINI (UFES)

- 181 Trabalho e saúde em sistemas agroalimentares globais: reflexões a partir da “Agenda do Trabalho Decente” da OIT**
Valdênia Apolinário (UFRN); João Matos Filho (UFRN); Thales Augusto M. Penha (UFRN); Letícia Amaral (UFRN)
 - 182 Trabalho excedente e excessivo dos assalariados na indústria de transformação: Brasil (2002-2014)**
Carlos Alves do Nascimento (UFU)
 - 183 Bruxas, donas de casa e trabalhadoras multitarefas: análise dos trabalhos reprodutivos no capitalismo avançado**
Cristina Pereira Vieceli (UFRGS)
- Local: Bloco E - sala 207

13h – 16h | SESSÃO ORDINÁRIA 2 – MESAS 11 A 20

Mesa 11. História do pensamento institucionalista

COORDENAÇÃO: FLÁVIO MIRANDA (UFRRJ)

41 Problems of definition and the three institutional dimensions within institutional economics

Carolina Miranda Cavalcante (UFF)

42 A concept in search of two authors: Commons and Williamson on transactions

Sebastião Neto Ribeiro Guedes (UNESP); Rodrigo Constantino (UNESP)

43 Um paralelo entre o pensamento de Alexis de Tocqueville e a Economia institucional

Carlos Eduardo Escobar Bins (UFRGS)

Local: Bloco F - sala 303

Mesa 12. Economia Política clássica e marxismo

COORDENAÇÃO: ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO (UFF)

44 O “curioso efeito” e o problema da medida invariável na teoria do valor de Ricardo

Vitor Alves (UNICAMP)

45 Uma abordagem da grande recessão a partir da monocausalidade marxista

Caio Vinicius Fernandes Vilella (UFRJ)

46 Teorias sobre as etapas do capitalismo: uma análise crítica

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho (UFSJ)

Local: Bloco F - sala 304

Mesa 13. Estrutura produtiva e política econômica externa em contextos históricos internacionais

COORDENAÇÃO: ALEXIS SALUDJIAN (UFRJ)

80 Sobre o comércio exterior dos países da Zona do Euro, 2008 - 2015

Rodolfo Francisco Soares Nunes (UFMA); Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli (UFMA)

81 A estrutura produtiva na Zona do Euro: características setoriais, 2006 - 2013

Talysson Benilson Gonçalves Bastos (UFMA); Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli (UFMA)

82 Política de Substituição de Importações: as primeiras iniciativas da África do Sul (1910-1948)

Danielle de Almeida Mota Soares (UNESP); Mário Augusto Bertella (UNESP)

Local: Bloco F - sala 305

Mesa 14. Desindustrialização e competitividade

COORDENAÇÃO: FREDERICO KATZ (UFPE)

- 95 Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de “Doença Brasileira”**
Antonio Carlos Diegues (UNICAMP); Caroline Gut Rossi (UFSCAR)
- 96 Desindustrialização e reprimarização: um olhar para a estrutura industrial brasileira nos anos 2000 a partir da nova divisão internacional do trabalho**
Soraia Aparecida Cardozo (UFU)
- 97 Distribuição e competitividade industrial na América Latina: notas sobre o caso brasileiro**
Antonio Albano de Freitas (FEE-RS)
Local: Bloco F - sala 306
-

Mesa 15. Despesas públicas e ciclos econômicos

COORDENAÇÃO: ROSA MARIA MARQUES (PUC-SP)

- 98 A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014**
Caroline Puchale (UFMS); Ohanna Larissa Fraga Pereira (UFMS); Gilberto Oliveira Veloso (UFMS)
- 99 O desempenho das exportações brasileiras na perspectiva dos seus principais parceiros comerciais**
Larissa Naves de Deus (UFU); Gabriela Aidar (UFU)
- 100 Regime de metas fiscais no Brasil frente aos ciclos econômicos: uma crítica pós-keynesiana**
Ricardo Carvalho Gonçalves (UNICAMP)
Local: Bloco F - sala 307
-

Mesa 16. Capitalismo e Estado no Brasil contemporâneo

COORDENAÇÃO: VANESSA LOPES TEIXEIRA (UFF)

- 130 Estado e políticas públicas sob o “Novo Regime Fiscal”**
Wander Marcondes Moreira Ulhôa (UFU); Niemeyer Almeida Filho (UFU)
- 131 Ensaio sobre o atual padrão de reprodução do capital no Brasil**
Erica Imbirussu (UFRGS); Sabrina De Leon (UFRGS)
- 132 Neoliberalismo, bloco no poder e política no Brasil**
Raphael Teles (UFU)
Local: Bloco F - sala 308
-

Mesa 17. Dependência e capitais (transnacionais e nacionais)

COORDENAÇÃO: MARINA MACHADO GOUVÊA (UNILA)

- 133 “A Economia Política do possível”: o ensaio novo desenvolvimentista argentino e brasileiro em uma perspectiva comparada**
Luciana Souza (UNIFESP); Camila Rosalen Marsiglia (UNIFESP)
- 134 Nacionalidade do capital e desenvolvimento: alguns aspectos teóricos sobre os “campeões nacionais”**
Rafael Palma Munglioli (UFRJ)

135 A corporação transnacional, controle global e o lugar da periferia

Rubens Rogério Sawaya (PUC-SP)

Local: Bloco F - sala 205

Mesa 18. Crescimento, estagnação e revisionismo teórico na ortodoxia

COORDENAÇÃO: CARLA CURTY (UFRJ)

157 Summers depois de Hansen? Comparação das explicações convencionais e não convencionais acerca da estagnação nas economias avançadas

Assilio Luiz Zanella de Araujo (UFRGS)

158 O debate envolvendo o efeito acelerador na controvérsia sobre o modelo do supermultiplicador sraffiano

Vivian Garrido (UEL); Franklin Serrano (UFRJ)

159 Revisão pós-crise do novo consenso macroeconômico: mais do mesmo?

Paulo José Saraiva (UFRRJ); Luiz Fernando de Paula (UERJ); André de Melo Modenesi (UFRJ)

Local: Bloco F - sala 207

Mesa 19. Dinâmica capitalista e questão agrária

COORDENAÇÃO: JAVIER GHIBAUDI (UFF)

169 A permanência do problema agrário no Brasil: um estudo de caso do município de Mantena (MG)

Sara Nascimento de Oliveira (UFF); Nazira Camely (UFF)

170 Financeirização das commodities e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos pela terra no Brasil

Fernando Michelotti (UNIFESSPA); Hipólita Siqueira de Oliveira (UFRJ)

171 Amargo açúcar: uma análise da dinâmica contemporânea da produção canavieira em Sergipe

Francielle do Nascimento Santos (UFS); Hellen Alves Sá (UFS)

Local: Bloco E - sala 205

Mesa 20. Mercado de trabalho e seguridade social

COORDENAÇÃO: BRUNO DE CONTI (UNICAMP)

184 O papel dos fundos de pensão no financiamento do desenvolvimento econômico nos governos do PT

Mateus Ubirajara Silva Santana (UNICAMP); Paulo Sérgio Fracalanza (FACAMP); Lício da Costa Raimundo (UNICAMP)

185 Distribuição funcional da renda: aspectos conceituais e metodológicos e uma análise de decomposição para a parcela salarial no Brasil (1995-2015)

Hugo Araujo Saramago (UFRJ); Fábio Freitas (UFRJ); Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ)

186 Os impactos da pejetização e da formalização no financiamento da Previdência Social: uma simulação pautada pela reforma trabalhista

Arthur Welle (UNICAMP); Flávio Arantes (UNICAMP); Guilherme Santos Mello (UNICAMP); Pedro Rossi (UNICAMP)

Local: Bloco E - sala 401

9h30 – 12h30 | SESSÃO ORDINÁRIA 3 – MESAS 21 A 30

Mesa 21. Pluralismo na Economia

COORDENAÇÃO: PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO (UFF)

- 47 Imperialismo econômico, imperialismo reverso e interdisciplinaridade: uma análise das fronteiras da Economia**
Ariana Stephanie Zerbinatti (UFABC)
- 48 Por uma Ciência Econômica pluralista: os movimentos acadêmicos como uma saída**
Maísa Goulart (UNICAMP); Ramon Garcia Fernandez (UFABC); Solange Regina Marin (UFSM)
- 49 Mudança institucional no pensamento econômico: entre pluralismo e ortodoxia**
Lucas Falcão Silva (UFABC)
- Local: Bloco F - sala 303

Mesa 22. Temas em metodologia e história do pensamento econômico

COORDENAÇÃO: CARLA FERREIRA (UFRJ)

- 50 Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros**
Brena Paula Magno Fernandez (UFSC)
- 51 A ideia de Revolução Burguesa no Brasil: uma análise das contribuições de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes**
Mariana Falcão Chaise (USP)
- 52 Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias**
Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira (UFRRJ); Maria Mello de Malta (UFRJ)
- Local: Bloco F - sala 304

Mesa 23. O regime fiscal e seus impactos

COORDENAÇÃO: FÁBIO WALTEMBERG (UFF)

- 101 Justiça fiscal no Brasil: a tributação como mecanismo para equidade**
Fernando Gaiger Silveira (IPEA); Luana Passos (UFF); Dyeggo Rocha Guedes (UNIFESSPA)
- 102 O regime de recuperação fiscal: o déjà vu federativo**
Raphael Guilherme Araujo Torrezan (UNESP); Claudio Cesar de Paiva (UNESP)
- 103 O quadro fiscal e o novo regime fiscal (EC 95): potenciais impactos para o desenvolvimento do Brasil**
André Paiva Ramos (UNIFAL)
- Local: Bloco F - sala 305

Mesa 24. Setor público e déficit público

COORDENAÇÃO: RENAUT MICHEL (UFF)

- 104 Public sector financial fragility index: an analysis of the Brazilian federal government from 2000 to 2016**
Fábio Henrique Bittes Terra (UFABC); Fernando Ferrari Filho (UFRGS)
- 105 Financeirização do déficit público: estudo preliminar de uma hipótese de pesquisa aplicada ao caso brasileiro**
Hawa Diawara (UERJ); Lourdes Arasy Benitez Espinola (UERJ)
- 106 Public financing in Brazil: a neo-chartalist approach to the “fiscal crisis” of 2015 and 2016**
Luiz Alberto Marques Vieira Filho (UNICAMP)
Local: Bloco F - sala 306
-

Mesa 25. Financeirização, distribuição de renda e o século XXI

COORDENAÇÃO: GUSTAVO MOURA DE CAVALCANTI MELLO (UFES)

- 118 A miséria da economia no século XXI: crítica ao manifesto antimarxista de Thomas Piketty**
Pollyanna Paganoto Moura (UFRGS); Rodrigo Straessli Pinto Franklin (UFES)
- 119 Das kapital versus Le capital: a teoria marxista da distribuição da renda**
Francisco Paulo Cipolla (UFPR); Dayani Cris de Aquino (UFPR)
- 120 Financeirização e mensuração da taxa de lucro nos EUA**
Lucas Rodrigues (UFRGS); Marcelo Milan (UFRGS)
Local: Bloco F - sala 307
-

Mesa 26. Capitalismo, crise e política social

COORDENAÇÃO: JOAO POLICARPO R. LIMA (UFPE)

- 136 A mercantilização do ensino superior no Brasil desde 2000: uma análise do avanço do FIES e Prouni**
Bruna Cataldo (UFF)
- 137 O papel da dívida pública na desigualdade econômica no Brasil (1990-2010)**
Rodolfo G. A. Ribeiro (PUC-SP); Luiz Moraes de Niemeyer Neto (PUC-SP)
- 138 Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização**
Lena Lavinas (UFRJ); Denise Lobato Gentil (UFRJ)
Local: Bloco F - sala 308
-

Mesa 27. Estado, liberalismo e forma jurídica

COORDENAÇÃO: ELLEN LUCY TRISTÃO (UFVJM)

- 139 Forma jurídica e forma mercadoria: um estudo pachukaniano**
Hugo Rezende Tavares (PUC-SP)
- 140 Apontamentos para uma análise da relação entre o Estado capitalista e as crises econômicas no tempo presente**
José Luiz Alcantara Filho (UFF); Ariana Celis Alcantara (PUC-SP)

141 O liberalismo econômico e a pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações

André Gal Mountian (USP)

Local: Bloco E - sala 201

Mesa 28. Capital e sistema bancário

COORDENAÇÃO: DANIELA FRANCO CERQUEIRA (UFF)

160 Circuito do capital e emissão monetária: uma interpretação marxista

Giliad de Souza Silva (UNIFESSPA); Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho (UFRGS)

161 Evolução da regulação bancária no Brasil: uma análise pós-keynesiana

Joseli Fernanda Nappi (UNICAMP); Simone Silva de Deos (UNICAMP); Ana Rosa Ribeiro de Mendonça (UNICAMP); Olívia Maria Bullio Mattos (SFC)

162 Structural analysis of the eurozone banking system in the period of the sovereign debt crisis

Henrique Teo (UFRRJ)

Local: Bloco E - sala 203

Mesa 29. Capitalismo, espaço e meio ambiente: aproximações epistemológicas

COORDENAÇÃO: EDUARDO SÁ BARRETO (UFJF)

172 A redução do tempo de trabalho em seu sentido substantivo no debate sobre as transições para a sustentabilidade

Mariana Reis Maria (UNICAMP); Paulo Sérgio Fracalanza (UNICAMP); Rosana Icassatti Corazza (UNICAMP)

173 A relevância sociopolítica do conceito de desenvolvimento sustentável

Daniel Jeziorny (UFBA)

174 Acumulação por espoliação e dependência na Amazônia

Gilberto de Souza Marques (UFPA); Indira Cavalcante da Rocha Marques (UFPA); Wendell Magalhães (UFPA)

Local: Bloco E - sala 205

Mesa 30. Desindustrialização e produção capitalista

COORDENAÇÃO: SILVIA HARUMI TOYOSHIMA (UFV)

187 Capitalismo informacional: fim da era industrial?

Larissa Santiago Ormay (UFRJ)

188 Políticas de apoio à internacionalização de empresas: um estudo de múltiplos casos do setor farmacêutico brasileiro

Fernanda Steiner Perin (UFRJ); Julia Paranhos (UFRJ)

189 Crítica à visão convencional de desindustrialização: uma leitura a partir da Marx

Lucas Milanez de Lima Almeida (UFPB); Paulo Antonio de Freitas Balanco (UFBA)

Local: Bloco E - sala 207

13h30 – 16h30 | SESSÃO ORDINÁRIA 4 – MESAS 31 A 40

Mesa 31. Método e dialética

COORDENAÇÃO: GRASIELA BARUCO (UFRRJ)

- 53 Crítica da Economia Política como teoria social crítica**
 Iderley Colombini Neto (UFRJ)
- 54 A dialética entre o método e a realidade: um projeto para organizar a contradição**
 Leonardo Guimarães (USP)
- 55 O método materialista dialético da economia política**
 Claus Magno Germer (UFPR)
- Local: Bloco F - sala 303
-

Mesa 32. Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento e relações de dependência

COORDENAÇÃO: MATHIAS SEIBEL LUCE (UFRGS)

- 83 “Novo-desenvolvimentismo” no Brasil: gênese, ascensão e queda**
 Raphael Rodrigues (UFU)
- 84 Inserção na economia mundial e dependência no pós crise: alguns elementos de reflexão sobre América Latina**
 Alexis Saludjian (UFRJ)
- 85 A dependência brasileira no contexto do capitalismo financeirizado**
 Lucas Crivelenti e Castro (UNESP)
- Local: Bloco F - sala 304
-

Mesa 33. Governos Lula e Dilma

COORDENAÇÃO: VICTOR LEONARDO DE ARAUJO (UFF)

- 107 Política monetária brasileira nos governos Dilma (2011-2016): o ensaio de ruptura e a restauração do conservadorismo**
 Norberto Montani Martins (UFRJ)
- 108 A economia política da política fiscal e o processo de impeachment**
 Rodrigo Alves Teixeira (PUC-SP); Esther Dweck (UFRJ); Emilio Chernavsky (MPOG)
- 109 Inflação e crescimento dos salários reais: uma análise comparada do caso brasileiro entre 2004 e 2014 e a creeping inflation da Era de Ouro do Capitalismo**
 Guilherme Spinato Morlin (UFRJ); Carlos Pinkusfeld Bastos (UFRJ)
- Local: Bloco F - sala 305
-

Mesa 34. Crédito bancário, infraestrutura e empresas de pequeno porte

COORDENAÇÃO: NAZIRA CAMELY (UFF)

- 110 As empresas de pequeno porte e a produtividade sistêmica da economia brasileira: obstáculo ou fator de crescimento?**
 Mauro Oddo Nogueira (IPEA); Larissa de Souza Pereira (IPEA)

- 111 Oferta e demanda por crédito bancário: uma análise empírica do caso brasileiro**
Hícaro de Souza Oliveira (UFRJ); Viviane Luporini (UFRJ); André de Melo Modenesi (UFRJ)
- 112 Estado e infraestrutura: uma análise a partir da consolidação da energia eólica no Brasil**
Deborah Werner (UFRJ)
Local: Bloco F - sala 306

Mesa 35. Neoliberalismo, dependência e capital fictício

COORDENAÇÃO: MÁRCIO PASCHOINO LUPATINI (UFVJM)

- 121 Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência**
Eduardo Sá Barreto (UFF)
- 122 David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício – Notas críticas**
Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)
- 123 Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**
Bruna Ferraz (UFU); Niemeyer Almeida Filho (UFU); Marisa Amaral (UFU)
Local: Bloco F - sala 307

Mesa 36. Capitalismo, crise e política social de saúde

COORDENAÇÃO: LÉRIDA POVOLERI (UFF)

- 142 Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira**
Áquilas Mendes (USP/PUC-SP); Leonardo Carnut (USP/PUC-SP)
- 143 Mercantilização dos sistemas de saúde: caracterização nos sistemas de saúde europeus e indícios no SUS – lições para o Brasil**
Mariana Ribeiro Jansen Ferreira (PUC-SP)
- 144 Saúde e seguridade em tempos de EC-95: um análise sobre o comportamento dos gastos com saúde à luz da economia e administração política**
Geraldo Medeiros Júnior (UEPB); Ana Maria Vicente da Silva (UEPB)
Local: Bloco F - sala 308

Mesa 37. Capitalismo e ofensiva burguesa na América Latina e Caribe

COORDENAÇÃO: FERNANDO CORREA PRADO (UNILA)

- 145 Metamorfoses na América Latina e no Caribe em tempos neoliberais**
Juliano Vargas (UNB); Jales Dantas da Costa (UNB)
- 146 Convergência universal na condução da política econômica: a utilização do tripé macroeconômico em algumas experiências latino-americanas**
Carla Corte (UNIFESP); Luciana Souza (UNIFESP)
- 147 Crisis del modelo neodesarrollista y restauración neoliberal en Argentina. Las condiciones para la reedición de la valorización financiera bajo la gestión de Macri**
Leandro Bona (UNLP (Argentina)); Marcos Oslé (UNLP (Argentina))
Local: Bloco F - sala 205

Mesa 38. Hierarquia de moedas, política fiscal e controles de capitais

COORDENAÇÃO: VALÉRIA LOPES RIBEIRO (UFABC)

163 Lidando com a hierarquia de moedas: notas sobre o Sistema de Pagamentos em Moeda Local Brasil-Argentina

Felipe Nogueira da Cruz (UNICAMP)

164 A new time for capital controls? A comparison between New Welfare Economics and Minskian Developmentalism

Pedro Perfeito da Silva (CEU); Joana Búrigo Vaccarezza (UFRJ)

165 Os limites da política fiscal em sistemas monetários soberanos

Enzo Matono Gerioni (UNICAMP); Nikolas Schiozer (UNICAMP); Julia Alencar Omizzolo (UNICAMP)

Local: Bloco F - sala 207

Mesa 39. Mudanças e permanências no desenvolvimento regional do Brasil

COORDENAÇÃO: GILIAD DE SOUZA SILVA (UNIFESSPA)

175 Reestruturação produtiva, efeitos regionais e busca de alternativas: o oeste catarinense em foco

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC)

176 A reprodução das desigualdades regionais no contexto do “novo desenvolvimentismo”

Renato Lima (UNICAMP); Rejane Gomes Carvalho (UFPB)

177 O sentido histórico da formação econômica fluminense e desdobramentos para a crise de suas finanças públicas estaduais: desafios estruturais diante da estrutura produtiva oca

Bruno Leonardo Barth Sobral (UERJ)

Local: Bloco E - sala 205

Mesa 40. Estrutura industrial e crescimento econômico

COORDENAÇÃO: LEONARDO DE MAGALHÃES LEITE (UFF)

190 Mudança estrutural e crescimento econômico no supermultiplicador sraffiano: uma análise de insumo-produto da economia brasileira

Felipe Moraes Cornelio (UFRJ); Fábio Freitas (UFRJ); Maria Isabel Busato (UFRJ)

191 Indústrias criativas e as condições de heterogeneidade estrutural: o caso das economias latino-americanas

Camila Lohmann Cauzzi (UFRGS)

192 Trade analysis in a vertically fragmented production structure: empirical challenges and evidence

Marília Bassetti Marcato (UNICAMP); Carolina Troncoso Baltar (UNICAMP)

Local: Bloco E - sala 218

PROGRAMAÇÃO DAS SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

QUINTA-FEIRA, 14/06/2018

9h – 12h |

Sessão de comunicações – Mesa 1

COORDENAÇÃO: RODRIGO SIQUEIRA RODRIGUEZ (UFF)

195 Subdesenvolvimento periférico: a compreensão estrutural no limiar da idiosincrasia econômica

Eduarda Moura Pereira (UFMG)

196 Entre o real e o monetário, a ortodoxia e a crise

José Marcos de Oliveira Redighieri (UFES)

197 Paradigmas econômicos: normatização da vida e da ordem social

Eloah Fassarella (UFES); José Marcos de Oliveira Redighieri (UFES)

198 Questionamentos acerca da praxeologia de Ludwig Von Mises

Matheus Neves (UFES); Vitor Augusto Rocha Pompermayer (UFES)

199 Ciência econômica: um instrumento em essência?

Eloah Fassarella (UFES)

Local: Bloco E - sala 405

13h – 16h |

Sessão de comunicações – Mesa 2

COORDENAÇÃO: FILIPE LEITE PINHEIRO (UFF)

200 O processo de substituição de importações aplicado no recorte histórico de 1945-1955

Wires Alves dos Anjos (UFES)

201 Considerações a respeito do caráter “capitalista” do Brasil colonial

Vitor Augusto Rocha Pompermayer (UFES)

202 América Latina: inserção internacional e estrutura de poder

Raphael Lobo Batista (UNILA)

203 Ensino superior no Brasil: avanços concretos, retrocessos iminentes

Lorena Passos de Souza (UFRB)

204 Chefia feminina brasileira como indicador da feminização da pobreza no Brasil (1995-2015)

Taís Dias de Moraes (UNICAMP)

205 Crise de acumulação em um governo de conciliação de classes: o caso do PT

Bruno S. D. Lima (UFRRJ)

Local: Bloco E - sala 405

SEXTA-FEIRA, 15/06/2018

9h30 – 12h30 |

Sessão de comunicações – Mesa 3

COORDENAÇÃO: JULIANA BRASILEIRO (UFF)

- 206 A evolução da forma de remuneração do trabalho na União Soviética e sua influência na retrotransição 1917 a 1953**
Laercio Eurich (CEUCLAR)
- 207 O processo de secundarização da força de trabalho feminina na segunda guerra mundial**
Lays Hesse (UFES)
- 208 O desempenho comercial brasileiro de bens ambientais: uma comparação entre as listas da OCDE e da APEC**
Matheus Cintrão (UNESP)
- 209 Estatuto da cidade e empreendedorismo urbano: a disparidade entre legislação e prática**
Juliana Nalessio Leme (USP)
- 210 Campesinato e protagonismo feminino nas lutas anticapitalistas**
Isabella Mendes (UFMG); Mariana Rettore (UFMG); Bruno Siqueira Fernandes (UFMG)
Local: Bloco E - sala 405

13h30 – 16h30 |

Sessão de comunicações – Mesa 4

COORDENAÇÃO: MATHEUS FERNANDO SADDE (UFF)

- 211 O papel do Brasil na constituição e no funcionamento inicial do Banco do Sul e do Banco dos BRICS**
Nicole Mourad Pereira (UNICAMP)
- 212 O Produto Interno Bruto: limites e perspectivas do indicador no Brasil**
Matheus Nienow (UNISINOS)
- 213 Heterogeneidade estrutural e mercado de trabalho no Brasil - 2004/2014**
Fernanda Frota Correia Baeta Neves (UFRJ); João Vitor Silveira Pereira (UFRJ); Luiz Sylvio Hermida Alcantara de Almeida Baptista (UFRJ)
- 214 Auge e declínio da produtividade do capital: uma análise a partir das grandes transformações industriais**
Luísa Barcellos Zaniboni (UFF); Sávio Freitas (UFF)
- 215 Os pioneiros do desenvolvimento e a Nova Agricultura 4.0: desenvolvimento econômico a partir do campo?**
Pietro Parronchi (UFABC)
- 216 A teoria marxista da dependência em Ruy Mauro Marini: superexploração da força de trabalho e subimperialismo na integração capitalista mundial da América Latina**
Gabriela Oliveira Rodrigues (UFRJ)
Local: Bloco E - sala 405

PROGRAMAÇÃO DA SESSÃO DE PÔSTER

QUINTA-FEIRA, 14/06/2018 – das 13h às 16h

Pôsteres

COORDENAÇÃO: GABRIEL OLIVEIRA (UFF)

Crise econômica mundial de 2008: conjuntural ou estrutural?

Enzo Ferreira (Liceu Santista)

Relação de dependência entre o capital financeiro e a produção capitalista

Dereck Lima Costa (UNIMONTES); Matheus Pedro de Carvalho (UNIMONTES);

Rayane Priscila Werneck Dias Ruas (UNIMONTES)

Um olhar sobre a multidimensionalidade da pobreza para chefes de domicílio em Minas Gerais

Carolina Guinesi Mattos Borges (UFMG)

A qualidade dos serviços de alimentação ofertados na Universidade Federal do Amazonas na percepção dos acadêmicos

Abrahão Rodrigues Alves (UFAM); Gleici Jane Sena Cruz (UFAM)

Estrutura de ocupações do serviço público e as mudanças recentes

Alex dos Santos Valle (UFRRJ); Ana Paula Vieira da Costa (UFRRJ)

Distribuição espacial dos empreendimentos de economia solidária no Amazonas

Gleici Jane Sena Cruz (UFAM)

A dominação midiática e as eleições brasileiras de 2018 - as saídas para os movimentos sociais

Ediel Vieira Rangel (UFVJM)

Formação econômica, desenvolvimento e desigualdade, uma análise regional de Minas Gerais

Tomás Balbino (UFMG)

A desigualdade funcional da renda brasileira em contraste a outros países

Matheus Pedro de Carvalho (UNIMONTES); Rayane Priscila Werneck Dias Ruas (UNIMONTES)

A indústria automotiva no ecossistema produtivo da mobilidade: inovações disruptivas e novas organizações de negócios

Alexandre Abreu (UFMG); André Américo da Silva (UFMG); Bruno Siqueira Fernandes (UFMG); Lucas Xavier (UFMG)

Capitalismo em crise: uma leitura feminista

Thaine Silva Martins (UFMG)

Mercantilização da cultura e subdesenvolvimento no Brasil

Francis Hellen Costa (FHO-UNIRARAS)

Relação bilateral Brasil-China e a nova dependência

Francis Hellen Costa (FHO-UNIRARAS)

Local: Hall de entrada do Bloco F

**Área 1. Metodologia e história do
pensamento econômico**

CELSO FURTADO, RAÚL PREBISCH FRENTE À CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO DA DÉCADA DE 1960

Fágner Maia (UNICAMP); Daniel do Val Cosentino (UFOP)

Os anos de 1960 marcam uma profunda crise no pensamento desenvolvimentista na América Latina. O projeto de industrialização, conforme teorizado pelos estruturalistas da Cepal, demonstra sua inviabilidade na reversão do subdesenvolvimento. Em vista disso, em busca de compreender como dois renomados intelectuais expoentes do desenvolvimentismo interpretam tal crise, o estudo assume por objetivo identificar aproximações e distanciamentos entre o pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch e Celso Furtado posteriores à Crise do Pensamento Desenvolvimentista dos anos de 1960 na América Latina. Apesar de enfoques distintos, tais autores presenciam com a crise uma tomada de consciência. Deste modo, surge a necessidade de compreender a estrutura social da região e os seus mecanismos que atuam entorpecendo o desenvolvimento.

Palavras-chave: Raúl Prebisch (1901-1986); Celso Furtado (1920-2004); Desenvolvimentismo; América Latina; Cepal

A TRANSIÇÃO DO DESENVOLVIMENTISMO PARA A DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Antonio Vogaciano Barbosa Mota Filho (UNICAMP)

Com a crise de 1929, alguns países da América Latina passam por importantes mudanças econômicas e institucionais que inauguram o período de industrialização via substituição de importações na região. A industrialização substitutiva e o planejamento econômico ganham um importante reforço teórico com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Dessa maneira, os anos 1950 representam o auge do chamado “desenvolvimentismo”, mas que ao fim da década já mostra sinais de exaustão. Os anos 1960 são marcados por uma queda no ritmo do crescimento econômico, aumentos expressivos do nível de preços e estrangulamento no balanço de pagamentos dos países da região. Nesse contexto ganham espaço as chamadas teorias da dependência, que surgem como resposta às insuficiências teóricas e práticas da teoria do desenvolvimento. O presente artigo tem por objetivo analisar a transição do desenvolvimentismo para a teoria da dependência ocorrida na obra de Celso Furtado. Para tanto, dividimos nosso trabalho em quatro partes: uma breve introdução; uma análise das obras de Furtado escritas até 1964, período que se nota sua vinculação ao desenvolvimentismo; análise de suas obras até 1974, período em que suas interpretações sobre a dependência ganham contornos mais precisos e as considerações finais.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Teoria da dependência; CEPAL; América Latina

REVISÃO DO CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: DA DIMENSÃO ECONÔMICA À CULTURAL

Rafael Gonçalves Gumiero (UNIFESSPA)

O tema do subdesenvolvimento foi notório principalmente após a Segunda Guerra Mundial e mobilizou uma vanguarda teórica nos países centrais e principalmente nos periféricos. A ideia de diálogo foi forte entre teóricos do centro com os da periferia na sistematização do subdesenvolvimento e proporcionou que a interpretação desse fenômeno fosse ressignificada pelo trânsito de ideias. Dentro do universo composto pelas interpretações do subdesenvolvimento, o objetivo geral nesse artigo foi optar por um recorte menor, apresentar a ressignificação de subdesenvolvimento em dois momentos específicos na teoria de Celso Furtado, em sua primeira fase de pensamento (1950-1964) e da revisão desses conceitos na segunda fase do seu pensamento (1965-1984). Para o balanço desse fenômeno foram selecionados os seguintes conceitos: a) intercâmbio entre países periféricos e os centrais; b) as modalidades do subdesenvolvimento; c) efeito demonstração. As obras de Furtado selecionadas para realizar essa análise foram: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, de 1961, Dialética do Desenvolvimento, de 1964 e Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, de 1967; O Mito do Desenvolvimento Econômico, de 1974, Criatividade e Dependência, de 1978 e Cultura e Desenvolvimento, de 1984. Acrescento no balanço comparativo das duas fases do pensamento de Furtado, o estudo Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas que é composto por dois estudos que possibilitam analisar dois momentos do pensamento deste autor aplicado na prática, O desenvolvimento recente da economia venezuelana, de 1957, e Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais, de 1974.

Palavras-chave: Dependência cultural; Subdesenvolvimento; Furtado; Teoria do desenvolvimento; Periferia

SOBRE OS LIMITES DE UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA INCOMPLETA DOS MÉTODOS EM ECONOMIA

Álvaro Martins Siqueira (UNESP)

O objetivo deste artigo é defender a importância de uma crítica ontológica à economia do mainstream. Para isso, serão examinados os argumentos de Tony Lawson que, inspirado na corrente filosófica do realismo crítico, advoga a favor de uma Economia realista, não-dedutivista, e familiarizada com o conceito de ontologia para resolver problemas da teoria econômica contemporânea. O artigo propõe que, apesar de correto na lógica de seu argumento, a crítica de Lawson não é capaz de explicar as razões para a existência e reprodução do mainstream. E se é assim, a crítica de Lawson não é ontológica. Pode-se afirmar que um projeto de reorientação geral da metodologia econômica é impossível caso a necessidade social que a requer permaneça intacta. A presente leitura tem por referências o realismo crítico e a crítica ontológica do capitalismo feita por Marx.

Palavras-chave: Realismo Crítico; Crítica ontológica; Metodologia econômica

TEORIA MARGINALISTA COMO TEORIA CONSERVADORA: WALRAS, MARSHALL E CONSORTE

Lucas Mesquita (UFF)

Neste trabalho tenho o objetivo de argumentar que as teorias desenvolvidas na chamada Revolução Marginalista têm um caráter essencialmente conservador, isto é, têm utilidade em justificar e conservar as relações tipicamente burguesas de produção e circulação da riqueza social. Escolho as principais obras de León Walras e Alfred Marshall como representantes do tipo de teoria construída no período de surgimento do marginalismo, pela persistência que suas ideias apresentaram ao longo do tempo, e ainda apresentam. Realizo a análise das obras desde a ontologia adotada por esses autores, considerando também a metodologia e teoria sobre o comportamento humano, que são os pressupostos das suas ideias. Finalmente, faço a crítica das ideias explicitadas nos textos dos autores. O referencial teórico de todo o trabalho é o marxismo.

Palavras-chave: Revolução marginalista; Marginalismo; Crítica ontológica; Economia neoclássica

A MISTIFICAÇÃO EM SEU LIMITE ÚLTIMO: A FÓRMULA TRINITÁRIA

Juliana Brasileiro (UFF)

Este artigo analisa a crítica de Marx sobre a “fórmula trinitária”, isto é, a relação entre valor e suas supostas origens na “trindade” terra, capital e trabalho. No capítulo em que trata deste tema, Marx aponta como a fórmula trinitária está em envolta em uma mistificação, que oculta as reais origens do valor no processo de produção. O artigo direciona para a mistificação a partir do papel da categoria do fetiche desde o primeiro capítulo de *O Capital* para, posteriormente, retornar à análise da fórmula trinitária ressaltando a continuidade pertinente ao tema em toda o livro.

Palavras-chave: Mistificação; Economia política; Fetiche; Marx

PROBLEMS OF DEFINITION AND THE THREE INSTITUTIONAL DIMENSIONS WITHIN INSTITUTIONAL ECONOMICS

Carolina Miranda Cavalcante (UFF)

Some authors, like Geoffrey Hodgson, Tony Lawson and John Searle, have recently published papers in which they try to understand and define institutions. In Economics, the definition and the study of institutions are carried out within the scope of the Institutional Economics, but apparently there is no consensus concerning the definition of what is an institution within this school of thought. I claim that there is no insoluble conflict between institutionalists like Thorstein Veblen and Douglass North in which concerns the understanding of an institution, but I claim that these authors emphasize different dimensions of institutions. In the literature that stems from American institutionalism until the emergence of the new institutionalism we can observe three dimensions of institutions, namely, institutions as mental models, institutions as the rules of the game and institutions as organizations. As Malcolm Rutherford has pointed out in many articles, there is a discontinuity between the old institutional economics – the American Institutionalists – and the new institutional economics, but there are also similarities. In this way, we can observe some similarities between these two branches of institutionalist thought when we consider institutions in these three dimensions. Some authors will emphasize only one dimension, others will emphasize two or more dimensions; considering these dimensions together, instead of separating from one another, we can build a richer understanding of institutions. Considering how institutions structure human interaction – rules of the game –, how institutions mold human conceptions about reality – mental models – and how institutions act as big players or as teams – organizations – we have a more powerful theoretical construction to understand how institutions and human action build (together) the complexity of social relations.

Palavras-chave: American Institutionalism; New Institutionalism; Three institutional dimensions; Institutions; Human action

A CONCEPT IN SEARCH OF TWO AUTHORS: COMMONS AND WILLIAMSON ON TRANSACTIONS

Sebastião Neto Ribeiro Guedes (UNESP); Rodrigo Constantino (UNESP)

The idea of Transactions in social sciences was conceived by John Rogers Commons in the beginning of the 1920's, representing a mental instrument capable of describing capitalism and its peculiarities. On the other hand, Oliver Williamson's approach in late 70's reduced the concept to the mere transfer of goods and services in institutions that are or are not guided by the price system. The aim of this article is to present the characteristics of these two different approaches to the concept of transactions, evidencing the role of epistemological aspects and investigative purposes (referred to relevant research context and problem originated in it) as the causes of its metamorphosis. John Commons' effort to build up a concept not only capable of transcending the idea of exchange, but also of giving a totalizing perspective to the interpretation of capitalism is emptied in Williamson's appropriation of the term. By utilizing Commons conception of transactions and trying to subsume it to his "general theory of transaction costs", Williamson limits its scope and meaning, adjusting it without producing rupture with the Neoclassical Economy. This text tries to catch the vicissitudes of this concept found in both authors.

Palavras-chave: Transaction; John Commons; Williamson

UM PARALELO ENTRE O PENSAMENTO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE E A ECONOMIA INSTITUCIONAL

Carlos Eduardo Escobar Bins (UFRGS)

O presente trabalho objetiva, em primeiro lugar, demonstrar a importância da contribuição de Alexis de Tocqueville no campo da Economia, para a qual não é concedido, ainda, o devido reconhecimento. Em segundo lugar, através da exposição de elementos presentes tanto na obra de Tocqueville quanto das escolas institucionalistas heterodoxas, os Institucionalistas Originais e os neo-institucionalistas, busca-se pontos de aproximação entre as construções do autor francês e tal abordagem baseada nas instituições. Assim, podemos perceber em ambos, não só a crítica ao pensamento econômico tradicional, mas também a centralidade conferida às instituições, adquirindo nessas abordagens sentidos semelhantes e multidisciplinares.

Palavras-chave: Economia institucional; Instituições; Alexis de Tocqueville

O “CURIOSO EFEITO” E O PROBLEMA DA MEDIDA INVARIÁVEL NA TEORIA DO VALOR DE RICARDO

Vítor Alves (UNICAMP)

O presente trabalho discute a questão do “curioso efeito” ou o problema da inexistência de uma medida invariável na teoria do valor de Ricardo. Argumenta-se que esta teoria divide-se em dois momentos: o primeiro, compreendido entre as três seções iniciais do capítulo I dos Princípios, consiste na elaboração de uma teoria do valor logicamente consistente por meio da recuperação e correção da teoria do valor de Smith, com a obtenção de dois resultados provisórios: i) o trabalho incorporado constitui-se num padrão invariável de medida do valor e ii) há uma independência entre valor e distribuição; o segundo, que tem início com a seção IV e se estende até o final do capítulo, resulta da introdução do “curioso efeito”, fenômeno em que uma alteração salarial e da taxa de lucro provoca uma alteração do valor relativo das mercadorias produzidas com diferentes proporções de capital fixo e capital circulante e/ou com capitais fixos de durabilidades desiguais, tendo como resultado uma invalidação simultânea de ambos os resultados provisórios e a imposição de uma fratura à teoria ricardiana do valor. Com base em ilustrações numéricas e formalização matemática, mostra-se que o problema do “curioso efeito” está relacionado à incorreção dos mecanismos apontados por Ricardo como responsáveis por transferir valor do capital fixo para a mercadoria por ele produzida (a taxa de lucro e a manutenção do capital fixo), podendo ser evitado por meio de um tratamento correto do problema da transferência de valor.

Palavras-chave: Ricardo; Valor; Curioso efeito

UMA ABORDAGEM DA GRANDE RECESSÃO A PARTIR DA MONOCAUSALIDADE MARXISTA

Caio Vinicius Fernandes Vilella (UFRJ)

Com início do desencadeamento dos eventos da Grande Recessão em 2007, uma série de abordagens distintas sobre as causas do fenômeno ganharam formas dentro da escola marxista. O presente trabalho busca mapear a vertente marxista que atribui a Grande Recessão à queda da taxa de lucro. Através de uma revisão bibliográfica de trabalhos marxistas e utilizando a aludida “lei” marxista como referencial teórico, foi possível expor a abordagem monocausal que atribui as crises capitalistas, inclusive a Grande Recessão, como fruto da queda da taxa de lucro, bem como seus críticos. A partir da organização das interpretações podemos verificar o estado da arte dentro da escola marxista e propor futuros trabalhos complementares.

Palavras-chave: Grande recessão; Escola marxista; Lei tendencial de queda da taxa de lucro; Monocausalidade

TEORIAS SOBRE AS ETAPAS DO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho (UFSJ)

As teorias sobre as etapas do capitalismo analisam as diferentes formas do capitalismo ao longo da história. No início do XX, a periodização do capitalismo foi elaborada pelas teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista. A partir do início da década de 1970, novos tipos de reflexão acerca das mudanças do capitalismo surgiram, como a escola francesa da regulação, a escola das estruturas sociais de acumulação e a abordagem neoschumpeteriana. As insuficiências teóricas apresentadas pelas abordagens sobre as etapas do capitalismo derivam, de modo geral, da dificuldade em articular as características mais fundamentais do modo de produção, as estruturas multisseculares do capitalismo, com as estruturas específicas a determinados períodos históricos. Para solucionar tais deficiências é proposta uma análise do capitalismo baseada nas múltiplas escalas de tempo.

Palavras-chave: Etapas do capitalismo; Imperialismo; Era de ouro do capitalismo

IMPERIALISMO ECONÔMICO, IMPERIALISMO REVERSO E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS FRONTEIRAS DA ECONOMIA

Ariana Stephanie Zerbinatti (UFABC)

Este artigo tem como objetivo debater as alterações nas fronteiras da ciência econômica decorrentes da importação e exportação de conteúdo para outras disciplinas. Foram estudados alguns trabalhos que buscaram quantificar esses processos, por meio de análises de citações em periódicos científicos e questionários. Os resultados foram tratados à luz dos conceitos de interdisciplinaridade, imperialismo econômico e imperialismo reverso. Além disso, também foram discutidas questões como o grau de homogeneidade da ciência econômica atual e se o crescimento do imperialismo econômico tem ocorrido antes mesmo da formação de um consenso interno na Economia. Pode-se concluir que, em termos de conteúdo, o mainstream da Economia está mais heterogêneo do que há duas décadas atrás. Entretanto, o núcleo da ciência econômica mantém-se unido por conta do crescimento do empirismo, que tem propiciado um aumento do imperialismo econômico.

Palavras-chave: Imperialismo econômico; Imperialismo reverso; Interdisciplinaridade; Pluralismo

POR UMA CIÊNCIA ECONÔMICA PLURALISTA: OS MOVIMENTOS ACADÊMICOS COMO UMA SAÍDA

**Maísa Goulart (UNICAMP); Ramon Garcia Fernandez (UFABC);
Solange Regina Marin (UFSM)**

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar as propostas dos movimentos acadêmicos que procuram desenvolver uma ciência econômica mais aberta, tomando como base a discussão em torno do pluralismo das abordagens em Economia, desde a formação de algumas associações com esse objetivo até sua organização na atualidade. Parte-se do pressuposto de que a evolução da disciplina nas últimas décadas levou à constituição de uma corrente majoritária – o mainstream – pouco disposta a dialogar com outras visões, situação que se perpetua na atualidade, e que também está refletida nas políticas econômicas adotadas em muitos países. Visando contribuir para a abertura do ensino e pesquisa em Economia, o trabalho tem o intuito de apresentar a evolução e a situação atual dos movimentos que defendem uma abordagem pluralista, tais como a International Confederation of Associations for Pluralism in Economics (ICAPE), o Institute for New Economic Thinking (INET), o movimento da Post-Autistic Economics (PAECON) e a World Economics Association (WEA).

Palavras-chave: Movimentos acadêmicos; Pluralismo; Ciência econômica

MUDANÇA INSTITUCIONAL NO PENSAMENTO ECONÔMICO: ENTRE PLURALISMO E ORTODOXIA

Lucas Falcão Silva (UFABC)

O equilíbrio pontuado, ideia de que as evoluções das espécies apresenta grandes períodos de estabilidade intercalados por curtos períodos de alta variabilidade de espécies (pontuação), é análoga às proposições de Kuhn acerca da ciência normal e revolucionária. Esta comparação, em conjunto com teorias de mudança institucional, fornece a base de análise para compreender a ciência econômica como instituição, tendo tanto valores cerimoniais como instrumentais em sua composição, e como mudanças ocorrem em sua dinâmica. O objetivo central é identificar se o mainstream da economia é plural (está em um momento de pontuação, possuindo ideias diferentes da economia ortodoxa), como afirma David (2004) e Colander (2006), ou não, Arnsperger e Varoufakis (2008). Argumenta-se que a fronteira de pesquisa inserida no mainstream apresenta ideias divergentes da economia neoclássica, mas, devido a crivos relacionados a valores cerimoniais da elite da profissão, é restringido sua amplitude. Desta forma, estaríamos em um período em que é adicionado ideias inconsistentes ao sistema de crença dominante, o que aumenta a pressão para seu rompimento.

Palavras-chave: Pluralismo metodológico; Equilíbrio pontuado; Mudança institucional, Mainstream

ECONOMIA FEMINISTA: METODOLOGIAS, PROBLEMAS DE PESQUISA E PROPOSTAS TEÓRICAS EM PROL DA IGUALDADE DE GÊNEROS

Brena Paula Magno Fernandez (UFSC)

Em que pesem as conquistas observadas nas últimas décadas tanto em termos de direitos políticos quanto da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, desigualdades de gênero ainda persistem em vários aspectos da vida social, sendo o econômico talvez um dos mais visíveis deles. Fenômenos como as diferenças salariais entre homens e mulheres que desempenham idênticas funções, a segregação sexual no mercado de trabalho, a inserção feminina em trabalhos mais precários, bem como a sobrecarga nos trabalhos domésticos são alguns dos objetos de investigação da chamada economia feminista. Partindo desta perspectiva crítica e contrapondo-a com a perspectiva padrão em economia, o presente artigo propõe-se a mapear algumas propostas teóricas e instrumentos metodológicos disponíveis para identificar estas desigualdades de gênero. Além disso, apontamos a necessidade de rever os preceitos e conceitos da economia ortodoxa à luz das críticas da economia feminista e do princípio da igualdade de gênero, considerando as esferas produtiva e reprodutiva e as relações existentes entre elas.

Palavras-chave: Economia feminista; (Des)igualdade de gênero; Metodologia feminista; Gênero e Economia

A IDEIA DE REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE NELSON WERNECK SODRÉ, CAIO PRADO JÚNIOR E FLORESTAN FERNANDES

Mariana Falcão Chaise (USP)

O presente artigo tem como objetivo a análise das contribuições de três “Intérpretes do Brasil” à temática da Revolução Burguesa, de seu início e de desenvolvimento no Brasil: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Debatendo um tema caro ao pensamento de esquerda, os três autores se aproximaram do pensamento e do método marxista, embora com diferentes graus de ortodoxia e com importantes diferenças em relação à descrição do fenômeno promovida por Marx e Engels. Este artigo tratará justamente destas diferenças, sendo a ideia de Revolução Burguesa e o debate que engendra relativo à ação burguesa no Brasil e à relação entre a burguesia e o Estado no sistema capitalista e no regime democrático ainda hoje essenciais na compreensão da realidade brasileira, justificando, portanto, a retomada destes autores.

Palavras-chave: Revolução burguesa; Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré; Florestan Fernandes

ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: A ABORDAGEM DAS CONTROVÉRSIAS

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira (UFRRJ); Maria Mello de Malta (UFRJ)

Existem diversos métodos para abordar a história do pensamento econômico (HPE). Um caminho é a partir da noção de controvérsia. Tomando como referência o movimento histórico, percebe-se que análises diferentes podem ser formuladas sobre o mesmo objeto, estas diferentes análises podem ser organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos, suscitando assim controvérsias em torno do objeto em análise. Estas controvérsias permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. A HPE pode ser contada como a história das controvérsias, destacando as disputas e rupturas teóricas em sua trajetória. Tomando como referencial a obra de Marx, em especial, Teorias da mais-valia ([1905] 1980); as contribuições de Rubin ([1929] 2013); e Dobb ([1973] 1977), para a abordagem da HPE; e as formulação de Malta et al. (2011) para a história do pensamento econômico brasileiro, este artigo tem como objetivo resgatar esta abordagem para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), evidenciando a trajetória da HPE como uma história das controvérsias.

Palavras-chave: História do pensamento econômico brasileiro; Método; Controvérsias; Materialismo histórico.

CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA COMO TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Iderley Colombini Neto (UFRJ)

A teoria crítica como forma de pensamento pretende resgatar como ponto de partida a concepção de crítica estabelecida por Marx, ou seja, não uma crítica a determinados encadeamentos lógicos de uma teoria, ou a determinados pressupostos, mas uma teoria crítica como uma crítica social, que ao desvendar a mistificação das categorias norteadoras da sociedade atual, não só revela a gênese dessas categorias como também a própria gênese dessa sociedade. A crítica dentro da teoria crítica deve ser compreendida no sentido de elucidar sobre a centralidade do ser humano na formação dos fenômenos sociais, mesmo na falsa aparência da sociedade “objetificada” capitalista. A Crítica da Economia Política de Marx se constitui exatamente nesse sentido, ou seja, em mostrar o processo de naturalização e fetichização existente nas categorias econômicas, tendo como ponto central a incorporação da categoria ‘trabalho’ como um dado natural. A partir da compreensão a-histórica do trabalho abstrato como gasto fisiológico de energia, a riqueza capitalista se torna algo natural, restando ao ser humano uma posição secundária em relação ao movimento do capital.

Palavras-chave: Teoria crítica; Crítica da Economia Política; Marxismo; Marxismo aberto; Trabalho abstrato

A DIALÉTICA ENTRE O MÉTODO E A REALIDADE: UM PROJETO PARA ORGANIZAR A CONTRADIÇÃO

Leonardo Guimarães (USP)

Diante da necessidade premente de unificar as perspectivas políticas da esquerda anticapitalista, este artigo, atuando no terreno metateórico da dialética materialista, busca oferecer uma pequena contribuição. Os debates entre marxistas e destes com autores de outras teorias críticas muitas vezes são pautados por uma certa unilateralidade da análise. Tal unilateralidade pode privilegiar um polo da contradição diminuindo ou invalidando a relevância do outro. Espera-se que uma formulação da dialética materialista que dê enfoque ao elemento reflexivo e à necessidade de manutenção da tensão entre os polos da contradição, garantindo a dignidade conceitual deles, possa auxiliar nas disputas. Para delimitar melhor os conceitos e determinidades centrais à dialética, este artigo explora uma leitura marxista e materialista da Ciência da Lógica de Georg W. F. Hegel. Para isso são tratadas as categorias centrais da Doutrina da Essência da Ciência da Lógica buscando, ao final, dar precisão teórica ao conceito de forma social cunhado, mas não definido, por Karl Marx.

Palavras-chave: Método da Economia Política; Dialética e Ciência da Lógica

O MÉTODO MATERIALISTA DIALÉTICO DA ECONOMIA POLÍTICA

Claus Magno Germer (UFPR)

O objetivo de presente artigo não é o método da economia política em sua particularidade, mas em sua inserção no método de pesquisa mais amplo e geral, fundamenta do no materialismo filosófico e na dialética materialista. É mais ou menos consensual que o marxismo não pode ser reduzido, no que diz respeito ao estudo da sociedade, a uma teoria econômica, ou antropológica, ou política, ou qualquer outra, sendo, ao contrário, uma concepção de mundo totalizante, ou uma teoria ou método de apreensão do existente. Mas o aprofundamento da divisão do trabalho intelectual, no campo das ciências humanas ou sociais, e a sua cristalização acadêmica burguesa, resultaram em um considerável fatiamento e cristalização do próprio campo teórico marxista, que corre o risco de perder gradualmente a sua unidade de fundo, proporcionada pelo método geral, baseado no materialismo e na dialética. A unidade de fundo mencionada implica que o método da economia política é uma particularização do método geral e a ele se vincula por intermédio de uma derivação ao longo de uma sequência de níveis. Este artigo pretende expor, esquematicamente, os elementos fundamentais do método geral, em grandes traços, e da sequência de níveis que conduz ao método da economia política, entendido como particularização do método geral.

REVISÃO DO CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: DA DIMENSÃO ECONÔMICA À CULTURAL

Rafael Gonçalves Gumiero (UNIFESSPA)

O tema do subdesenvolvimento foi notório principalmente após a Segunda Guerra Mundial e mobilizou uma vanguarda teórica nos países centrais e principalmente nos periféricos. A ideia de diálogo foi forte entre teóricos do centro com os da periferia na sistematização do subdesenvolvimento e proporcionou que a interpretação desse fenômeno fosse ressignificada pelo trânsito de ideias. Dentro do universo composto pelas interpretações do subdesenvolvimento, o objetivo geral nesse artigo foi optar por um recorte menor, apresentar a ressignificação de subdesenvolvimento em dois momentos específicos na teoria de Celso Furtado, em sua primeira fase de pensamento (1950-1964) e da revisão desses conceitos na segunda fase do seu pensamento (1965-1984). Para o balanço desse fenômeno foram selecionados os seguintes conceitos: a) intercâmbio entre países periféricos e os centrais; b) as modalidades do subdesenvolvimento; c) efeito demonstração. As obras de Furtado selecionadas para realizar essa análise foram: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, de 1961, Dialética do Desenvolvimento, de 1964 e Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, de 1967; O Mito do Desenvolvimento Econômico, de 1974, Criatividade e Dependência, de 1978 e Cultura e Desenvolvimento, de 1984. Acrescento no balanço comparativo das duas fases do pensamento de Furtado, o estudo Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas que é composto por dois estudos que possibilitam analisar dois momentos do pensamento deste autor aplicado na prática, O desenvolvimento recente da economia venezuelana, de 1957, e Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais, de 1974.

Palavras-chave: Dependência cultural; Subdesenvolvimento; Furtado; Teoria do desenvolvimento; Periferia

SOBRE OS LIMITES DE UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA INCOMPLETA DOS MÉTODOS EM ECONOMIA

Álvaro Martins Siqueira (UNESP)

O objetivo deste artigo é defender a importância de uma crítica ontológica à economia do mainstream. Para isso, serão examinados os argumentos de Tony Lawson que, inspirado na corrente filosófica do realismo crítico, advoga a favor de uma Economia realista, não-dedutivista, e familiarizada com o conceito de ontologia para resolver problemas da teoria econômica contemporânea. O artigo propõe que, apesar de correto na lógica de seu argumento, a crítica de Lawson não é capaz de explicar as razões para a existência e reprodução do mainstream. E se é assim, a crítica de Lawson não é ontológica. Pode-se afirmar que um projeto de reorientação geral da metodologia econômica é impossível caso a necessidade social que a requer permaneça intacta. A presente leitura tem por referências o realismo crítico e a crítica ontológica do capitalismo feita por Marx.

Palavras-chave: Realismo Crítico; Crítica ontológica; Metodologia econômica

TEORIA MARGINALISTA COMO TEORIA CONSERVADORA: WALRAS, MARSHALL E CONSORTE

Lucas Mesquita (UFF)

Neste trabalho tenho o objetivo de argumentar que as teorias desenvolvidas na chamada Revolução Marginalista têm um caráter essencialmente conservador, isto é, têm utilidade em justificar e conservar as relações tipicamente burguesas de produção e circulação da riqueza social. Escolho as principais obras de León Walras e Alfred Marshall como representantes do tipo de teoria construída no período de surgimento do marginalismo, pela persistência que suas ideias apresentaram ao longo do tempo, e ainda apresentam. Realizo a análise das obras desde a ontologia adotada por esses autores, considerando também a metodologia e teoria sobre o comportamento humano, que são os pressupostos das suas ideias. Finalmente, faço a crítica das ideias explicitadas nos textos dos autores. O referencial teórico de todo o trabalho é o marxismo.

Palavras-chave: Revolução marginalista; Marginalismo; Crítica ontológica; Economia neoclássica

A MISTIFICAÇÃO EM SEU LIMITE ÚLTIMO: A FÓRMULA TRINITÁRIA

Juliana Brasileiro (UFF)

Este artigo analisa a crítica de Marx sobre a “fórmula trinitária”, isto é, a relação entre valor e suas supostas origens na “trindade” terra, capital e trabalho. No capítulo em que trata deste tema, Marx aponta como a fórmula trinitária está em envolta em uma mistificação, que oculta as reais origens do valor no processo de produção. O artigo direciona para a mistificação a partir do papel da categoria do fetiche desde o primeiro capítulo de *O Capital* para, posteriormente, retornar à análise da fórmula trinitária ressaltando a continuidade pertinente ao tema em toda o livro.

Palavras-chave: Mistificação; Economia política; Fetiche; Marx

PROBLEMS OF DEFINITION AND THE THREE INSTITUTIONAL DIMENSIONS WITHIN INSTITUTIONAL ECONOMICS

Carolina Miranda Cavalcante (UFF)

Some authors, like Geoffrey Hodgson, Tony Lawson and John Searle, have recently published papers in which they try to understand and define institutions. In Economics, the definition and the study of institutions are carried out within the scope of the Institutional Economics, but apparently there is no consensus concerning the definition of what is an institution within this school of thought. I claim that there is no insoluble conflict between institutionalists like Thorstein Veblen and Douglass North in which concerns the understanding of an institution, but I claim that these authors emphasize different dimensions of institutions. In the literature that stems from American institutionalism until the emergence of the new institutionalism we can observe three dimensions of institutions, namely, institutions as mental models, institutions as the rules of the game and institutions as organizations. As Malcolm Rutherford has pointed out in many articles, there is a discontinuity between the old institutional economics – the American Institutionalists – and the new institutional economics, but there are also similarities. In this way, we can observe some similarities between these two branches of institutionalist thought when we consider institutions in these three dimensions. Some authors will emphasize only one dimension, others will emphasize two or more dimensions; considering these dimensions together, instead of separating from one another, we can build a richer understanding of institutions. Considering how institutions structure human interaction – rules of the game –, how institutions mold human conceptions about reality – mental models – and how institutions act as big players or as teams – organizations – we have a more powerful theoretical construction to understand how institutions and human action build (together) the complexity of social relations.

Palavras-chave: American Institutionalism; New Institutionalism; Three institutional dimensions; Institutions; Human action

A CONCEPT IN SEARCH OF TWO AUTHORS: COMMONS AND WILLIAMSON ON TRANSACTIONS

Sebastião Neto Ribeiro Guedes (UNESP); Rodrigo Constantino (UNESP)

The idea of Transactions in social sciences was conceived by John Rogers Commons in the beginning of the 1920's, representing a mental instrument capable of describing capitalism and its peculiarities. On the other hand, Oliver Williamson's approach in late 70's reduced the concept to the mere transfer of goods and services in institutions that are or are not guided by the price system. The aim of this article is to present the characteristics of these two different approaches to the concept of transactions, evidencing the role of epistemological aspects and investigative purposes (referred to relevant research context and problem originated in it) as the causes of its metamorphosis. John Commons' effort to build up a concept not only capable of transcending the idea of exchange, but also of giving a totalizing perspective to the interpretation of capitalism is emptied in Williamson's appropriation of the term. By utilizing Commons conception of transactions and trying to subsume it to his "general theory of transaction costs", Williamson limits its scope and meaning, adjusting it without producing rupture with the Neoclassical Economy. This text tries to catch the vicissitudes of this concept found in both authors.

Palavras-chave: Transaction; John Commons; Williamson

UM PARALELO ENTRE O PENSAMENTO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE E A ECONOMIA INSTITUCIONAL

Carlos Eduardo Escobar Bins (UFRGS)

O presente trabalho objetiva, em primeiro lugar, demonstrar a importância da contribuição de Alexis de Tocqueville no campo da Economia, para a qual não é concedido, ainda, o devido reconhecimento. Em segundo lugar, através da exposição de elementos presentes tanto na obra de Tocqueville quanto das escolas institucionalistas heterodoxas, os Institucionalistas Originais e os neo-institucionalistas, busca-se pontos de aproximação entre as construções do autor francês e tal abordagem baseada nas instituições. Assim, podemos perceber em ambos, não só a crítica ao pensamento econômico tradicional, mas também a centralidade conferida às instituições, adquirindo nessas abordagens sentidos semelhantes e multidisciplinares.

Palavras-chave: Economia institucional; Instituições; Alexis de Tocqueville

O “CURIOSO EFEITO” E O PROBLEMA DA MEDIDA INVARIÁVEL NA TEORIA DO VALOR DE RICARDO

Vítor Alves (UNICAMP)

O presente trabalho discute a questão do “curioso efeito” ou o problema da inexistência de uma medida invariável na teoria do valor de Ricardo. Argumenta-se que esta teoria divide-se em dois momentos: o primeiro, compreendido entre as três seções iniciais do capítulo I dos Princípios, consiste na elaboração de uma teoria do valor logicamente consistente por meio da recuperação e correção da teoria do valor de Smith, com a obtenção de dois resultados provisórios: i) o trabalho incorporado constitui-se num padrão invariável de medida do valor e ii) há uma independência entre valor e distribuição; o segundo, que tem início com a seção IV e se estende até o final do capítulo, resulta da introdução do “curioso efeito”, fenômeno em que uma alteração salarial e da taxa de lucro provoca uma alteração do valor relativo das mercadorias produzidas com diferentes proporções de capital fixo e capital circulante e/ou com capitais fixos de durabilidades desiguais, tendo como resultado uma invalidação simultânea de ambos os resultados provisórios e a imposição de uma fratura à teoria ricardiana do valor. Com base em ilustrações numéricas e formalização matemática, mostra-se que o problema do “curioso efeito” está relacionado à incorreção dos mecanismos apontados por Ricardo como responsáveis por transferir valor do capital fixo para a mercadoria por ele produzida (a taxa de lucro e a manutenção do capital fixo), podendo ser evitado por meio de um tratamento correto do problema da transferência de valor.

Palavras-chave: Ricardo; Valor; Curioso efeito

UMA ABORDAGEM DA GRANDE RECESSÃO A PARTIR DA MONOCAUSALIDADE MARXISTA

Caio Vinicius Fernandes Vilella (UFRJ)

Com início do desencadeamento dos eventos da Grande Recessão em 2007, uma série de abordagens distintas sobre as causas do fenômeno ganharam formas dentro da escola marxista. O presente trabalho busca mapear a vertente marxista que atribui a Grande Recessão à queda da taxa de lucro. Através de uma revisão bibliográfica de trabalhos marxistas e utilizando a aludida “lei” marxista como referencial teórico, foi possível expor a abordagem monocausal que atribui as crises capitalistas, inclusive a Grande Recessão, como fruto da queda da taxa de lucro, bem como seus críticos. A partir da organização das interpretações podemos verificar o estado da arte dentro da escola marxista e propor futuros trabalhos complementares.

Palavras-chave: Grande recessão; Escola marxista; Lei tendencial de queda da taxa de lucro; Monocausalidade

TEORIAS SOBRE AS ETAPAS DO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho (UFSJ)

As teorias sobre as etapas do capitalismo analisam as diferentes formas do capitalismo ao longo da história. No início do XX, a periodização do capitalismo foi elaborada pelas teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista. A partir do início da década de 1970, novos tipos de reflexão acerca das mudanças do capitalismo surgiram, como a escola francesa da regulação, a escola das estruturas sociais de acumulação e a abordagem neoschumpeteriana. As insuficiências teóricas apresentadas pelas abordagens sobre as etapas do capitalismo derivam, de modo geral, da dificuldade em articular as características mais fundamentais do modo de produção, as estruturas multiseculares do capitalismo, com as estruturas específicas a determinados períodos históricos. Para solucionar tais deficiências é proposta uma análise do capitalismo baseada nas múltiplas escalas de tempo.

Palavras-chave: Etapas do capitalismo; Imperialismo; Era de ouro do capitalismo

IMPERIALISMO ECONÔMICO, IMPERIALISMO REVERSO E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS FRONTEIRAS DA ECONOMIA

Ariana Stephanie Zerbinatti (UFABC)

Este artigo tem como objetivo debater as alterações nas fronteiras da ciência econômica decorrentes da importação e exportação de conteúdo para outras disciplinas. Foram estudados alguns trabalhos que buscaram quantificar esses processos, por meio de análises de citações em periódicos científicos e questionários. Os resultados foram tratados à luz dos conceitos de interdisciplinaridade, imperialismo econômico e imperialismo reverso. Além disso, também foram discutidas questões como o grau de homogeneidade da ciência econômica atual e se o crescimento do imperialismo econômico tem ocorrido antes mesmo da formação de um consenso interno na Economia. Pode-se concluir que, em termos de conteúdo, o mainstream da Economia está mais heterogêneo do que há duas décadas atrás. Entretanto, o núcleo da ciência econômica mantém-se unido por conta do crescimento do empirismo, que tem propiciado um aumento do imperialismo econômico.

Palavras-chave: Imperialismo econômico; Imperialismo reverso; Interdisciplinaridade; Pluralismo

POR UMA CIÊNCIA ECONÔMICA PLURALISTA: OS MOVIMENTOS ACADÊMICOS COMO UMA SAÍDA

**Maísa Goulart (UNICAMP); Ramon Garcia Fernandez (UFABC);
Solange Regina Marin (UFMS)**

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar as propostas dos movimentos acadêmicos que procuram desenvolver uma ciência econômica mais aberta, tomando como base a discussão em torno do pluralismo das abordagens em Economia, desde a formação de algumas associações com esse objetivo até sua organização na atualidade. Parte-se do pressuposto de que a evolução da disciplina nas últimas décadas levou à constituição de uma corrente majoritária – o mainstream – pouco disposta a dialogar com outras visões, situação que se perpetua na atualidade, e que também está refletida nas políticas econômicas adotadas em muitos países. Visando contribuir para a abertura do ensino e pesquisa em Economia, o trabalho tem o intuito de apresentar a evolução e a situação atual dos movimentos que defendem uma abordagem pluralista, tais como a International Confederation of Associations for Pluralism in Economics (ICAPE), o Institute for New Economic Thinking (INET), o movimento da Post-Autistic Economics (PAECON) e a World Economics Association (WEA).

Palavras-chave: Movimentos acadêmicos; Pluralismo; Ciência econômica

MUDANÇA INSTITUCIONAL NO PENSAMENTO ECONÔMICO: ENTRE PLURALISMO E ORTODOXIA

Lucas Falcão Silva (UFABC)

O equilíbrio pontuado, ideia de que as evoluções das espécies apresenta grandes períodos de estabilidade intercalados por curtos períodos de alta variabilidade de espécies (pontuação), é análoga às proposições de Kuhn acerca da ciência normal e revolucionária. Esta comparação, em conjunto com teorias de mudança institucional, fornece a base de análise para compreender a ciência econômica como instituição, tendo tanto valores cerimoniais como instrumentais em sua composição, e como mudanças ocorrem em sua dinâmica. O objetivo central é identificar se o mainstream da economia é plural (está em um momento de pontuação, possuindo ideias diferentes da economia ortodoxa), como afirma David (2004) e Colander (2006), ou não, Arnsperger e Varoufakis (2008). Argumenta-se que a fronteira de pesquisa inserida no mainstream apresenta ideias divergentes da economia neoclássica, mas, devido a crivos relacionados a valores cerimoniais da elite da profissão, é restringido sua amplitude. Desta forma, estaríamos em um período em que é adicionado ideias inconsistentes ao sistema de crença dominante, o que aumenta a pressão para seu rompimento.

Palavras-chave: Pluralismo metodológico; Equilíbrio pontuado; Mudança institucional, Mainstream

ECONOMIA FEMINISTA: METODOLOGIAS, PROBLEMAS DE PESQUISA E PROPOSTAS TEÓRICAS EM PROL DA IGUALDADE DE GÊNEROS

Brena Paula Magno Fernandez (UFSC)

Em que pesem as conquistas observadas nas últimas décadas tanto em termos de direitos políticos quanto da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, desigualdades de gênero ainda persistem em vários aspectos da vida social, sendo o econômico talvez um dos mais visíveis deles. Fenômenos como as diferenças salariais entre homens e mulheres que desempenham idênticas funções, a segregação sexual no mercado de trabalho, a inserção feminina em trabalhos mais precários, bem como a sobrecarga nos trabalhos domésticos são alguns dos objetos de investigação da chamada economia feminista. Partindo desta perspectiva crítica e contrapondo-a com a perspectiva padrão em economia, o presente artigo propõe-se a mapear algumas propostas teóricas e instrumentos metodológicos disponíveis para identificar estas desigualdades de gênero. Além disso, apontamos a necessidade de rever os preceitos e conceitos da economia ortodoxa à luz das críticas da economia feminista e do princípio da igualdade de gênero, considerando as esferas produtiva e reprodutiva e as relações existentes entre elas.

Palavras-chave: Economia feminista; (Des)igualdade de gênero; Metodologia feminista; Gênero e Economia

A IDEIA DE REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE NELSON WERNECK SODRÉ, CAIO PRADO JÚNIOR E FLORESTAN FERNANDES

Mariana Falcão Chaise (USP)

O presente artigo tem como objetivo a análise das contribuições de três “Intérpretes do Brasil” à temática da Revolução Burguesa, de seu início e de desenvolvimento no Brasil: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Debatendo um tema caro ao pensamento de esquerda, os três autores se aproximaram do pensamento e do método marxista, embora com diferentes graus de ortodoxia e com importantes diferenças em relação à descrição do fenômeno promovida por Marx e Engels. Este artigo tratará justamente destas diferenças, sendo a ideia de Revolução Burguesa e o debate que engendra relativo à ação burguesa no Brasil e à relação entre a burguesia e o Estado no sistema capitalista e no regime democrático ainda hoje essenciais na compreensão da realidade brasileira, justificando, portanto, a retomada destes autores.

Palavras-chave: Revolução burguesa; Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré; Florestan Fernandes

ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: A ABORDAGEM DAS CONTROVÉRSIAS

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira (UFRRJ); Maria Mello de Malta (UFRJ)

Existem diversos métodos para abordar a história do pensamento econômico (HPE). Um caminho é a partir da noção de controvérsia. Tomando como referência o movimento histórico, percebe-se que análises diferentes podem ser formuladas sobre o mesmo objeto, estas diferentes análises podem ser organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos, suscitando assim controvérsias em torno do objeto em análise. Estas controvérsias permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. A HPE pode ser contada como a história das controvérsias, destacando as disputas e rupturas teóricas em sua trajetória. Tomando como referencial a obra de Marx, em especial, Teorias da mais-valia ([1905] 1980); as contribuições de Rubin ([1929] 2013); e Dobb ([1973] 1977), para a abordagem da HPE; e as formulação de Malta et al. (2011) para a história do pensamento econômico brasileiro, este artigo tem como objetivo resgatar esta abordagem para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), evidenciando a trajetória da HPE como uma história das controvérsias.

Palavras-chave: História do pensamento econômico brasileiro; Método; Controvérsias; Materialismo histórico.

CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA COMO TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Iderley Colombini Neto (UFRJ)

A teoria crítica como forma de pensamento pretende resgatar como ponto de partida a concepção de crítica estabelecida por Marx, ou seja, não uma crítica a determinados encadeamentos lógicos de uma teoria, ou a determinados pressupostos, mas uma teoria crítica como uma crítica social, que ao desvendar a mistificação das categorias norteadoras da sociedade atual, não só revela a gênese dessas categorias como também a própria gênese dessa sociedade. A crítica dentro da teoria crítica deve ser compreendida no sentido de elucidar sobre a centralidade do ser humano na formação dos fenômenos sociais, mesmo na falsa aparência da sociedade “objetificada” capitalista. A Crítica da Economia Política de Marx se constitui exatamente nesse sentido, ou seja, em mostrar o processo de naturalização e fetichização existente nas categorias econômicas, tendo como ponto central a incorporação da categoria ‘trabalho’ como um dado natural. A partir da compreensão a-histórica do trabalho abstrato como gasto fisiológico de energia, a riqueza capitalista se torna algo natural, restando ao ser humano uma posição secundária em relação ao movimento do capital.

Palavras-chave: Teoria crítica; Crítica da Economia Política; Marxismo; Marxismo aberto; Trabalho abstrato

A DIALÉTICA ENTRE O MÉTODO E A REALIDADE: UM PROJETO PARA ORGANIZAR A CONTRADIÇÃO

Leonardo Guimarães (USP)

Diante da necessidade premente de unificar as perspectivas políticas da esquerda anticapitalista, este artigo, atuando no terreno metateórico da dialética materialista, busca oferecer uma pequena contribuição. Os debates entre marxistas e destes com autores de outras teorias críticas muitas vezes são pautados por uma certa unilateralidade da análise. Tal unilateralidade pode privilegiar um polo da contradição diminuindo ou invalidando a relevância do outro. Espera-se que uma formulação da dialética materialista que dê enfoque ao elemento reflexivo e à necessidade de manutenção da tensão entre os polos da contradição, garantindo a dignidade conceitual deles, possa auxiliar nas disputas. Para delimitar melhor os conceitos e determinidades centrais à dialética, este artigo explora uma leitura marxista e materialista da Ciência da Lógica de Georg W. F. Hegel. Para isso são tratadas as categorias centrais da Doutrina da Essência da Ciência da Lógica buscando, ao final, dar precisão teórica ao conceito de forma social cunhado, mas não definido, por Karl Marx.

Palavras-chave: Método da Economia Política; Dialética e Ciência da Lógica

O MÉTODO MATERIALISTA DIALÉTICO DA ECONOMIA POLÍTICA

Claus Magno Germer (UFPR)

O objetivo de presente artigo não é o método da economia política em sua particularidade, mas em sua inserção no método de pesquisa mais amplo e geral, fundamenta do no materialismo filosófico e na dialética materialista. É mais ou menos consensual que o marxismo não pode ser reduzido, no que diz respeito ao estudo da sociedade, a uma teoria econômica, ou antropológica, ou política, ou qualquer outra, sendo, ao contrário, uma concepção de mundo totalizante, ou uma teoria ou método de apreensão do existente. Mas o aprofundamento da divisão do trabalho intelectual, no campo das ciências humanas ou sociais, e a sua cristalização acadêmica burguesa, resultaram em um considerável fatiamento e cristalização do próprio campo teórico marxista, que corre o risco de perder gradualmente a sua unidade de fundo, proporcionada pelo método geral, baseado no materialismo e na dialética. A unidade de fundo mencionada implica que o método da economia política é uma particularização do método geral e a ele se vincula por intermédio de uma derivação ao longo de uma sequência de níveis. Este artigo pretende expor, esquematicamente, os elementos fundamentais do método geral, em grandes traços, e da sequência de níveis que conduz ao método da economia política, entendido como particularização do método geral.

Palavras-chave: Método da economia política; Economia política e materialismo dialético; Método da economia política e materialismo histórico



Área 2. História econômica



GEOPOLÍTICA DO MINÉRIO DE FERRO BRASILEIRO NO ENTREGUERRAS

Gustavo Barros (UFJF)

Este trabalho explora as cisões no plano internacional no período entreguerras relativas à exploração das amplas reservas de minério de ferro da região central de Minas Gerais e algumas de suas implicações. Argumento aqui que essa exploração tinha implicações estratégicas potenciais significativas para o equilíbrio de forças entre as potências europeias no âmbito da configuração que se estabeleceu após o Tratado de Versalhes. Que isso tenha ocorrido teve desdobramentos relevantes para os eventos no Brasil, e nos permite compreender tanto a vinda da ARBED ao país para constituir a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, quanto o surgimento de um discurso abertamente antiexportador da parte de algumas figuras de grande expressão política em Minas Gerais.

Palavras-chave: Entreguerras; Geopolítica; Minério de ferro; Siderurgia

CRISE ECONÔMICA E REAÇÃO DO EMPRESARIADO DO RIO DE JANEIRO

Júlio César Oliveira de Souza (UERJ)

O aumento exponencial da dívida externa brasileira impôs mudanças relativas à expansão do capital operada pela burguesia interna durante as décadas de 1970 e 1980. A nova conjuntura econômica imposta era de escassez de investimentos externos. A conjuntura de crise do capitalismo no mundo tornava a manutenção do status quo a pedra de angular das ações das classes dominantes. A dívida externa impunha limites ao deslocamento de capital estatal, assim como políticas de proteção de mercado. A economia do Rio de Janeiro tem um papel singular na análise desse contexto. Com o segundo maior parque industrial do país, embora complementar ao de São Paulo, o estado, na década de 1980, vendia uma boa parcela da sua produção para o mercado interno, e tinha em seu território um grande número de grandes empresas transnacionais e estatais. O descompasso do crescimento de sua economia com a média nacional e a crise econômica propiciaram discussões sobre novas formas de capitalização de investimentos. Isso foi materializado com a criação da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (AD-RIO).

Palavras-chave: História econômica do Brasil; Crise econômica; Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (AD-Rio)

A MACROECONOMIA DO GOVERNO MÉDICI (1969-1974): UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE AS CAUSAS DO “MILAGRE” ECONÔMICO

Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araujo (UFF)

Ao descrever a política macroeconômica do governo Médici (1969-1974), de cunho preponderantemente expansiva, este trabalho procura contribuir para a literatura a respeito das causas do assim chamado “milagre” econômico brasileiro. Este trabalho defende que a guinada heterodoxa – para a qual o governo Médici contribuiu dando continuidade e intensificando a política macro herdada de Costa e Silva, e aprimorando as instituições existentes para viabilizar a expansão – foi mais importante para explicar as elevadas taxas de crescimento do produto do que as reformas do governo Castello Branco.

Palavras-chave: Governo Médici; “Milagre” econômico; Ditadura militar

SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR DOS PAÍSES DA ZONA DO EURO, 2008 - 2015

**Rodolfo Francisco Soares Nunes (UFMA);
Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli (UFMA)**

O objetivo deste artigo é examinar o processo de tomada de decisões que afetaram o comércio exterior dos países da Zona do Euro (ZE) nos anos após a Crise Financeira e Monetária de 2008, bem como verificar o desempenho destes, principalmente a composição Exportações/Importações, nos anos de 2008 a 2015. Adicionalmente, busca-se verificar a dinâmica do comércio internacional e as formas como este comércio vem se estabelecendo no século XXI, em vista do atual cenário internacional globalizado, onde há necessidade de se compreender como o maior e mais importante bloco integrado de países vem desenvolvendo suas políticas de Comércio Exterior.

Palavras-chave: União Europeia; Zona do Euro; Comércio internacional; Crise de 2008

A ESTRUTURA PRODUTIVA NA ZONA DO EURO: CARACTERÍSTICAS SETORIAIS, 2006 - 2013

Talysson Benilson Gonçalves Bastos (UFMA); Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli (UFMA)

Este artigo busca apresentar as transformações ocorridas nos setores que compõem o PIB de alguns países do bloco econômico europeu com o objetivo de observar possíveis alterações na estrutura produtiva durante os anos da crise financeira e monetária de 2008. De modo comparativo, dividiu-se o grupo de países em dois: o das economias dos seis países fundadores, e os quatro países que mais tiveram suas economias atingidas pela chamada crise das dívidas soberanas: Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal. Caso se confirmem alterações na participação dos setores produtivos, busca-se verificar se as diretrizes teóricas que predizem ser o setor secundário o alavancador de desenvolvimento e crescimento econômico estão representadas na realidade.

Palavras-chave: União Europeia; Zona do Euro; Produto Interno Bruto; Estrutura produtiva setorial

POLÍTICA DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DA ÁFRICA DO SUL (1910-1948)

Danielle de Almeida Mota Soares (UNESP); Mário Augusto Bertella (UNESP)

O presente artigo tem como objetivo mostrar as primeiras iniciativas com propósito industrializante de 1910 a 1948, na África do Sul. Para isso, fez-se um resgate histórico que culmina nas três motivações para a decisão de industrializar o país: promover empregos para os africanos, dificuldades na mineração que conduziram à uma diversificação econômica e o ambiente favorável que a substituição de importações espontânea trouxe. Além disso, pretende-se mostrar as medidas e instituições construídas para a industrialização. Por fim, conclui-se que a indústria teve um crescimento significativo tornando-se o segundo maior setor do país e a tarifa de 1925 (com intuito de realizar uma política de substituição de importações), teve um papel moderado neste resultado.

Palavras-chave: Industrialização; Política de Substituição de Importações; Substituição de importações; África do Sul; Guerra; Mineração

NOVO-DESENVOLVIMENTISMO” NO BRASIL: GÊNESE, ASCENSÃO E QUEDA

Raphael Rodrigues (UFU)

Na literatura associada a história econômica do Brasil, o “novo - desenvolvimentismo” se refere às discussões acerca da perspectiva teórica e política associada aos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 – 2016). Considerando o ainda recente processo de impeachment ocorrido em 2016, à partir dos escritos de autores que se dedicaram à crítica ao desenvolvimentismo no período de 1930 a 1980, e autores contemporâneos, busca-se realizar uma análise da trajetória histórica do “novo - desenvolvimentismo”, de forma a se ter elementos que propiciam uma explicação para a ruptura da base política de sustentação dos referidos governos e da própria perspectiva teórica. Isso através da crítica à ideia da existência, e participação, do “grande empresariado nacional”, ou da “nova burguesia nacional, na liderança da frente política representativa de um projeto “novo - desenvolvimentista”.

Palavras-chave: “Novo-desenvolvimentismo”; Governos Lula e Dilma; “Nova burguesia nacional”; Desenvolvimento Nacional

INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL E DEPENDÊNCIA NO PÓS CRISE: ALGUNS ELEMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE AMÉRICA LATINA

Alexis Saludjian (UFRJ)

A eleição de D. Trump, a saída do Reino Unido da União Européia, a redução do crescimento chinês e o “Novo Normal”, a volta de políticas de austeridade neoliberais (Argentina e Brasil entre outros) se assemelham a um cenário com consequências catastróficas para os povos e a classe trabalhadora mundial. Nessa crise, as respostas e a orientação dos debates em torno das estratégias de desenvolvimento e inserção na economia mundial merecem ser discutidas de maneira crítica mostrando a heterogeneidade e hierarquia entre países que definem o rumo da acumulação capitalista e os que são dependentes das estratégias de tais países. O artigo proposto tentará caracterizar: 1) as políticas neo-protecionistas dos países do Centro; 2) as políticas liberais e pro-livre comércio dos países da Periferia. Com base a esses elementos, algumas conclusões sobre o caráter dependente da acumulação de América Latina serão apresentadas.

Palavras-chave: América Latina; Crise; Economia mundial; Dependência

A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Lucas Crivelenti e Castro (UNESP)

O presente artigo analisa a inserção subordinada do Brasil no período do capitalismo financeirizado, destacando aspectos internos e externos que incidem sobre a estrutura da dependência do país. Dessa maneira, procura-se descrever a liberalização econômica, abertura comercial, desregulamentação financeira e as políticas monetária, fiscal e cambial como ascensão de uma nova fase do capitalismo dependente brasileiro, que aprofunda as raízes de incorporação submissa do Brasil aos interesses hegemônicos internos e externos.

Palavras-chave: Dependência; Inserção subordinada; Financeirização; Imperialismo



Área 3. Economia brasileira



A ECONOMIA POLÍTICA DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

Róber Iturriet Avila (UFRGS); João Batista Santos Conceição (UNISINOS)

A estrutura tributária brasileira se destaca internacionalmente devido a sua regressividade. As principais fontes de acumulação de rendimentos e de patrimônio dos mais ricos no Brasil são rendimentos advindos de dividendos, heranças e doações. Essas fontes de fluxo e de acumulação possuem baixa tributação em comparação a diversos países em desenvolvimento e desenvolvidos. Sob esse pano de fundo, o presente trabalho expõe a origem teórica da regressividade, qual seja, as formulações acerca da teoria da tributação ótima, que foi revisada recentemente. Adicionalmente, é apresentada a evolução histórica da tributação brasileira e as frustradas tentativas de ampliação de sua progressividade.

Palavras-chave: Tributação; Renda; Patrimônio

É NECESSÁRIO E VIÁVEL AUMENTAR A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA? UMA ANÁLISE A PARTIR DESTA QUESTÃO, EM FOCO E EM PERSPECTIVA COMPARADA

David Deccache (UFF); Lucas Di Candia Ramundo (UFF)

Há uma extensa e consagrada literatura que demonstra que a carga tributária brasileira é extremamente regressiva. Também há muitos trabalhos que demonstram o alto grau de complexidade do nosso sistema tributário. Porém, poucos autores procuraram responder de forma mais atenta à uma questão sensível e extremamente importante para a construção e avaliação de políticas econômicas: a carga tributária do Brasil é alta? Responder a esta questão é fundamental para avaliarmos possibilidades e limites da nossa política fiscal. Por exemplo: se for necessário que a carga tributária seja elevada para sustentarmos o nosso modelo previdenciário nos moldes de hoje haveria estrangulamentos do lado tributário? É nesse locus que o trabalho a seguir se concentra. Para alcançarmos o objetivo proposto, analisaremos, inicialmente, as peculiaridades da carga tributária brasileira, com destaque para a avaliação do grau de regressividade tributária e do nível de complexidade sistêmica. Apresentada as características gerais do sistema tributário brasileiro, avançaremos em direção à uma análise comparativa entre a carga tributária bruta e líquida do Brasil em relação aos países latino americanos e, também, com a dos países desenvolvidos. Quanto à comparação com os países desenvolvidos, vamos extrapolar as análises convencionais e, como contribuição original, buscaremos estabelecer uma métrica entre a carga tributária brasileira de hoje e a dos países desenvolvidos no período de catching up social, ou seja, no momento em que gestavam os seus respectivos estados de bem-estar social.

Palavras-chave: Carga tributária líquida; Sistema tributário brasileiro; Regressividade; Reforma tributária

UMA PROPOSTA À REGRESSIVIDADE DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA NO BRASIL-DIRF 2015

Rosa Angela Chieza (UFRGS); Joana Veck Milão (UFRGS); Rejane Franchescini (UFRGS); Dão Real Pereira dos Santos (MF/SRF)

O Brasil, no passado recente, não implementou a redução das desigualdades de renda através de uma política tributária progressiva. Ao contrário, nos anos 1990, seguiu as orientações de Organismos Multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, de redução das alíquotas marginais do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), restringindo ainda mais o papel distributivo deste imposto e, nos anos 2000, optou pela ótica do gasto, como alternativa à redução da desigualdade de renda no país. Diante disso e da visão da Teoria de Tributação Equitativa e a partir dos princípios constitucionais da isonomia e da capacidade contributiva analisa-se a regressividade do IRPF a despeito das alíquotas marginais progressivas. A “Renda Total Declarada” em 2015 foi de 2,584 trilhões de reais, distribuídos entre os três grupos de tratamento tributário, sendo 59% referente à Renda Tributável Bruta, 10% à Renda Tributável Exclusivamente na Fonte e 31% à Renda Isenta e Não Tributável. Apenas 29.311 (0,11%) declarantes se apropriaram de 11,53% da Renda Total Declarada demonstrando elevada concentração de renda. Além disso. Ao analisar-se a trajetória da alíquota efetiva do contribuinte demonstra-se que a progressividade do IRPF está comprometida uma vez que a alíquota efetiva cresce até a faixa de declarantes que recebem 40 SM ao mês, atingindo 10,41%, e a partir desta faixa de renda, a alíquota efetiva diminui, atingindo 1,94% para os que recebem mais de 320 SM ao mês. a. Por fim, a proposta 3 com ampliação do número de faixas e das alíquotas bem como a inclusão dos dividendos na base tributável, ampliaria a progressividade do IRPF no Brasil.

Palavras-chave: Imposto de renda; Regressividade tributária; Justiça fiscal

A GÊNESE DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS AJUSTES DA SEST

Carlos Henrique Lopes Rodrigues (UFVJM)

O artigo discute o início do neoliberalismo no Brasil a partir dos ajustes promovidos sobre as empresas estatais do país pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) no começo dos anos 1980. As políticas da SEST promoveram o neoliberalismo no Brasil antes mesmo dos ajustes propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de 1983 e muito anteriormente às propostas do Consenso de Washington e à política econômica implementada a partir dos anos 1990, como costuma ser datado pela literatura econômica o marco do neoliberalismo no país. O artigo possui três seções: 1) uma breve discussão sobre as transformações da acumulação na transição dos anos 1960 a 1970 e seus efeitos no espaço nacional; 2) o padrão de financiamento do II PND e seus desdobramentos sobre a crise da dívida brasileira; e 3) a criação da SEST e suas políticas em relação às empresas estatais.

Palavras-chave: Empresas multinacionais; SEST; Neoliberalismo

IMPACTO DA AUSTERIDADE SOBRE O CRESCIMENTO E A DESIGUALDADE NO BRASIL

Esther Dweck (UFRJ); Pedro Rossi (UNICAMP); Ana Luíza Matos de Oliveira (UNICAMP); Flávio Arantes (UNICAMP)

Esse artigo tem como objetivo discutir os impactos da austeridade fiscal no Brasil em duas diferentes dimensões: o crescimento econômico e a desigualdade social. Para isso, primeiramente apresenta-se a literatura internacional que trata das experiências históricas com a austeridade. Em seguida, analisase o caso brasileiro considerando três perspectivas; (i) o crescimento brasileiro após as políticas de austeridade que tem início em 2015, (ii) o impacto distributivo da política fiscal brasileira e em particular do gasto social e, por fim, (iii) o prováveis efeitos do novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional 95 (EC95), sobre o crescimento e sobre a desigualdade. Conclui-se que o Brasil é mais um caso de fracasso dentre as muitas experiências históricas com a austeridade e que a constitucionalização da austeridade pela EC95 tende a tornar contracionista a política fiscal e aumentar a desigualdade social no Brasil.

Palavras-chave: Austeridade; Política fiscal; Desigualdade

VULNERABILIDADE EXTERNA BRASILEIRA NOS ANOS 1990: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTOS E DO FLUXO DE RENDAS

Paulo van Noije (UNICAMP); Miguel Henriques de Carvalho (UFRJ)

O objetivo do trabalho é apresentar a vulnerabilidade externa brasileira na década 1990, em sua esfera financeira, decorrente dos estoques externos. Defende-se a hipótese de que, historicamente, um dos elos mais importantes da interação entre os fluxos e os estoques externos brasileiros está na sua circularidade. Para as análises em tela, realiza-se uma estimativa da Posição Internacional de Investimentos para os anos 1990 que é inédita – já que esses dados não são disponibilizados por nenhuma fonte oficial –, constituindo-se como uma das contribuições do artigo. Ademais, apresenta-se uma estimativa – também inédita – da rentabilidade desses estoques externos, além de alguns indicadores de endividamento externo. A partir desses dados, o artigo analisa o período marcado pelo aprofundamento do neoliberalismo via Consenso de Washington, em que o aprofundamento da globalização financeira foi acompanhado do aumento do fluxo de capitais para os países periféricos. No âmbito doméstico, observou-se a ampliação da abertura financeira e comercial. Diante de tal cenário, implementa-se o Plano Real, que foi seguido pela estabilização da inflação, contudo, os saldos negativos nas importações de bens e serviços redundaram na ampliação da circularidade entre a Posição Internacional de Investimentos e as rendas enviadas, acelerando o processo de aumento do passivo externo líquido e tendo como resultado um baixo dinamismo econômico e o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Palavras-chave: Vulnerabilidade externa; Posição internacional de investimentos; Fluxo de rendas; Plano Real; Economia brasileira

ALÉM DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NO PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO DA INDÚSTRIA EM UM CENÁRIO DE “DOENÇA BRASILEIRA”

Antonio Carlos Diegues (UNICAMP); Caroline Gut Rossi (UFSCAR)

O objetivo deste artigo é analisar as transformações no padrão de organização e acumulação da indústria brasileira na primeira década de 2000. Segundo a interpretação defendida neste trabalho, a partir da reação defensiva à crise do desenvolvimentismo e às transformações derivadas do esgotamento do paradigma tecnoeconômico vigente na segunda metade do século XX, observou-se a na primeira década de 2000 a emergência de um novo padrão de organização e acumulação da indústria local, denominado de Doença Brasileira. Essa seria caracterizada por um cenário em que se verificam reconfigurações estruturais em direção à especialização regressiva e à desindustrialização em paralelo ao surgimento de estratégias que garantiram a acumulação do capital investido na esfera industrial. Tal acumulação, por sua vez, estaria associada à emergência de estratégias crescentemente desvinculadas do desempenho estritamente produtivo.

Palavras-chave: Indústria; Desindustrialização; Desenvolvimento; Doença Brasileira

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO: UM OLHAR PARA A ESTRUTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA NOS ANOS 2000 A PARTIR DA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Soraia Aparecida Cardozo (UFU)

Este artigo analisa a relação entre a integração comercial internacional do Brasil e suas estruturas produtivas. Mostra-se como, no período 2000-2015, a economia nacional vem se tornando exportadora de bens intensivos em recursos naturais. Utilizando as abordagens analíticas da divisão internacional do trabalho, os indicadores foram desenvolvidos com base nos seguintes dados: comércio exterior; estrutura industrial; a composição setorial do PIB, entre outros. Entre as principais conclusões, enfatiza-se que o país aumentou as exportações de commodities; que existe uma relação entre as mudanças na inserção comercial internacional e nas estruturas de produção, com a participação das atividades intensivas em recursos naturais no aumento do PIB; na indústria de transformação, houve um aumento na parcela de sub-setores intensivos em mão-de-obra e uma diminuição segmentos mais intensivos em tecnologia. Estes resultados mostram qual é o papel do Brasil no capitalismo mundial.

Palavras-chave: Divisão internacional do trabalho; Estrutura industrial; Inserção comercial

DISTRIBUIÇÃO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL NA AMÉRICA LATINA: NOTAS SOBRE O CASO BRASILEIRO

Antonio Albano de Freitas (FEE-RS)

O presente artigo procura analisar, de maneira crítica, a evolução da economia brasileira dentro do contexto latino-americano e de seu respectivo padrão de comércio no período pós-reformas. O texto, ademais, tem como principal objetivo defender a ideia, pouco convencional, de que questões distributivas e de competitividade devem ser tratadas não de forma isolada, mas de modo integrado. Isto é, ao longo do trabalho busca-se aporte teórico para demonstrar que uma distribuição mais equânime da renda, bem como uma menor heterogeneidade educacional, podem ser elementos essenciais, dentre outros, para que se faça o processo de catching up com os países desenvolvidos e, assim, se alcance um nível maior de competitividade industrial na região.

Palavras-chave: Distribuição de renda; Estrutura produtiva; Competitividade industrial; Heterogeneidade educacional

A INFLUÊNCIA DE CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS EM DESPESAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTADOS BRASILEIROS DE 2003 A 2014

Caroline Puchale (UFSM); Ohanna Larissa Fraga Pereira (UFSM); Gilberto Oliveira Veloso (UFSM)

De acordo com a teoria dos ciclos político-econômicos, tanto o calendário eleitoral quanto a ideologia partidária podem exercer influência sobre as flutuações econômicas, portanto, podem existir tanto ciclos oportunistas quanto partidários. Nesse sentido, este estudo objetiva evidenciar a possível existência de ciclos político-econômicos oportunistas e ideológicos sobre os gastos sociais e de investimento nos governos estaduais brasileiros entre o período de 2003 a 2014. Como fonte de estimação, utilizou-se uma análise econométrica de dados em painel. Os resultados apontaram para uma influência do calendário eleitoral apenas sobre as despesas orçamentárias de gastos com investimentos dos estados no período considerado, além disso, a ideologia partidária não demonstrou ter relação com os gastos analisados. Este estudo contribuiu para a teoria evidenciando que as oscilações incorridas na economia, na esfera das despesas fiscais relacionadas aos gastos de investimento são explicadas também por variáveis políticas, e não somente por quesitos puramente econômicos.

Palavras-chave: Ciclos político-econômicos; Oportunismo político; Variáveis orçamentárias; Dados em painel

O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NA PERSPECTIVA DOS SEUS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS

Larissa Naves de Deus (UFU); Gabriela Aidar (UFU)

Este trabalho tem como objetivo analisar o desempenho das exportações brasileiras bilaterais, de acordo com os seus cinco principais parceiros comerciais, quais sejam, China, Estados Unidos, Argentina, Holanda e Alemanha. Para tanto, o método utilizado é o de Vetores Auto-Regressivos (VAR), tendo como variáveis dependentes a volatilidade da taxa de câmbio real efetiva, a variação da taxa de câmbio real bilateral, a variação do PIB de cada país parceiro e um preço referência para cada relação, abrangendo o período de Janeiro de 1995 a Junho de 2015. Os principais resultados apontam para comportamentos muito semelhantes entre os países parceiros, principalmente quando observado as influências do PIB dos diferentes países, assim como da taxa de câmbio real bilateral, impulsionando as exportações brasileiras direcionadas para cada país.

Palavras-chave: Exportações; Parceiros comerciais; Vetores auto-regressivos

REGIME DE METAS FISCAIS NO BRASIL FRENTE AOS CICLOS ECONÔMICOS: UMA CRÍTICA PÓS-KEYNESIANA

Ricardo Carvalho Gonçalves (UNICAMP)

Este artigo realiza uma avaliação crítica do regime fiscal de metas primárias institucionalizado no Brasil após a reforma macroeconômica de 1999. Defende-se a hipótese de que a rigidez desta regra atribui uma característica pró-cíclica ao regime fiscal, além de desincentivar a realização de investimentos públicos, que se tornam variável de ajuste ao longo do ciclo econômico. Outra hipótese levantada é de que esta seria uma consequência da fundamentação teórica do regime de metas fiscais, inspirada no Novo Consenso Macroeconômico (NCM). Percebe-se que essa linha teórica pressupõe a ineficácia dos gastos discricionários do governo, relegando um papel secundário e passivo às ações fiscais do Estado. Contrapondo-se a essa vertente, levanta-se conceitos desenvolvidos por Keynes acerca da dinâmica das economias capitalistas a fim de indicar a importância da atuação estatal para a manutenção dos níveis de investimento, principalmente em momentos de baixa do ciclo econômico. Para defender a hipótese do trabalho, avalia-se o comportamento de alguns componentes do orçamento do governo central – como os gastos discricionários, as receitas e as despesas primárias – em relação à evolução do PIB. Esse fato seria particularmente problemático se em períodos de queda do produto – quando há uma tendência de redução das receitas – o governo contingencie investimentos para cumprir a meta de superávit primário. Como esse dispêndio tende a apresentar um importante efeito multiplicador, essa dinâmica reforçaria o movimento descendente do PIB e agravaria a queda das receitas, não contribuindo, assim, para melhorar a situação fiscal nem para retomar o crescimento. Em suma, existiria uma barreira institucional à execução de políticas anticíclicas, já que despesas com elevado efeito multiplicador tendem a ser cortadas nas fases de baixa do ciclo econômico.

Palavras-chave: Regime fiscal brasileiro; Regime fiscal de metas primárias; Regime fiscal pró-cíclico; Novo consenso macroeconômico

JUSTIÇA FISCAL NO BRASIL: A TRIBUTAÇÃO COMO MECANISMO PARA EQUIDADE

Fernando Gaiger Silveira (IPEA); Luana Passos (UFF); Dyeggo Rocha Guedes (UNIFESSPA)

O objetivo desse artigo é o de elucidar o debate que trata acerca da importância da justiça fiscal para a promoção da equidade e os caminhos que podem ser percorridos para alcançá-la. Para tanto, a pesquisa se valeu da análise do sistema tributário brasileiro, e, das estimativas presentes na literatura acerca da eficiência e do papel distributivo do mesmo. Os achados apontam para uma tributação ainda muito iníqua e pouco eficiente, mas com claros espaços para melhoria de ambos aspectos. Em favor da eficiência e crescimento econômico é factível: a mudança na atual forma de se tributar bens e serviços por meio da criação de um IVA; e mudanças na folha de pagamentos de modo a desonerá-la. No concerne à injustiça fiscal sugere-se cinco caminhos para minorá-la: redução na tributação indireta; mudanças na alíquota e faixas do imposto de renda a pessoa física; reintrodução da tributação de lucros e dividendos; regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, e adensamento do gasto social. A crise econômica e fiscal que o Brasil vivencia ratifica a demanda por reforma tributária nesses termos, de modo a afiançar, concomitantemente, eficiência e equidade.

Palavras-chave: Justiça fiscal; Equidade; Tributação; Eficiência

O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL: O DÉJÀ VU FEDERATIVO

Raphael Guilherme Araujo Torrezan (UNESP); Claudio Cesar de Paiva (UNESP)

Este artigo discute as possíveis implicações do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) aos estados brasileiros, buscando compreender sob a perspectiva teórica do federalismo fiscal se o RRF não acentua o enfraquecimento dos estados signatários dentro do arranjo federativo, subvertendo sua autonomia fiscal e financeira. Ao analisar as condições impostas pela Lei Complementar n.º 159/2017, nota-se que boa parte das medidas a serem adotadas são apenas uma reedição da renegociação das dívidas de 1997. Conclui-se que parte dos instrumentos que não lograram êxito continuam presentes, além de apequenar os estados dentro do arranjo federativo.

Palavras-chave: Federalismo fiscal; Crise dos estados; Dívida pública; Regime de recuperação fiscal

O QUADRO FISCAL E O NOVO REGIME FISCAL (EC 95): POTENCIAIS IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

André Paiva Ramos (UNIFAL)

No final de 2016, em um quadro com piora da recessão econômica e deterioração fiscal, foi aprovado o novo regime fiscal (Emenda Constitucional 95) para congelar em termos reais os gastos primários por 20 anos. Essa medida de teto de gastos, que denota ser um novo projeto de país, objetiva uma diminuição do tamanho do Estado e das suas atuações, o que pode afetar negativamente os investimentos públicos e os serviços básicos à população, sobretudo aos mais carentes, e aumentar ainda mais a concentração de renda. Assim, pode resultar em um problema grave no financiamento das principais áreas de atuação pública e, consequentemente, impactar o desenvolvimento econômico e social. O artigo aborda uma contextualização das contas públicas de 2002 até 2016 e apresenta o novo regime fiscal do teto de gastos e suas potenciais implicações para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Palavras-chave: Política fiscal; Novo regime fiscal; Desenvolvimento econômico e social

PUBLIC SECTOR FINANCIAL FRAGILITY INDEX: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN FEDERAL GOVERNMENT FROM 2000 TO 2016

Fábio Henrique Bittes Terra (UFABC); Fernando Ferrari Filho (UFRGS)

This article analysis the Brazilian federal government financial posture over 2000–2016 based on an adaptation of the Public Sector Financial Fragility Index. This Index is a tool for examining public finances based on the financial fragility hypothesis developed by Minsky (1986). Three analyses are conducted in the paper: one explores the budget execution series in a context that comprises all governmental cash flows, including the financial revenues and expenses; another one examines the budget execution dataset considering the cash the government borrowed as new public debt; and finally, to allow comparisons with the budget execution dataset, it analyzes the federal government financial fragility with the borrowing requirements data, which is the standard series to analyze public finances. The empirical tests show that, in its public sector borrowing requirements, the Brazilian government's performance was Speculative over 2000–2013, and Ponzi from 2014 to 2016. Moreover, applying the Index to the budget execution data, Brazil's performance throughout the period was Speculative. When considering the budget execution added with credit operations, Brazil was mostly Hedge, although artificially, because built on new debt. Finally, the Index enables analyzing the type of the fiscal policy, if pro or countercyclical and it reported that the Brazilian fiscal policy was chiefly procyclical, maintaining Speculative and Ponzi postures whilst there was GDP growth, a diverse behavior in relation to Minsky's (1986) Big Government proposition.

Palavras-chave: Public finances; Public sector financial fragility index; Brazilian economy; Fiscal policy

FINANCEIRIZAÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO: ESTUDO PRELIMINAR DE UMA HIPÓTESE DE PESQUISA APLICADA AO CASO BRASILEIRO

Hawa Diawara (UERJ); Lourdes Arasy Benitez Espinola (UERJ)

O objetivo deste trabalho é aplicar o conceito de financeirização dentro do campo das finanças públicas a fim de contribuir para o debate sobre a origem ou os principais fatores do rombo fiscal no Brasil. Se inspirando de um quadro analítico heterodoxa (teoria marxista, regulacionista e pós-keynesiana), se elabora uma análise crítica dos pressupostos teóricos implícitos à teoria ortodoxa introduzindo a noção de financeirização do déficit público. Este último se refere a um mecanismo de captação dos recursos públicos através do crescimento/autonomização da dívida interna pública. Este processo alimenta uma acumulação financeira privada de origem principalmente bancária e representa um custo social alto (o pagamento dos juros sobre a dívida pública corresponde à 13,16% do PIB). Concluimos propondo um quadro analítico preliminar que pode ser visto como uma crítica das interações pressupostas, dentro da teoria convencional, entre as principais variáveis que são o déficit público, a dívida pública e as taxas de juros.

Palavras-chave: Regime de crescimento financeirizado; Déficit público; Economia brasileira

PUBLIC FINANCING IN BRAZIL: A NEO-CHARTALIST APPROACH TO THE “FISCAL CRISIS” OF 2015 AND 2016

Luiz Alberto Marques Vieira Filho (UNICAMP)

This article questions the conventional wisdom that argues the existence of a fiscal crisis in Brazil since 2014 and that fiscal consolidation would then be inevitable. Neo-chartalist authors aligned with Modern Money Theory (MMT) show there is no restriction to the financing of public debt in the context of sovereign currencies, a thesis proven correct by studies on the Brazilian economic institutions. The article shows how the relations established between the National Treasury and the Central Bank in money markets leads to unlimited demand for public debt securities. Empirical data shows substantial expansions in the National Treasury Central Account balance and an improvement on debt profile in the period, which was financed with relative ease.

Palavras-chave: Fiscal crisis; Neo-chartalist; Modern money theory

POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA NOS GOVERNOS DILMA (2011-2016): O ENSAIO DE RUPTURA E A RESTAURAÇÃO DO CONSERVADORISMO

Norberto Montani Martins (UFRJ)

A gestão da política monetária brasileira é marcada pelo conservadorismo desde a década de 1990. No primeiro governo de Dilma Rousseff, o Banco Central reduziu a taxa de juros a seu piso histórico, parecendo romper com este padrão. Entretanto, de 2013 em diante as diretrizes de política foram revistas, com a restauração de um conservadorismo ainda mais agudo. Este artigo descreve o comportamento da política monetária no Brasil entre 2011 e 2016, apresentando seus condicionantes ao longo do tempo. Analisa-se de que forma o arcabouço de metas para inflação respondeu às pressões sob a ótica da economia política e como a convenção em prol de elevadas taxas de juros se reafirmou após 2013. Argumenta-se que o comportamento rentista de empresas não-financeiras e a inação do governo em modificar a institucionalidade do referido regime sustentou este comportamento da política monetária brasileira.

Palavras-chave: Política monetária; Taxa de juros; Banco Central do Brasil

A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA FISCAL E O PROCESSO DE IMPEACHMENT

Rodrigo Alves Teixeira (PUC-SP); Esther Dweck (UFRJ);
Emilio Chernavsky (MPOG)

Este artigo argumenta que o impeachment de Dilma Rousseff não pode ser compreendido apenas analisando os motivos explícitos apresentados pelos opositores do presidente, centrados na alegada irresponsabilidade fiscal, mais tarde caracterizado, em um movimento político, como crime de responsabilidade. Com base no recente debate internacional, é possível mostrar que o governo Dilma não fez nada de diferente das práticas internacionais nem dos novos estudos e diretrizes sobre regras fiscais. Destacamos a fragilidade dos argumentos formais do processo de impeachment e apresentamos o que pode ser visto como os motivos reais do processo de impeachment, o que resultou na perda de apoio político do presidente Dilma. Tais razões devem ser encontradas na economia política, então usaremos as idéias de Kalecki para lidar com os aspectos políticos do pleno emprego, bem como a noção de bloco no poder de Nicos Poulantzas. Tentamos mostrar como o governo introduziu fissuras no bloco no poder e que o processo de Impeachment permitiu uma mudança neoliberal na direção da política econômica. Esta mudança irá introduzir grandes consequências sobre o crescimento econômico e a desigualdade social no Brasil nos próximos anos.

Palavras-chave: Impeachment; Política fiscal; Bloco no poder

INFLAÇÃO E CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS REAIS: UMA ANÁLISE COMPARADA DO CASO BRASILEIRO ENTRE 2004 E 2014 E A CREEPING INFLATION DA ERA DE OURO DO CAPITALISMO

Guilherme Spinato Morlin (UFRJ); Carlos Pinkusfeld Bastos (UFRJ)

O artigo discute diferentes experiências históricas de inflação salarial, contribuindo para a análise da inflação brasileira recente. A discussão fundamenta-se na teoria de inflação de custos, em conformidade com a abordagem clássica do excedente. Analisa-se a *creeping inflation* observada durante a Golden Age nos países capitalistas avançados, onde taxas de inflação moderadas e persistentes foram observadas em um contexto de crescimento dos salários reais em linha com o crescimento da produtividade. Fatores políticos e institucionais contribuíram para os resultados favoráveis aos trabalhadores, típico do período. Então, discute-se a experiência dos países com estrutura sindical centralizada, nos quais os reajustes salariais mantiveram uma tendência moderada e estável, mesmo diante de condições muito favoráveis no mercado de trabalho. Os resultados são contrastados com o caso brasileiro de inflação persistente e alteração dos preços relativos. Identifica-se que a economia brasileira enfrentou condições mais adversas que os países centrais durante a *creeping inflation*, o que impôs limites à experiência brasileira de crescimento dos salários e pode ter contribuído para seu encerramento prematuro.

Palavras-chave: *Creeping inflation*; Inflação salarial; Conflito distributivo

AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E A PRODUTIVIDADE SISTÊMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA: OBSTÁCULO OU FATOR DE CRESCIMENTO?

Mauro Oddo Nogueira (IPEA); Larissa de Souza Pereira (IPEA)

A importância social e, principalmente, econômica das empresas de pequeno porte é fato incontestável para todas as economias do mundo. No Brasil esse segmento adquire relevância ainda maior tanto por sua relevante participação no agregado econômico, quanto pelas implicações de suas especificidades na conformação da produtividade sistêmica da economia nacional. Este estudo parte da constatação de que a produtividade média do trabalho no país além de estagnada nos últimos anos se situa em patamares bem inferiores aos dos países desenvolvidos. Identifica como origem do fenômeno o fato do país apresentar elevada heterogeneidade na distribuição de produtividades em sua estrutura econômica e constata que as empresas de pequeno porte são aquelas que se situam nos patamares de menor produtividade, sendo a razão de produtividade dessas em relação às de maior porte significativamente superior a observada em países europeus. Assim sendo, seriam essas empresas as responsáveis pelo baixo valor da produtividade média da economia nacional. Dada a realidade dessas empresas no país, o trabalho sugere que políticas públicas voltadas para a inovação (modernização) de processos produtivos e de gestão das empresas de pequeno porte poderiam ter, em virtude de sua enorme abrangência e pequeno custo, significativos impactos no aumento da produtividade e consequentemente na criação de condições para a superação das desigualdades socioeconômicas. Por fim, apresentamos uma sugestão de debate no que diz respeito à posição do pequeno empresariado – como segmento – na distribuição funcional da renda.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas; Produtividade do trabalho; Desenvolvimento econômico

OFERTA E DEMANDA POR CRÉDITO BANCÁRIO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO CASO BRASILEIRO

**Hícaro de Souza Oliveira (UFRJ); Viviane Luporini (UFRJ);
André de Melo Modenesi (UFRJ)**

Grande parte da literatura macroeconômica se ocupa de investigar a existência dos canais de transmissão da política monetária e a magnitude pela qual estes canais afetam o desempenho da economia. O canal dos empréstimos bancários, em particular, se torna relevante quando parte significativa dos agentes econômicos está inserida no mercado de crédito e depende deste como fonte de financiamento. Dada a recente expansão do mercado de crédito brasileiro, consonante com a expansão do mercado de trabalho, este artigo busca avaliar em que medida o canal dos empréstimos bancários tornou-se relevante na economia brasileira. Utilizando dados mensais da década de 2000 e variáveis relevantes para o mercado de crédito (saldo de crédito, taxa de captação, renda formal, volume de captação dos bancos, prazos e taxa de juros dos empréstimos), identificamos curvas de oferta e demanda por crédito através da estimação de um Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM). Nossos resultados sugerem a relativa importância dos prazos vis-à-vis juros para a demanda por crédito; para a oferta, os resultados indicam a relevância do volume de captação, com juros na função de oferta muito mais elevados que os da função de demanda por crédito.

Palavras-chave: Canal do crédito; Canal dos empréstimos bancários; Política monetária

ESTADO E INFRAESTRUTURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL

Deborah Werner (UFRJ)

O presente artigo analisa a ação do Estado na provisão de capital fixo do tipo infraestrutura, a partir da instalação de parques eólicos no Brasil, o que promoveu o mercado de energia eólica no país. O estudo ressalta a atuação do Estado, através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para viabilizar o exploração de energia eólica no Brasil, e das empresas estatais do setor elétrico, o que propiciou a que o país se tornasse espaço de acumulação de capitais privados nacionais e estrangeiros para a geração de energia eólica. Tais aspectos permitem compreender as decisões econômicas e políticas no âmbito do setor elétrico e suas repercussões nos territórios, em múltiplas escalas.

Palavras-chave: Estado; Infraestrutura; Energia eólica; Eletrobrás; Proinfa; BNDES



Área 4.
Teoria do valor, capitalismo e socialismo



AS CATEGORIAS CLASSES SOCIAIS E ESTADO NO LIVRO PRIMEIRO DE O CAPITAL

Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)

O artigo trata da presença/ausência das categorias Classes Sociais e Estado no Livro Primeiro de O capital. O faz, considerando o método duplo de pesquisa e exposição de Marx e a crítica ontológica da economia política que o autor realiza com a instauração de sua teoria crítica do valor. De tal maneira que o valor é a categoria que estrutura, modela, molda as classes sociais e o Estado moderno, o que nos leva a hipótese desses dois últimos serem categorias derivadas da primeira. Ao longo da exposição destacamos outros aspectos inerentes à categoria valor, que só existe na sociedade em que domina o modo de produção capitalista, e que revela o que há de específico nessa forma de sociabilidade estruturada segundo o constrangimento lógico do valor em expansão: as relações sociais são indiretas, intermediadas pelo valor; a forma específica da riqueza é abstrata – o próprio valor que só pode existir e se reproduzir ampliando-se, ou seja, enquanto capital; a forma específica de dominação é abstrata – a dominação das mercadorias portadoras de valor sobre a humanidade, portanto, a dominação abstrata do valor.

Palavras-chave: Marx; O capital; Classes sociais; Estado; Valor; Dominação abstrata

AS RELAÇÕES MERCANTIS NA CRÍTICA À SOCIEDADE BURGUESA DE MARX NOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS (1844)

Carlos Seizem Iramina (UNICAMP)

O objetivo do artigo é recuperar e organizar a leitura dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx (1844) à luz da crítica às relações mercantis. Em um primeiro movimento, explico a forma de apreensão de Marx da economia política nos MEF, expostos na primeira parte da referida obra, por meio das relações entre trabalho, capital e renda. O segundo movimento apresenta a segunda parte da obra, na qual a crítica de Marx as relações mercantis na sociedade burguesa é realizada nos planos da relação do homem com a natureza - relações estranhadas de trabalho, nas relações dos homens com outros homens, isto é, as relações intersubjetivas mediadas pelo dinheiro e com seu próprio desejo, a carência unilateralizada pela propriedade privada e restrita ao consumo.

Palavras-chave: Marx, Karl; Relações mercantis; Crítica a economia política; Manuscritos econômico-filosóficos de 1844

A MARXIST APPRAISAL FOR THE STATE THEORY OF MONEY

Marco Antonio Rocha (UNICAMP)

The paper aims to situate theoretically the analysis of paper money of legal tender into the work of Karl Marx. In addition, the paper also presents a proposal for the interpretation of money based on class relations that ensure the functioning of the monetary standard and its institutionality through the Capitalist State. As a starting point, the paper suggests an interpretation of Marx's theory of money, which does not require the necessity of commodity money and goes beyond the logic of capital reproduction. In parallel, the paper presents a brief synthesis of Marxist State Theory and suggests that State Money could be read through Marx's critique of political economy. The critics suggest that money is not a "creature" of the state, inherent to its political prerogatives, but more precisely it should be read as a class domination instrument. In this case, the paper proposes a classes-based interpretation of State Money, which differs from the Post-Keynesian approach – the Neocartalism.

Palavras-chave: Marx's theory of money; Critique of political economy; Marxist State theory

A MISÉRIA DA ECONOMIA NO SÉCULO XXI: CRÍTICA AO MANIFESTO ANTIMARXISTA DE THOMAS PIKETTY

Pollyanna Paganoto Moura (UFRGS); Rodrigo Straessli Pinto Franklin (UFES)

O presente artigo tem por objetivo analisar a crítica que Thomas Piketty dirige a Marx em seu livro “O capital no século XXI”. Para tanto, analisa seus cinco principais argumentos: o de que a teoria marxiana se pauta na hipótese implícita de crescimento nulo da produtividade no longo prazo; o de que Marx construiu sua teoria para justificar as conclusões políticas apresentadas no “Manifesto do partido comunista”; o de que as constatações empíricas contradizem suas previsões; o de que Marx não soube utilizar dados estatísticos de forma adequada; e o de que o autor não explicou sobre o funcionamento de uma sociedade comunista. A conclusão obtida é que as críticas de Piketty se fundamentam em um profundo desconhecimento da obra de Marx.

Palavras-chave: Thomas Piketty; Princípio da acumulação infinita; Apocalipse marxista

DAS KAPITAL VERSUS LE CAPITAL: A TEORIA MARXISTA DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Francisco Paulo Cipolla (UFPR); Dayani Cris de Aquino (UFPR)

O problema da distribuição de renda reconquistou a ribalta após muitos anos de ostracismo. O renascimento do debate a respeito das causas da concentração de renda nas últimas décadas mobilizou marxistas de vários matizes principalmente engajados em responder ao livro de Thomas Piketty *Le Capital au XXI^e Siècle*. O presente artigo participa desse engajamento através de uma tentativa de formalizar o problema da distribuição de renda a partir da teoria econômica exposta por Marx em *O Capital*.

Palavras-chave: Distribuição de renda; *O Capital*; *Le Capital*; Karl Marx, Thomas Piketty

FINANCEIRIZAÇÃO E MENSURAÇÃO DA TAXA DE LUCRO NOS EUA

Lucas Rodrigues (UFRGS); Marcelo Milan (UFRGS)

O artigo defende a utilização de uma medida do capital próprio ou patrimônio líquido das empresas para estimar empiricamente a taxa de lucro nas economias capitalistas. Utilizando dados de fluxos de fundos do Federal Reserve, o artigo mostra que essa mensuração apresenta diversas vantagens, como incorporar as tendências da financeirização sobre a acumulação de capital. É possível também decompor a taxa de lucro entre o retorno sobre os ativos e a alavancagem, identificando as diferentes formas de capital presentes nas empresas capitalistas. A crise de 2007-08 é explicada como o limite para as estratégias de acumulação, iniciadas nos anos 1970, baseadas na expansão do endividamento corporativo para restaurar a lucratividade. Como consequência, o capital não é destruído e a taxa de lucro não se recupera totalmente, mantendo-se deprimida.

Palavras-chave: Taxa de lucro; Financeirização; Patrimônio Líquido; Alavancagem

RESTAURAÇÃO NEOLIBERAL E O ESGOTAMENTO HISTÓRICO DE FORMAS CONSAGRADAS DE RESISTÊNCIA

Eduardo Sá Barreto (UFJF)

Neste trabalho, procura-se explorar a ideia de que os elementos constituintes daquilo que se entende como o Estado desenvolvimentista não são mais uma alternativa realmente existente (sequer de modo latente) no estágio atual da sociedade capitalista. Ademais, explora-se uma implicação quase direta disso: a resistência à hegemonia neoliberal não dispõe mais de certos pontos de aderência e sustentação tradicionais baseados em estruturas típicas dos Estados de Bem-estar Social do século XX e de políticas econômicas de inspiração keynesiana. De modo a avançar esse raciocínio, procura-se abordar as seguintes questões: O que dizem os autores que se posicionam explícita e conscientemente como desenvolvimentistas? O que nos diz a história das experiências de desenvolvimento? Como se posiciona o campo da esquerda em relação a essas ideias, experiências e suas possibilidades estratégicas para o futuro? Como se posiciona a crítica marxista e qual seria um reposicionamento fecundo?

Palavras-chave: Estado; Desenvolvimento; Neoliberalismo; Antineoliberalismo

DAVID HARVEY: MERCADORIA, CAPITAL, CAPITAL DE EMPRÉSTIMO E CAPITAL FICTÍCIO – NOTAS CRÍTICAS

Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)

O artigo apresenta criticamente a compreensão de David Harvey sobre a obra O capital de Marx, destacando, em particular, a forma como o autor trata das categorias mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício. Ressalta que Harvey atribui a Marx a construção de um modelo gnosiológico sem compreender que Marx instaura uma ontologia materialista do ser social. Além disso Harvey, ao não perceber que valor é uma forma de mediação social produtora de fetiche, acaba por alternar seu entendimento de fetiche como algo próprio do mundo do capital e algo de falsa consciência ou engano sobre o mundo real. Por fim, ao tratar de capital de empréstimo e capital fictício e utilizar aquele enquadramento de modelo e essa compreensão de fetiche, termina por não apreender adequadamente o capital fictício e identificar uma insuficiência explicativa no suposto modelo de Marx.

Palavras-chave: Harvey; Marx; Mercadoria; Capital de empréstimo; Capital fictício

PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE E FINANCEIRIZADO

Bruna Ferraz (UFU); Niemeyer Almeida Filho (UFU); Marisa Amaral (UFU)

O processo de financeirização emerge das transformações ocorridas após o fim da Segunda Guerra Mundial e é entendido a partir do aumento da importância da esfera financeira de valorização, bem como do crescimento dos circuitos financeiros internacionais em relação ao restante da economia. Se mostrou como resultado do desenvolvimento das forças e relações sociais de produção, levando a mudanças legais e institucionais que representaram transformações estruturais e sistêmicas na economia capitalista e no conjunto da vida social. Uma análise desde um menor nível de abstração, como proposto pela Teoria Marxista da Dependência, e dentro dela o de padrão de reprodução do capital, deve considerar a inserção diferenciada da periferia no capitalismo financeirizado e seus efeitos particulares. Para tanto, adentraremos na proposta da categoria do padrão de reprodução do capital feita por Ruy Mauro Marini e levada à frente por Jaime Osorio, que engloba os ciclos do capital e seu processo reprodutivo em contextos geo-históricos específicos, para estabelecer um diálogo que referencie esta categoria com as mudanças do capitalismo contemporâneo. Assim, observamos elementos que se localizam, sobretudo, nas esferas de circulação do ciclo do capital e que engendram uma nova dinâmica de valorização financeira e fictícia do capital. O que justifica um prosseguimento e aprofundamento da proposta de Jaime Osorio, que incluía as novas capilaridades do capitalismo financeirizado e de um novo anel no espiral da dependência.

Palavras-chave: Padrão de reprodução do capital; Teoria Marxista da Dependência; Financeirização; América Latina



Área 5.
Estados Nacionais e Políticas Sociais:
Economia Política do Capitalismo Contemporâneo



A ECONOMIA POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS E DA CHINA PÓS CRISE DE 2008: INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA E RELAÇÕES INTERESTATAIS

Valeria Ribeiro (UFABC)

O artigo tem como objetivo analisar o padrão de crescimento dos Estados Unidos e da China no período posterior a crise de 2008 e as interconexões entre os dois países em termos de comércio, fluxos financeiros e investimentos. A pesquisa parte das contribuições teóricas de autores recentes no campo da Economia Política Internacional: Leo Panitch e Alex Callinicos em seus trabalhos relacionados ao tema da posição dos Estados Unidos no mundo. A partir desta discussão o artigo identifica através de uma análise empírica as características da economia dos EUA e da economia chinesa, bem como a interdependência entre elas. Dentro deste escopo o artigo discute ainda os impactos destas mudanças nas relações interestatais entre China e EUA e as consequências para os demais países.

Palavras-chave: Estados Unidos; China; Economia Política; relações interestatais

A ANÁLISE DA ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO SOBRE A ECONOMIA DOS ESTADOS UNIDOS ENTRE O PÓS-GUERRA E O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Amanda Mayara da Silva Bento (UFSJ); Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho (UFSJ)

O objetivo principal do trabalho é apresentar a explicação da escola das estruturas sociais de acumulação (EESA) para as transformações do capitalismo nos Estados Unidos ocorridas entre o pós-guerra e o início do século XXI. Os conceitos iniciais da EESA surgiram a partir da década de 1970, no contexto acadêmico da economia política radical, buscando relacionar a análise de Marx com a realidade econômica da época, marcada pela estagflação. De acordo com a abordagem, a estrutura social de acumulação do pós-guerra, construída no contexto geopolítico do mundo bipolar da Guerra Fria, foi caracterizada por acordos entre os trabalhadores e os capitalistas e entre esses últimos e os cidadãos. Tais arranjos institucionais possibilitaram taxas de crescimento elevadas e significativos ganhos de salário real. A abordagem teve alguma dificuldade em compreender o tipo de capitalismo predominante nos Estados Unidos depois da estagflação da década de 1970 e teve que alterar o significado do seu conceito principal, o conceito de estrutura social de acumulação, para analisar o capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: Escola das estruturas sociais de acumulação; História econômica dos Estados Unidos; neoliberalismo

INEQUALITIES AND CAPITAL ACCUMULATION IN CHINA

Isabela Nogueira (UFRJ); João Pedro Braga (UFRJ); João Victor Guimarães (UFRJ)

Esse artigo contribui para o debate sobre distribuição de renda e riqueza na China ao analisar as principais características do padrão de acumulação chinês que determinam sua dinâmica distributiva em uma perspectiva comparada. Depois de um período de rápido crescimento das desigualdades, acompanhado por redução abissal da pobreza e melhora nas condições de vida de todos os decis da distribuição, as desigualdades se estabilizaram na China desde meados dos anos 2000. Globalmente, a China se encontra hoje em uma situação distributiva pior do que a média da Europa Ocidental ou Japão, mas mais igualitária do que Estados Unidos e muito distante dos limites extremos da má distribuição como Brasil, Índia ou África do Sul. Neste artigo, nós escrutinamos três características do regime de acumulação na China que arrefecem a tendência concentradora do capital naquele país: 1. o processo de financeirização com características chinesas, 2. a estratégica fatia da propriedade estatal na economia, 3. sua trajetória na questão agrária.

Palavras-chave: Desigualdades; China; Acumulação de capital; Financeirização; Propriedade estatal; Questão agrária

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOB O “NOVO REGIME FISCAL”

Wander Marcondes Moreira Ulhôa (UFU); Niemeyer Almeida Filho (UFU)

O propósito deste artigo é mostrar que o “Novo Regime Fiscal” brasileiro, aprovado através da Emenda Constitucional (EC) Nº: 95, reduzirá a ação do Estado, afetando as políticas públicas de natureza social e econômica. As perspectivas diante deste cenário são de deterioração dos serviços públicos, assim como enfraquecimento das instituições do aparelho estatal. Trata-se de reconhecer que a EC Nº: 95 instituirá um novo *modus operandi* do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Estado; Políticas Públicas; Novo Regime Fiscal

ENSAIO SOBRE O ATUAL PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL

Erica Imbirussu (UFRGS); Sabrina De Leon (UFRGS)

Este trabalho tem por objetivo analisar um estudo da relação entre a dependência do padrão de reprodução do capital que se configurou nos anos 1990 e se mantém até os dias atuais e a dinâmica da agricultura. O estudo se justifica devido ao fato de que as evidências empíricas da relação entre dependência e agricultura se tornaram cada vez maiores no capitalismo brasileiro nos últimos 25 anos. Podendo ser expressa tanto nas crescentes e vultosas transferências de riqueza para o exterior – via remessa de lucros, juros e nos serviços de propriedade intelectual – quanto na crescente dependência tecnológica, especialmente em relação às multinacionais do ramo da biotecnologia. Metodologicamente, esta pesquisa se guiará pelo método histórico-dialético, no âmbito da Teoria Marxista da Dependência. No que diz respeito à parte empírica do estudo, serão analisados: (i) a evolução dos marcos regulatórios e da dinâmica institucional pertinente às questões agrícolas e (ii) os dados estatísticos da agricultura disponibilizados pelos órgãos oficiais. Por conseguinte, verifica-se que as inovações nas formas de apropriação de insumos e da produção, nas quais as multinacionais estrangeiras cumprem um papel crucial, reforça e aprofunda os laços de dependência financeira e tecnológica do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Padrão de reprodução do capital; Agricultura; Dependência

NEOLIBERALISMO, BLOCO NO PODER E POLÍTICA NO BRASIL

Raphael Teles (UFU)

O trabalho visa delinear quais são esses limites estruturais ao desenvolvimento, de modo especial os relacionados à organização do Estado capitalista a partir de uma análise sobre a consolidação do neoliberalismo no Brasil. Assim, investigando como os rearranjos no bloco no poder se constituíram condicionantes da política econômica e social do país. Deste modo, a política de esquerda encontra alguns limites estruturais do Estado após a consolidação do neoliberalismo no âmbito internacional.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Blocos de poder; Estado; Limites estruturais ao desenvolvimento

“A ECONOMIA POLÍTICA DO POSSÍVEL”: O ENSAIO NOVO DESENVOLVIMENTISTA ARGENTINO E BRASILEIRO EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Luciana Souza (UNIFESP); Camila Rosalen Marsiglia (UNIFESP)

Este artigo analisa comparativamente os “ensaios desenvolvimentistas” aplicados na Argentina e no Brasil após 2003. Comparamos políticas econômicas, aspectos políticos e sociais com base em pesquisa qualitativa, a partir da literatura disponível, sobre os governos de Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, e, Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil. Perguntamos: Quais os pontos de divergência do novo desenvolvimentismo vivenciado na Argentina e Brasil após 2003? O objetivo é resgatar os projetos de novo desenvolvimentistas de cada país observando as diferenças entre eles. O texto foi estruturado em três eixos analíticos. O primeiro trata da emergência dos governos progressistas na América Latina e seus impactos para a retomada da perspectiva ‘novo’ desenvolvimentista. O segundo detalha as nuances “novo” desenvolvimentista em cada um dos países. No último momento comparamos os dois modelos.

Palavras-chave: Novo desenvolvimentismo; Argentina; Brasil

NACIONALIDADE DO CAPITAL E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE OS “CAMPEÕES NACIONAIS”

Rafael Palma Mungiolli (UFRJ)

Este artigo procura tecer, a partir de aspectos subjacentes às relações de poder internacionais, algumas considerações sobre a criação de grandes empresas de capital nacional (as “campeãs nacionais”) e sua relevância para um projeto de desenvolvimento. Sinteticamente, objetiva-se encontrar, dentro da literatura econômica de cunho mais heterodoxo, quais seriam as possíveis justificativas para que houvesse uma política deliberada de apoio governamental à centralização de capital, e como seria possível articular essa política com a inserção do seu executor na economia internacional. A partir de uma reflexão sobre alguns autores consagrados, esboça-se um arcabouço teórico dos ganhos que o apoio às grandes empresas nacionais pode ensejar, e das condições em que este apoio deve se dar para que a política tenha sustentação em prazo mais longo.

Palavras-chave: Campeões nacionais; Economia política internacional; Desenvolvimento

A CORPORAÇÃO TRANSNACIONAL, CONTROLE GLOBAL E O LUGAR DA PERIFERIA

Rubens Rogério Sawaya (PUC-SP)

Por que os países Latino-Americanos que lograram em se industrializar elevaram suas relações de dependência? Ao constituírem sua estrutura produtiva com base nos setores industriais comandados por Corporações Transnacionais (TNC), subordinaram-se a estratégia mundial de acumulação dessas corporações as quais, apesar de aparentemente terem perdido sua nacionalidade, mantém sua base de controle centralizada na Europa e EUA, de onde comandam milhares empresas produtivas e comerciais espalhadas em diversos países. O controle central é fortalecido por instituições supranacionais criadas e comandadas pelas TNCs, responsáveis pela defesa de políticas globais em defesa de seus interesses. Conseguem, por meio dessas instituições centralizadas, impor suas políticas em cada espaço local, sobre os Estados nacionais dispersos.

Palavras-chave: Corporação transnacional; Controle global; Periferia; Relações de dependência

A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DESDE 2000: UMA ANÁLISE DO AVANÇO DO FIES E PROUNI

Bruna Cataldo (UFF)

Neste trabalho, o objetivo geral é discutir o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro a partir da expansão de programas governamentais voltados para financiar estudantes em instituições privadas – como o FIES e o PROUNI – em detrimento das universidades públicas gratuitas. A motivação decorre do avanço orçamentário do FIES e isenções fiscais do PROUNI e do crescimento de grupos financeiros associados ao ensino superior privado. Adicionalmente, há pressão de organismos internacionais e mídia pela expansão desse tipo de programa para o ensino público, deixando todo o setor nas mãos do mercado. Sendo assim, os objetivos específicos são descrever o conceito de mercantilização em uma abordagem da economia política; apresentar o cenário do ensino superior brasileiro; e apontar os problemas do avanço de tal cenário. Encontra-se que a mercantilização do ensino superior brasileiro nos tempos atuais é apenas parte de um movimento maior, que é resultado da financeirização das políticas sociais. Portanto, torna-se necessário também desenvolver o conceito e desdobramentos de um processo de financeirização.

Palavras-chave: Mercantilização; Financeirização; Ensino superior; FIES; PROUNI

O PAPEL DA DÍVIDA PÚBLICA NA DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL (1990-2010)

Rodolfo G. A. Ribeiro (PUC-SP); Luiz Moraes de Niemeyer Neto (PUC-SP)

A fase atual do capitalismo é marcada pelo domínio das finanças, sendo que estas se encontram no centro das relações sociais. O neoliberalismo, que ressurgiu como uma ideologia política no final dos anos 1970, contribuiu para o avanço das finanças na economia. O receituário neoliberal quebra as barreiras e os limites para as finanças e, com a criação de inúmeros mecanismos financeiros, é possível retomar os elevados níveis de rendimento. Um componente importante desse processo de financeirização foi a securitização dos títulos de dívida pública que, juntamente com os investidores institucionais, cresceram exponencialmente nessa etapa do capitalismo. O foco desse estudo é o mecanismo da dívida pública como um fator de concentração de renda em favor dos rentistas.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Financeirização; Títulos da dívida pública; Rentismo; Desigualdade de renda

BRASIL ANOS 2000: A POLÍTICA SOCIAL SOB REGÊNCIA DA FINANCEIRIZAÇÃO

Lena Lavinas (UFRJ); Denise Lobato Gentil (UFRJ)

O artigo analisa os 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, em que conquistas sociais importantes foram alcançadas, porém, largas concessões ao mundo das finanças e das corporações produtivas foram acordadas. O artigo aponta as ambiguidades e paradoxos desse percurso, indicando as contradições e desafios que surgem com o avanço do capitalismo financeirizado. Para isso, sistematiza as principais características da política social nos anos de retomada do crescimento, marcados pela predominância de um processo de forte expansão do mercado de consumo de massa, em meio à preservação da ortodoxia macroeconômica. O argumento central é de que o período 2003-2016 ocultou o aprofundamento do processo de delegação, ao setor financeiro, de serviços tradicionalmente prestados pelo Estado no campo da proteção social. Mostra também como a financeirização ganha escala e escopo nos setores de saúde, previdência e educação ao entrarem na rota dos grandes investidores do mercado de capitais do Brasil e do exterior e chama atenção para a relevância dos fundos de private equity na marcha da financeirização e internacionalização desses setores.

Palavras-chave: Financeirização; Mercantilização; Proteção social; Privatização

FORMA JURÍDICA E FORMA MERCADORIA: UM ESTUDO PACHUKANIANO

Hugo Rezende Tavares (PUC-SP)

Este trabalho analisa a aproximação existente entre a forma jurídica e a forma mercadoria. Com base nos estudos do jurista soviético Evguiéni Pachukanis, buscamos reconstruir o processo desenvolvido pelo autor de dedução lógica das categorias jurídicas a partir das categorias da economia política. Entendemos que a dedução histórica do Estado e do Direito são fundamentais para que se entenda o caráter de classes neles contido, mas a dedução lógica nos permite analisar as formas de manifestação concreta das relações jurídicas na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Forma jurídica; forma mercadoria; Pachukanis

APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO CAPITALISTA E AS CRISES ECONÔMICAS NO TEMPO PRESENTE

José Luiz Alcantara Filho (UFF); Ariana Celis Alcantara (PUC-SP)

Esse artigo visa analisar o papel do Estado no sentido de contra arrestar as crises do capital, sendo, assim, um agente catalisador das assim chamadas “causas contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro”. Segundo Marx ([1894] 1983), as crises econômicas são inerentes à dinâmica da produção capitalista e estão diretamente relacionadas à lei da queda tendencial da taxa de lucro. Esta lei tendencial decorre do desenvolvimento das forças produtivas que tende a aumentar a composição orgânica do capital e, por conseguinte, reduzir a alocação de trabalho vivo relativo ao capital constante no processo produtivo. Como, de acordo com Marx ([1867] 2013), somente o trabalho produz valor, a diminuição da contratação de força de trabalho relativo à grandeza do capital produz uma taxa de lucro menor em relação à situações em que se explora mais intensamente a força de trabalho. Contudo, essa lei pode ser contra arrestada através de medida que venham a inibir e/ou arrefecer essa tendência de queda na taxa de lucro dos setores capitalistas. São elas: a) Elevação do grau de exploração do trabalho; b) Compressão do salário abaixo de seu valor; c) Barateamento dos elementos do capital constante; d) aglutinação de uma superpopulação relativa; e) Expansão do comércio exterior; f) aumento do capital por ações (MARX, [1894] 1983, p. 177-183). , Para a manutenção dessas seis causas contrariantes da lei, todas necessitam de amparo legal (jurídico-normativo) e político, ambos providos pelas esferas institucionais do Estado. Diante disso, buscaremos analisar e descrever algumas ações práticas do Estado nos últimos anos, a fim de elucidar o caráter essencial do Estado na dinâmica capitalista.

Palavras-chave: Causas contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro; Estado; Crises

O LIBERALISMO ECONÔMICO E A POBREZA: RAÍZES TEÓRICAS, ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO E LIMITAÇÕES

André Gal Mountian (USP)

O objetivo desse artigo é resgatar o debate sobre a questão da pobreza a partir da tradição liberal, procurando caracterizar a lógica de combate à pobreza dessa tradição de pensamento. Embora haja um núcleo comum na perspectiva do liberalismo econômico, marcada pela valorização da liberdade individual e da economia de mercado, como forma de coordenação das atividades econômicas dos indivíduos, existem variantes nas abordagens dos autores liberais que não podem ser desprezadas. Dessa forma, com o intuito de investigar com maior profundidade a tradição do liberalismo econômico, tendo como foco a questão da pobreza e as propostas de política social, propõe-se aqui uma análise panorâmica por meio da análise de alguns importantes autores liberais. A partir dessa investigação, o artigo sugere que a abordagem liberal de combate à pobreza é construída como aquele indivíduo que não consegue condições mínimas de sobrevivência, via mercado. Para esse grupo de indivíduos, o melhor remédio seria o desenvolvimento de políticas sociais focalizadas em suas necessidades, ao mesmo tempo em que a orientação da economia para o mercado é intensificada. As políticas sociais focalizadas na pobreza, juntamente com a prioridade de argumentos de eficiência econômica sob noções de direitos sociais universais, acabam por esvaziar e enfraquecer o conceito de cidadania.

Palavras-chave: Liberalismo Econômico; Pobreza; Focalização

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO EM CRISE E SUA FORMA POLÍTICA: O SUBFINANCIAMENTO E O GERENCIALISMO NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

Áquilas Mendes (USP/PUC-SP); Leonardo Carnut (USP/PUC-SP)

O artigo tem como objetivo analisar a problemática do subfinanciamento da saúde no Brasil e a expansão de mecanismos gerenciais de mercado no interior da política pública de saúde, no contexto do capitalismo contemporâneo sob a dominância do capital portador de juros e sua crise e sua forma política específica materializada no Estado. A primeira parte analisa a crise capitalista numa perspectiva teórica marxista, ressaltando a existência da tendência de queda da taxa de lucro e a expansão da dominância do capital portador de juros no centro das relações econômicas e sociais. A segunda parte evidencia a forma política específica do capitalismo, em que o Estado se constitui no elemento essencial das relações capitalistas de produção, contribuindo para a compreensão do perfil de atuação do Estado brasileiro na contemporaneidade. A terceira parte aborda os efeitos da crise capitalista à problemática do financiamento do subfinanciamento da saúde. A quarta parte discute o fenômeno da apropriação privada das políticas públicas de saúde, por meio do gerencialismo, com foco na adoção de instrumentos de gestão no interior da administração pública direta baseados na lógica do desempenho.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo; Crise; Estado; Subfinanciamento; Sistema Único de Saúde; Gerencialismo

MERCANTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SAÚDE: CARACTERIZAÇÃO NOS SISTEMAS DE SAÚDE EUROPEUS E INDÍCIOS NO SUS – LIÇÕES PARA O BRASIL

Mariana Ribeiro Jansen Ferreira (PUC-SP)

Desde os anos 1980, os sistemas de saúde europeus vêm passando por várias reformas, com ênfase à tendência de sua mercantilização. O objetivo deste artigo é evidenciar formas de implementação de mecanismos de mercado no funcionamento dos sistemas, alemão, britânico e francês e apontar como essa tendência afetado o sistema público de saúde brasileiro, o SUS. O trabalho apresenta diferentes formas de mercantilização implementadas nas reformas, com a distinção entre os processos de mercantilização explícita, em que há efetivo aumento da presença privada, e implícita, em que ocorre a incorporação de princípios advindos do setor privado no sistema público, tanto no financiamento como na prestação de serviços de saúde. A partir da análise da mercantilização dos sistemas europeus, o artigo apresenta evidências de como cada uma das quatro formas de mercantilização tem afetado o SUS, em um contexto de maior fragilidade de um sistema de saúde de premissa universal, mas que nunca teve recursos suficientes para garantir o pleno acesso à população.

Palavras-chave: Mercantilização; Reforma dos sistemas de saúde; Europa; SUS

SAÚDE E SEGURIDADE EM TEMPOS DE EC-95: UM ANÁLISE SOBRE O COMPORTAMENTO DOS GASTOS COM SAÚDE À LUZ DA ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Geraldo Medeiros Júnior (UEPB); Ana Maria Vicente da Silva (UEPB)

Desde a sua criação, o Sistema Único de Saúde (SUS) caracterizou-se por ser um sistema avançado do ponto de vista do seu arcabouço administrativo. Assim, destaca-se a importância da administração política do Sistema Único de Saúde para avanços importantes no setor. Inequivocamente o SUS é ainda inconcluso, por diversos fatores, dentre os quais, o subfinanciamento é o mais relevante. Tais incertezas são reforçadas quando da aprovação da Emenda Constitucional N. 95 que determina o congelamento dos gastos públicos reais pelo período de vinte anos. O presente artigo tem como objetivo resgatar a discussão do financiamento e gestão do SUS à luz dos impasses decorrentes do ajuste fiscal promovido pelo governo. Para isto, foram trabalhados os dados relativos à seguridade social, divulgados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da União (ANFIP), além de consultada a produção recente no que se refere a economia e administração política da saúde. Observa-se que se muitos foram os avanços na construção de uma administração política do sistema. Inequivocamente, o problema aparente de subfinanciamento ou de falta de fontes de financiamento é desmentido pelos sucessivos superávits apresentados na execução orçamentária da Seguridade Social, com recursos destinados ao pagamento de juros da dívida pública. A aprovação da PEC-95 amplia o problema, mudando completamente o debate. A tendência é de um desmantelamento do sistema, com importantes repercussões sobre o sólido arcabouço administrativo montado. Afinal, com o aumento a manutenção de recursos reais no mesmo patamar e considerando o crescimento populacional esperado, haverá uma queda significativa dos gastos per capita com saúde.

Palavras-chave: Administração política da saúde; Economia política da saúde; Seguridade social

METAMORFOSES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Juliano Vargas (UNB); Jales Dantas da Costa (UNB)

O artigo examina certas metamorfoses contemporâneas tanto no econômico quanto no político e no social na América Latina e no Caribe (ALC). E se questiona se a região está ou não em meio a uma “corrida para o fundo do poço” nas condições de trabalho e de vida diante das dificuldades enfrentadas pelos movimentos trabalhistas e pelo que restou dos governos progressistas frente a forte contraofensiva neoliberal na região. Para tanto, apresentamos inicialmente breves notas sobre o neoliberalismo na ALC, apontando e analisando resultados de aplicações diversas desse programa e algumas de suas generalidades e especificidades. Discutimos posteriormente um conjunto de estatísticas e análises oficiais tanto de seu desempenho econômico como alguns de seus impactos sobre as condições de trabalho e de vida na região. Alguns dos resultados até então produzidos pela contraofensiva neoliberal no maior país da região, o Brasil, são ainda objeto de nossas reflexões. Por fim, se verifica que com a nova “guinada” neoliberal, a ALC dá sinais de estar em meio a uma “corrida para o fundo do poço” nas condições de trabalho e de vida, a exemplo do caso brasileiro. E que ainda é incerta a capacidade de resistência e de retomada de um novo ciclo de cunho mais progressista, capaz de reverter as tendências de retrocessos nos planos econômico, político e social, que hoje despontam em diversos países da região.

Palavras-chave: ALC; Brasil; Neoliberal; Metamorfoses; Progressista

CONVERGÊNCIA UNIVERSAL NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA: A UTILIZAÇÃO DO TRIPÉ MACROECONÔMICO EM ALGUMAS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS

Carla Corte (UNIFESP); Luciana Souza (UNIFESP)

A partir dos anos 2000, os estudos sobre políticas econômicas aplicadas nos países da América Latina demonstram haver certa convergência na condução destas políticas, sobretudo pela utilização do chamado tripé macroeconômico. Discutiremos o papel da política econômica aplicada na região, respeitando o enfoque de políticas públicas comparativas, pela ótica da convergência. O artigo será dividido em duas partes (além da introdução e das considerações finais). Na primeira, discutiremos os aspectos históricos relacionados ao surgimento do tripé macroeconômico no bojo do Novo Consenso Macroeconômico (NCM). Na última parte, apresentaremos as experiências latino-americanas acerca do uso do tripé macroeconômico. A questão central é: há uma convergência ‘universal’ na política econômica aplicada na América Latina?

Palavras-chave: Tripé macroeconômico; Políticas públicas; Marginalismo nas políticas públicas; América Latina

CRISIS DEL MODELO NEODESARROLLISTA Y RESTAURACIÓN NEOLIBERAL EN ARGENTINA. LAS CONDICIONES PARA LA REEDICIÓN DE LA VALORIZACIÓN FINANCIERA BAJO LA GESTIÓN DE MACRI

Leandro Bona (UNLP | Argentina); Marcos Oslé (UNLP | Argentina)

El último recambio presidencial en Argentina trajo importantes novedades en la forma estado, el bloque de poder, la hegemonía y el patrón de acumulación de capital. En este trabajo se argumenta que la victoria electoral del proyecto político neoliberal tiene sus raíces en la crisis del modelo neodesarrollista, que había regido durante los gobiernos kirchneristas (2003-2015). No se trató de una crisis económica (si bien la restricción externa resultó crecientemente acuciante), sino de las contradicciones en el seno de los sectores dominantes. Por estos motivos ha emergido un nuevo bloque de poder, bajo la conducción política del gobierno de M. Macri, que tiene en el capital extranjero y el sector financiero la dirección hegemónica del proyecto en curso. Se trata de una reedición de la valorización financiera (1976-2001), aunque con nuevas características.

Palavras-chave: Crisis del modelo neodesarrollista; Restauración neoliberal; Valorización financiera; Macri

**Área 6. Dinheiro, Finanças Internacionais
e Crescimento**

THE MACROECONOMICS OF FINANCIALIZATION: A BIBLIOMETRIC SURVEY

André Felipini (UNICAMP); Alex Wilhans Palludeto (UNICAMP)

O objetivo deste artigo é apresentar uma visão geral da literatura macroeconômica sobre a financeirização entre os anos de 1992 e 2017 a partir de uma abordagem bibliométrica. Em particular, pretende-se delinear o estado da arte desta literatura, identificando obras e autores-chave, bem como os principais ramos nos quais se subdividem. A financeirização é um neologismo que ganhou impulso entre os acadêmicos de diversas áreas das ciências sociais aplicadas. No caso da economia, a maioria dos trabalhos centra-se na dimensão macroeconômica desse processo, com especial ênfase ao exame de seus possíveis impactos em variáveis como distribuição de renda, gasto em consumo e investimento, crescimento econômico, etc. Com base nas análises de acoplamento bibliográfico e co-citação, sugere-se a identificação de três grupos principais nesta literatura. Assim, espera-se contribuir para a organização da literatura sobre o tema, a fim de facilitar a comunicação entre os autores e também elaborar e examinar novas hipóteses de trabalho para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Financeirização; Economia heterodoxa; Macroeconomia; Bibliometria; VOSViewer

FINANCEIRIZAÇÃO E OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS TEÓRICOS E AS “REFORMAS DE MERCADO” NO CASO BRASILEIRO

Lucas Bressan de Andrade (UNICAMP); Lucas Prata Feres (UNICAMP)

As condições do desenvolvimento econômico, entendido em suas abordagens clássicas do período do pós-guerra, sofreram grandes mudanças com as transformações recentes na forma de organização do capitalismo global. O capitalismo financeiro que emerge resulta de uma combinação entre a financeirização do regime de acumulação, que impacta a relação capital-trabalho de forma desfavorável aos trabalhadores, a globalização da produção e da finança, que reordena os fluxos globais de mercadorias e capitais, e o neoliberalismo, que coloca o Estado a serviço do capital e promove a liberalização dos mercados. Este trabalho procurará mostrar, a partir de uma discussão sobre a financeirização e seus mecanismos, como essas transformações significaram uma regressão do desenvolvimento em dois sentidos clássicos das teorias do desenvolvimento: como maior homogeneidade social e como evolução da estrutura produtiva nacional. Por um lado, as características do capitalismo financeiro promovem maior desigualdade e heterogeneidade social nos países considerados desenvolvidos; por outro, dificultam a adoção de políticas desenvolvimentistas nos países subdesenvolvidos, especialmente para aqueles que aderiram de forma irrestrita às tendências de liberalização. O Brasil, em particular, adotou rapidamente as características do capitalismo financeiro a partir das “reformas de mercado” que promoveu ao longo da década de 1990 e manteve nos anos 2000.

Palavras-chave: Financeirização; Globalização; Neoliberalismo;
Desenvolvimento econômico

ELEMENTOS PARA COMPREENDER A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NOS EUA A PARTIR DA FINANCEIRIZAÇÃO DE EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS

Mateus Ubirajara Silva Santana (UNICAMP); Erica Patente Nascimento (UENP); Ana Lúcia Gonçalves da Silva (UNICAMP)

O presente artigo se propõe a relacionar o processo de financeirização de empresas não-financeiras à concentração de renda, particularmente nos Estados Unidos, no contexto da mundialização financeira. Partindo do conceito da lógica da maximização do valor ao acionista, que passou a orientar a gestão da grande corporação capitalista a partir dos anos 1980, o artigo tem como objetivo evidenciar como a introdução desse mecanismo provocou mudanças na estrutura e formação de renda no interior das empresas. Segundo diversos teóricos da financeirização, a busca pela maximização do valor acionário tendeu a beneficiar fundamentalmente dois atores: os acionistas, por meio do aumento do pagamento de dividendos, e os alto executivos, que, em convergência aos interesses dos shareholders, têm seus rendimentos ampliados por meio dos altos salários pagos e da posse de stock options. Por outro lado, os demais trabalhadores estariam sendo prejudicados pelas políticas de reestruturação produtiva, com foco no corte de custos (mediante o processo de flexibilização e precarização das condições de trabalho).

Palavras-chave: Financeirização; Governança corporativa; Maximização do valor ao acionista; Concentração de renda

O BANCO DOS BRICS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE AS ASSIMETRIAS DO SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL: APRECIACÕES PRELIMINARES

**Fábio Henrique Bittes Terra (UFABC); Larissa Naves De Deus (UFU);
Bruno De Conti (UNICAMP)**

Este artigo objetiva analisar os possíveis desdobramentos da criação do Banco dos BRICS - aprovada na V Cúpula dos BRICS, em março de 2013, na África do Sul e efetivada na VI Cúpula, realizada no Brasil em 2014, que o criou com o nome de Novo Banco de Desenvolvimento. Especificamente, e considerando-se a breve existência do Banco, tenta-se examinar se a criação deste Banco pode atuar no sentido de, por um lado, aumentar o poder e influência globais dos países do grupo e, por outro lado, amenizar os problemas advindos das assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional, representados, sobretudo, pela hierarquia das moedas, que torna as moedas dos países emergentes não conversíveis em âmbito internacional. Para tanto, o artigo tem como base o referencial teórico de Keynes, discutindo a importância da moeda no sistema econômico, e o referencial pós-keynesiano, que trata das assimetrias existentes no sistema financeiro e monetário internacional. Salienta-se, contudo, que o Banco dos BRICS foi criado bastante recentemente e que seu funcionamento ainda não é pleno, tampouco bem estruturado, este artigo tem um caráter especulativo inicial, o que lhe permite contribuir no sentido de pensar suas possibilidades de atuação e as consequências de sua existência.

Palavras-chave: BRICS; Assimetrias monetária e financeira; Hierarquia das moedas

SUPERÁVITS EXTERNOS E A EXPORTAÇÃO DE DIVISAS COMO IMPERATIVO DEFENSIVO-OFENSIVO PARA O DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Fernando Amorim Teixeira (UFRJ)

A China vem sendo objeto de estudo de especialistas em diferentes áreas nos últimos tempos. No âmbito da economia política internacional, no entanto, pouca atenção se dá à sua gestão dos superávits em moeda estrangeira como estratégia defensiva-ofensiva, como propõe esse artigo. Considera-se aqui que Fundos de investimento externo com diferentes constituições e fins foram criados nos últimos anos para lidar com essa realidade, sendo estes produtos da estrutura sistêmica, do papel do dólar, dos déficits e superávits das contas externas e que, tais Fundos, dialogam com um ponto central da estratégia chinesa: seu controle cambial. Desta forma, propõe-se demonstrar que, para além dos instrumentos diretos de controle de câmbio, a China se utiliza de expedientes próprios para manter, reinvestir e reciclar o excesso de dólares oriundos dos seus volumosos superávits.

Palavras-chave: Fundos chineses; Gestão de divisas; Hierarquia de moedas; Globalização financeira

O PROCESSO DE ENDOGENEIZAÇÃO DO DINAMISMO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS: UMA ANÁLISE DA DECOMPOSIÇÃO ESTRUTURAL DA PRODUÇÃO DE 1996-2009

Caroline Miranda Brandão (UNICAMP); Caroline Giusti de Araujo (UNICAMP); Antonio Carlos Diegues (UNICAMP)

O trabalho tem como objetivo analisar a mudança no modelo de crescimento econômico chinês de export-led growth para demand-led growth. Avalia-se que esta mudança foi direcionada pelo Estado em busca de internalizar o centro do dinamismo econômico. Dessa forma, buscou-se relacionar e refutar algumas teorias de crescimento econômico com o processo em vigência na China. Além disso, utilizou-se o instrumental insumo-produto buscando avaliar quais os principais propulsores, dentre os componentes da demanda final, da variação na produção setorial. Os resultados mostraram-se condizentes com a literatura ao apresentar que o consumo passou a estimular mais a variação na produção setorial que as exportações para os períodos 1996-2000, 2001-2005 e 2006- 2009. Além disso, a formação bruta de capital fixo apresentou-se como variável importante no processo o que está em conformidade a literatura. Desta forma, conclui-se que o país está, de fato, redirecionando seu modelo de crescimento econômico em busca de tornar as variáveis da demanda agregada junto ao incentivo de setores inovadores, sua força motriz.

Palavras-chave: Crescimento econômico; Matriz insumo-produto; China

SUMMERS DEPOIS DE HANSEN? COMPARAÇÃO DAS EXPLICAÇÕES CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS ACERCA DA ESTAGNAÇÃO NAS ECONOMIAS AVANÇADAS

Assilio Luiz Zanella de Araujo (UFRGS)

O presente artigo apresenta e compara as explicações convencionais e não convencionais acerca da estagnação nas economias avançadas. Enquanto as primeiras atribuem a insuficiência crônica de demanda à uma nova rigidez das economias, o keynesianismo-estruturalista a considera resultado da implementação das políticas econômicas neoliberais e da destruição das instituições do período pós-Segunda Guerra. A explicação marxista em tela, ainda que não negligencie o impacto negativo destas políticas, enxerga esse problema como decorrente da formação dos grandes oligopólios internacionais. Em virtude das semelhanças e possível complementaridade, consideramos que uma maior aproximação entre as correntes keynesiano-estruturalista e marxista seria benéfica a ambas.

Palavras-chave: Estagnação; Explicações convencionais; Marxismo; Keynesianismo-estruturalista

O DEBATE ENVOLVENDO O EFEITO ACELERADOR NA CONTROVÉRSIA SOBRE O MODELO DO SUPERMULTIPLICADOR SRAFFIANO

Vivian Garrido (UEL); Franklin Serrano (UFRJ)

O trabalho discute os requisitos teóricos para o ajustamento da capacidade produtiva à tendência da demanda, no contexto do modelo do supermultiplicador sraffiano, através de sua controvérsia na literatura, que girou basicamente em torno da hipótese de acelerador rígido. Para alguns isto implicaria em contínua plena utilização da capacidade, requerendo que a demanda se ajustasse à capacidade. Para outros, implicaria em excessiva sensibilidade do investimento à demanda, gerando instabilidade. Desenvolvimentos recentes, no entanto, confirmam que não há suposição de acelerador rígido, sendo o modelo plenamente compatível com o acelerador flexível e atendendo às condições de crescimento liderado pela demanda.

Palavras-chave: Demanda efetiva; Acelerador; Supermultiplicador

REVISÃO PÓS-CRISE DO NOVO CONSENSO MACROECONÔMICO: MAIS DO MESMO?

**Paulo José Saraiva (UFRRJ); Luiz Fernando de Paula (UERJ);
André de Melo Modenesi (UFRJ)**

O presente artigo efetua uma crítica à revisão do Novo Consenso Macroeconômico feita por economistas do mainstream desde a crise de 2007-08 a partir de uma abordagem pós-keynesiana. Para tanto, inicialmente são analisados os elementos teóricos que foram reafirmados pelos autores do Novo Consenso e na sequência são avaliadas as propostas de flexibilização do regime de metas de inflação e outras mudanças de política econômica proposta. Finalmente conclui-se que a essência da visão ortodoxa foi mantida e as propostas de mudança não significam uma mudança no paradigma teórico convencional, na medida em que corresponde “mais do mesmo”.

Palavras-chave: Novo Consenso Macroeconômico; Política monetária; Economia pós-keynesiana

CIRCUITO DO CAPITAL E EMISSÃO MONETÁRIA: UMA INTERPRETAÇÃO MARXISTA

Giliad de Souza Silva (UNIFESSPA);

Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho (UFRGS)

O tema monetário é central na teórica econômica iniciada por Marx. A partir da década de 1970, a teoria do dinheiro de Marx tornou-se o principal objetivo de pesquisa de diversos autores marxistas. Muito embora este seja uma situação evidente, a análise da articulação entre emissão monetária pelos bancos comerciais e o circuito de acumulação de capital aparenta-se enquanto um quadro de insuficiência teórica. Desenvolver este tema é o objetivo central deste artigo. A hipótese fundamental é que a acumulação de capital moderna baseia-se em um sistema cuja conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito. Conclui-se que, se por um lado, o sistema bancário precisa de rentabilizar, mediante spread bancário e taxas de serviços (o que força os bancos a emitir sistematicamente crédito monetário), por outro, a acumulação, concorrência e rotação do capital funcionante é dependente dos bancos. Ou seja, a emissão de dinheiro de crédito pelo sistema bancário depende e condiciona a acumulação do capital funcionante.

Palavras-chave: Dinheiro de crédito; Emissão monetária; Concorrência bancária

EVOLUÇÃO DA REGULAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PÓS-KEYNESIANA

Joseli Fernanda Nappi (UNICAMP); Simone Silva de Deos (UNICAMP)

Ana Rosa Ribeiro de Mendonça (UNICAMP); Olívia Maria Bullio Mattos (SFC)

O objetivo deste trabalho é investigar a estrutura regulatória do sistema bancário brasileiro no período que precede a adoção das normas internacionais propostas pelo Comitê de Basileia no país, em 1994. Para o seu desenvolvimento foi realizada, além de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental direta, através da análise de documentos oficiais do Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Comitê de Basileia. A partir da pesquisa pode-se concluir que no início da década de 1990 – isso é, antes da alteração do quadro regulatório – a rede de segurança do sistema bancário brasileiro contava com operação de redesconto e depósito compulsório, com seguro de depósito e regras rígidas para o saneamento das instituições do setor. Com relação às normas prudenciais, o licenciamento das instituições financeiras era feito a partir de critérios objetivos; o setor operava sob regras acerca do grau de alavancagem e um índice de imobilização do seu patrimônio líquido. Além disso, contava com um órgão normativo máximo e sua supervisão era realizada pelo Banco Central. Enfim, o sistema bancário brasileiro contava com um aparato complexo e institucionalmente adequado. Basileia foi introduzida no Brasil na esteira do movimento internacional e no momento de mudanças estruturais profundas na organização do sistema financeiro brasileiro, que visaram à redução da participação direta do Estado no setor, bem como a sua maior abertura externa.

Palavras-chave: Sistema bancário brasileiro; Regulação de liquidez; Acordos de Basileia; Redes de segurança

STRUCTURAL ANALYSIS OF THE EUROZONE BANKING SYSTEM IN THE PERIOD OF THE SOVEREIGN DEBT CRISIS

Henrique Teo (UFRRJ)

The sovereign debt crisis, which hit Europe as a consequence of the 2008 crisis, had a very clear geographical delimitation, having affected mainly the southern economies. This fact rekindles the debate on the relationship between heterogeneous economic spaces, particularly regarding to the perspectives for reaching the balanced growth and reducing regional disparities in the context of an increasing process of financialization of the world economy. The aim of this study is to analyze the role of the banking system in defining the regional particularities of the European debt crisis. The analysis is based on the hypothesis that assets located or issued in peripheral regions/countries are subjected to a relatively higher liquidity preference, with negative effects on the pace of investment and, consequently, on the level of the regional economic growth. The methodology consists in a structural analysis balance sheet based. Banks are sorted out into classes of specialization, size and location, following a cluster analysis, for the periods before and after the 2008 crisis, in order to identify patterns of balance sheet. The results indicate evidence of distinct patterns of balance sheet linked to specifics geographical spaces, suggesting the need for a monetary policy with regional concerns.

Palavras-chave: Regional development; Liquidity preference; Banking system

LIDANDO COM A HIERARQUIA DE MOEDAS: NOTAS SOBRE O SISTEMA DE PAGAMENTOS EM MOEDA LOCAL BRASIL-ARGENTINA

Felipe Nogueira da Cruz (UNICAMP)

O artigo discute o convênio celebrado no ano de 2008 entre Brasil e Argentina que permite o uso de moedas locais nos pagamentos e recebimentos relacionados às atividades de exportação e importação entre os dois países: o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). Trata-se de uma política voltada ao enfrentamento de um dos dilemas da hierarquia monetária no plano internacional, visto que, ao reduzir o uso de divisas na liquidação das trocas de mercadorias, ela diminui custos de transação e a eventual necessidade de crédito em moeda estrangeira, podendo atenuar os efeitos do ciclo de liquidez internacional sobre o comércio bilateral. Apesar de não apresentar resultados expressivos, com baixa participação no intercâmbio total entre 2008 e 2017, verifica-se a importância desse sistema de pagamentos alternativo, o qual compreende uma primeira linha de defesa contra as crises financeiras mundiais que eventualmente possam afetar a periferia. Ademais, tal iniciativa constitui um passo importante no desafio de coordenação macroeconômica no Mercosul.

Palavras-chave: Hierarquia de moedas; Comércio entre países periféricos; Mercosul; Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

A NEW TIME FOR CAPITAL CONTROLS? A COMPARISON BETWEEN NEW WELFARE ECONOMICS AND MINSKIAN DEVELOPMENTALISM

Pedro Perfeito da Silva (CEU); Joana Búrigo Vaccarezza (UFRJ)

O presente artigo discute as implicações de duas teorias que defenderam a reorganização dos fluxos financeiros internacionais após a crise financeira global de 2007 – New Welfare Economics e Minskian Developmentalism – para o tema do desenvolvimento econômico. Além das sugestões de políticas, tais teorias são comparadas em torno de ideias fundamentais, interesses baseados em classes e alianças internacionais com o objetivo de entender as diferentes agendas em termos de governança global, instrumentos e objetivos de política. Além disso, o artigo apresenta como diferentes teorias de desenvolvimento se posicionaram frente à questão da mobilidade de capital durante a ordem de Bretton Woods e a posterior globalização.

Palavras-chave: Mobilidade de capital; Teorias do desenvolvimento; Controles de capital

OS LIMITES DA POLÍTICA FISCAL EM SISTEMAS MONETÁRIOS SOBERANOS

Enzo Matono Gerioni (UNICAMP); Nikolas Schiozer (UNICAMP);
Julia Alencar Omizzolo (UNICAMP)

Países com plena soberania monetária possuem amplo controle sobre a realização de políticas macroeconômicas domésticas. Isso não significa, no entanto, que políticas fiscal e monetária não encontrem qualquer tipo de limitação além da oposição política. A inflação, fenômeno sistêmico que afeta as economias capitalistas desde o pós-guerra, pode ser uma importante delimitação do raio de manobra para governos que procuram sustentar altos níveis de emprego. Portanto, este trabalho buscou contemplar diferentes cenários teóricos que relacionam gastos deficitários do governo com diferentes categorias de inflação.

Palavras-chave: Soberania monetária; Inflação; Gastos do governo



Área 7. Capitalismo, Espaço e Meio Ambiente



A PERMANÊNCIA DO PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE MANTENA (MG)

Sara Nascimento de Oliveira (UFF); Nazira Camely (UFF)

O Brasil não resolveu o problema agrário, nem pode resolvê-lo nos marcos do capitalismo e por razões que podem ser compreendidas historicamente é um dos países que tem a maior concentração de terras do mundo. As famílias camponesas encontram-se no centro de um problema crucial para o país que se arrasta há cinco séculos: A questão agrária brasileira. O Estado é a expressão do poder agroindustrial, o qual exerce pressão política e financeira e direciona as políticas públicas para o seu benefício, desprezando o papel social exercido por aqueles que da terra vivem e produzem, não só para si, mas como os principais responsáveis pela produção de alimentos do país. Neste trabalho nosso objetivo é procurar, a partir de uma pesquisa com famílias camponesas do Município de Mantena (MG), relacionar o problema mais amplo (o agrário/nacional) como o que explica, a partir de nossa compreensão, a situação de penúria que vivem as famílias de Mantena pois os problemas por elas enfrentados são bastantes semelhantes daqueles que milhões de famílias – que vivem e se reproduzem, precariamente, no campo no Brasil.

Palavras-chave: Questão agrária Brasileira; Problema agrário; Poder agroindustrial; Família camponesa

FINANCEIRIZAÇÃO DAS COMMODITIES E PADRÕES ESPACIAIS DE ACUMULAÇÃO E DOMINAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA APROPRIAÇÃO E CONFLITOS PELA TERRA NO BRASIL

Fernando Michelotti (UNIFESSPA); Hipólita Siqueira de Oliveira (UFRJ)

A análise das dinâmicas econômicas, políticas e espaciais decorrentes da predominância da acumulação financeirizada no capitalismo mundial contemporâneo impõe desafios teóricos e metodológicos que permitam evidenciar suas implicações nos distintos padrões nacionais e regionais de acumulação e dominação. Este artigo se propõe a analisar como as relações entre essas dinâmicas mais gerais e a ação de agentes econômicos e políticos vinculados ao setor de commodities dominam e produzem espaços regionais e, por conseguinte, conflitos territoriais. A análise centra-se em três aspectos interligados. Em primeiro lugar, nas relações entre a existência de uma complexa rede de mecanismos de apostas financeiras no mercado de commodities e o chamado acaparamento de terras, entendido como processos de transferência de controle político de terras em larga escala, sob os imperativos da acumulação de capital. Em segundo lugar, nas relações entre a expansão da produção e exportação de commodities no Brasil e as estratégias de acumulação nacional, resultantes das capacidades das frações que compõem o bloco no poder de impor suas agendas políticas e econômicas em escalas nacional e regional. Por fim, nas relações entre essa dinâmica de acumulação e o fortalecimento do controle territorial via atualização de um pacto latifundiário, especialmente, nas diferentes regiões produtoras de commodities, agravando a luta pela terra e os conflitos agrários.

Palavras-chave: Financeirização; Commodities; Conflitos agrários

AMARGO AÇÚCAR: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA EM SERGIPE

Francielle do Nascimento Santos (UFS); Hellen Alves Sá (UFS)

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da expansão contemporânea do agronegócio da cana-de-açúcar em Sergipe, nos últimos 15 anos. Tal processo vem se caracterizando pela intensificação da produção em áreas já tradicionais desse cultivo, mas também pelo domínio da produção canavieira em municípios que até então mantinham diversificada produção agrícola. Foram pesquisados os dados de produção agrícola bem como indicadores socioeconômicos dos dez municípios sergipanos com maior produção de cana no ano de 2015. Os resultados evidenciam que nestes municípios há uma elevada vulnerabilidade social, tanto em função dos indicadores de pobreza quanto de rendimentos. E em todos os lugares o principal motor dessa expansão no período analisado foi o aumento da área plantada. O estudo utilizou como principais procedimentos metodológicos a estatística descritiva e a revisão bibliográfica. Nesta buscou-se recuperar os atores da produção canavieira, a partir da contribuição do geógrafo Manuel Correia de Andrade, e discutir criticamente a modernização da agricultura e o agronegócio, dialogando com os processos de territorialização do capital e monopolização do território. Também se realizou um breve trabalho de campo, que possibilitou o confronto entre a retórica doce do desenvolvimento por parte dos usineiros e a observação das amargas condições reais de trabalho e de vida dos trabalhadores da cana. Nesse sentido, se considera pertinente questionar o desenvolvimento econômico, quando se considera a perspectiva estruturalista desse fenômeno que o associa ao aumento da produtividade e da renda dos trabalhadores empregados nos setores mais dinâmicos da economia.

Palavras-chave: Agronegócio da cana-de-açúcar; Desenvolvimento econômico; Sergipe

A REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO EM SEU SENTIDO SUBSTANTIVO NO DEBATE SOBRE AS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Mariana Reis Maria (UNICAMP); Paulo Sérgio Fracalanza (UNICAMP); Rosana Icassatti Corazza (UNICAMP)

Esse artigo tem como objetivo principal apresentar a redução do tempo de trabalho (RTT) no que aqui se denominou de sentido substantivo, inspirado pelo “sentido econômico substantivo”, proposto por Polanyi. A nosso juízo, em seu sentido substantivo, a proposta de RTT pode se apresentar como um importante vetor de mudança social e econômica que favoreça uma transição de nossa forma de organização social para um sistema mais sustentável, mais justo e com maior potencial emancipatório. Ademais, num mundo que está a ultrapassar as fronteiras planetárias, a concepção da proposta da RTT em seu sentido substantivo, que remete à ideia de que a humanidade precisa de um meio material que a sustente, fornece do ponto de vista lógico e discursivo o necessário contraponto com o sentido puramente “formal” da RTT, historicamente relacionado com as estratégias de competição, maximização e eficiência. Com base nessa discussão, numa segunda seção pretende-se resgatar a visão de três autores, Keynes, Russell e Lafargue, que defendem a RTT em seu sentido substantivo. Finalmente, uma última seção reúne três importantes autores da questão ambiental, Gorz, Jackson e Méda que, no debate sobre a transição para a sustentabilidade, dão especial destaque às medidas de redução do tempo de trabalho no rol das transformações sociais e econômicas necessárias para uma nova forma de organização do sistema econômico e social compatível com os limites biogeofísicos de nosso planeta.

Palavras-chave: Redução jornada de trabalho; Emancipação do trabalho; Mudanças climáticas

A RELEVÂNCIA SOCIOPOLÍTICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Daniel Jeziorny (UFBA)

O objetivo é iluminar a relevância sociopolítica do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) num contexto de crise capitalista. Isto, a luz de ideias que circundam distintas correntes teóricas que tomam lugar na seara do pensamento crítico acerca da forma de apropriação da natureza no capitalismo. Para tanto, são ligeiramente tangenciados pontos da Ecologia Política, da Ecologia Social, da Economia Ecológica e do Ecomarxismo, enquanto esforços teóricos que, em diferentes medidas, identificam a crise ambiental como aspecto de uma crise civilizatória.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Ecomarxismo; Ecologia política; Ecologia social; Economia ecológica

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E DEPENDÊNCIA NA AMAZÔNIA

Gilberto de Souza Marques (UFPA); Indira Cavalcante da Rocha Marques (UFPA); Wendell Magalhães (UFPA)

Atualmente ocorre uma produção de riqueza como nunca vista na história da Amazônia Legal brasileira. Esse montante de riqueza contribui para aumentar a autonomia da região, entendida em termos econômicos, mas particularmente de desenvolvimento social? Infelizmente, vivemos diante do dilema em que a crescente produção de valor tem reproduzido acentuadas contradições socioambientais. Constatamos a permanência de processos que reproduzem a dependência da região em relação a outras nações e a configuram como “moderna” colônia energético-mineral. Por outro lado, a resistência dos setores explorados e populares tem se conformado como uma esperança de transformação positiva desta realidade. Para responder às inquietações, partimos das definições que Karl Marx desenvolve para caracterizar a produção capitalista e a exploração do trabalho. Revisitamos ainda a Teoria Marxista da Dependência, da qual Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos são expressões das mais significativas. A noção de acumulação por espoliação de David Harvey também nos serve de referência. Incursões sobre produções do agronegócio e principalmente sobre a extração mineral são bases que abrigam a reflexão a partir das categorias conceituais que utilizamos.

Palavras-chave: Amazônia; Reprodução ampliada de capital; Dependência; Acumulação por espoliação

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, EFEITOS REGIONAIS E BUSCA DE ALTERNATIVAS: O OESTE CATARINENSE EM FOCO

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC)

O oeste de Santa Catarina sobressai no Brasil em carnes de suínos e aves. Não sem vínculos com as práticas dos colonizadores presentes na região desde o início do século XX, o principal sistema de produção subjacente ao destaque envolve a integração entre pequenos produtores rurais, responsáveis pela criação, e empresas de abate, processamento e comercialização. Dos anos 1980 em diante, estimuladas também pelas exportações, as maiores empresas, que são líderes no país, intensificaram a sua modernização, até investindo em outras regiões. Isso repercutiu no oeste catarinense, pois numerosos produtores rurais foram desligados dos vínculos com as empresas devido ao não preenchimento das novas exigências, resultando em abandono de áreas rurais, com migrações para cidades da região e outros destinos. Nesse contexto, em meio às iniciativas de diferentes famílias na busca de alternativas na própria região, ganhou visibilidade a agroindústria de pequena escala, de índole cooperativa e práticas solidárias, permeadas de ação coletiva e reciprocidade. Instituições e movimentos sociais tiveram participação nesse processo, como o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, em Chapecó, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palavras-chave: Mudanças produtivas; Agroindústria; Oeste catarinense; Reflexos regionais

A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO CONTEXTO DO “NOVO DESENVOLVIMENTISMO”

Renato Lima (UNICAMP); Rejane Gomes Carvalho (UFPB)

Este trabalho tem como principal objetivo analisar as características da economia nordestina e assinalar as desigualdades existente entre os estados que compõe a região, no período referente aos anos de 2002 a 2015. Para isso, as seções iniciais trazem uma discussão acerca das características do desenvolvimento econômico nacional e regional, marcadas desde a era desenvolvimentista até a fase mais recente com o “novo desenvolvimentismo”. Como principais resultados, observa-se que no período analisado, embora o Nordeste tenha apresentado um bom desempenho de seus indicadores sociais e econômicos, os investimentos produtivos não ocorreram na mesma intensidade entre os estados que o compõem. Esse comportamento é consequência do modelo de desenvolvimento capitalista conservador que se mantém, apesar do discurso político de integração. A região ainda apresenta alta desigualdade e é necessário enfrentar as dificuldades sociais e econômicas, principalmente em questões relacionadas à pobreza e às fragilidades persistentes nas atividades produtivas tradicionais e na fraca capacidade de geração de renda, fatores que podem contribuir na manutenção das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Nordeste; Desigualdades; Capitalismo

O SENTIDO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA FLUMINENSE E DESDOBRAMENTOS PARA A CRISE DE SUAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS: DESAFIOS ESTRUTURAIS DIANTE DA ESTRUTURA PRODUTIVA OCA

Bruno Leonardo Barth Sobral (UERJ)

Discutir recursos financeiros e reestruturação das finanças públicas é inócuo sem um olhar atento aos determinantes históricos e as especificidades do processo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Para seu correto enfrentamento, é fundamental que seja ampliada a reflexão regional e o debate sobre economia fluminense. No presente artigo, defende-se que o ajuste fiscal não é um pressuposto. A preocupação principal deve ser garantir a recuperação da economia, logo, evitar que o ajuste das contas públicas prejudique esse processo de retomada. Em particular, busca investigar as raízes de um problema estrutural de arrecadação tributária que se associa à debilidade de sua base econômica.

Palavras-chave: Desindustrialização; Economia fluminense; Ajuste fiscal



Área 8. Trabalho, Indústria e Sociedade



TRABALHO E SAÚDE EM SISTEMAS AGROALIMENTARES GLOBAIS: REFLEXÕES A PARTIR DA “AGENDA DO TRABALHO DECENTE” DA OIT

Valdênia Apolinário (UFRN); João Matos Filho (UFRN);
Thales Augusto M. Penha (UFRN); Letícia Amaral (UFRN)

Este artigo objetiva analisar as condições de saúde e de segurança ocupacional dos trabalhadores(as) na agricultura, com foco na cadeia global do melão produzido no Polo Açu-Mossoró, localizado no semiárido do Rio Grande do Norte/Brasil. O estudo toma por base a noção de trabalho decente preconizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde o ambiente de trabalho deve prezar pela segurança e saúde do trabalhador. A metodologia inclui uma revisão bibliográfica e documental sobre o tema no Brasil, com ênfase na agricultura, bem como a sistematização e análise de dados coletados em pesquisa de campo, precisamente visitas, entrevistas e seminários junto a importantes atores ligados ao Polo Açu-Mossoró nos anos de 2016 e 2017. No Brasil, a proteção à saúde do trabalhador foi elevada à categoria de Direito Fundamental pela Constituição Federal de 1988. Diante disso, cabe ao empresário dotar o ambiente do trabalho de condições seguras e salubres, o que é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e por um conjunto de instrumentos legais criados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre os quais se destacam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Normas Regulamentadoras (NRs – obrigações do contratante). Além desta base legal, também existe uma estrutura de fiscalização do ambiente do trabalho e de proteção social, em particular a previdência e assistência social, para o caso de acidente de trabalho (lesão, doença ou morte). Ademais, no caso específico da produção de melão no Polo Açu-Mossoró, este risco/dano varia consideravelmente conforme o tipo de produtor analisado - empresa privada de maior porte, agricultores independentes e/ou em assentamentos de Reforma Agrária, e ainda, conforme a divisão sexual dos postos de trabalho.

Palavras-chave: Saúde e segurança ocupacional; Meio ambiente de trabalho; Trabalho decente e gênero; Agricultura; Cadeia Global do melão Rio Grande do Norte

TRABALHO EXCEDENTE E EXCESSIVO DOS ASSALARIADOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: BRASIL (2002-2014)

Carlos Alves do Nascimento (UFU)

Este artigo objetiva apresentar os resultados de um trabalho de mensuração do contingente de assalariados explorados e superexplorados no Brasil, apoiado em uma metodologia particularmente sobre as condições de trabalho. Como uma proxy do valor de troca da força de trabalho, usamos o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE. O período de análise é o de 2002 a 2014, usando a PNAD/IBGE. Mesmo após mais de uma década de governo do partido dos trabalhadores, em que houve redução do contingente de superexplorados, registrava-se, em 2014, ainda elevada participação do tipo superexplorado na amostra analisada.

Palavras-chave: Superexploração; Valor de troca; Força de trabalho; Salário mínimo necessário

BRUXAS, DONAS DE CASA E TRABALHADORAS MULTITAREFAS: ANÁLISE DOS TRABALHOS REPRODUTIVOS NO CAPITALISMO AVANÇADO

Cristina Pereira Vieceli (UFRGS)

O objetivo principal do presente artigo é analisar, a partir da literatura feminista e marxista, os trabalhos reprodutivos dentro do sistema capitalista, em suas fases de ascensão e crise, destacando sua relação funcional com os trabalhos produtivos, com a divisão sexual do trabalho e com o exército industrial de reservas nos países de economia avançada. Os trabalhos reprodutivos possuem um papel particular dentro do sistema capitalista, já que são precarizados e relegados principalmente às mulheres, exercendo, por consequência, um papel de regulador dos salários da população ocupada no mercado. No período recente, a crise econômica e ascensão de políticas de ajustes neoliberais, refletem sobremaneira nas mulheres, já que sua força de trabalho é necessária tanto para provimento das famílias como também para o cuidado de pessoas.

Palavras-chave: Trabalhos reprodutivos; Capitalismo; Globalização

O PAPEL DOS FUNDOS DE PENSÃO NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS GOVERNOS DO PT

Mateus Ubirajara Silva Santana (UNICAMP); Paulo Sérgio Fracalanza (FACAMP); Lício da Costa Raimundo (UNICAMP)

Este artigo tem como principal objetivo analisar o papel dos fundos de pensão na estratégia de desenvolvimento econômico durante os governos Lula e Dilma (2003-2014), particularmente no que tange ao financiamento de atividades produtivas. Desde a candidatura de Lula em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) e importante parte do movimento sindical – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical – defendem a necessidade de expansão dos fundos de pensão e sua instrumentalização para o financiamento de investimentos em infraestrutura em apoio à formação de grandes grupos econômicos nacionais. A justificativa inicial apoiava-se no argumento de que, enquanto recursos previdenciários dos trabalhadores, tais fundos deveriam direcionar seus investimentos a atividades ligadas à produção em detrimento de atividades de perfil rentista. Tendo em vista essa promessa, pretende-se neste artigo investigar se, de fato, houve esforço por parte dos governos petistas em canalizar os recursos desses fundos para investimentos de infraestrutura e outras atividades ligadas à indústria e à produção.

Palavras-chave: Fundos de pensão; Financiamento; Desenvolvimento econômico; Atividades produtivas

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA: ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS E UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO PARA A PARCELA SALARIAL NO BRASIL (1995-2015)

Hugo Araujo Saramago (UFRJ); Fábio Freitas (UFRJ); Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ)

A ideia deste trabalho é de contribuir para o pouco explorado campo da distribuição funcional da renda, analisando a evolução da parcela salarial no Brasil a partir da desagregação da mesma em salário médio real, produtividade do trabalho e da relação entre os preços dos bens produzidos e dos bens de consumo dos trabalhadores. A partir dos dados da última referência do Sistema de Contas Nacionais (SCN), produziu-se de uma base de dados atualizada e compatível com as recomendações do último manual internacional de contas nacionais (SNA 2008) para os dados de renda e emprego até o ano de 1995. Esta foi obtida a partir do uso de uma metodologia que busca dar conta de estender a série oficial (disponível apenas até 2000) e elimina alguns problemas de medida relacionados à estrutura de emprego e produto. Após a produção desta base, foi feita uma análise exploratória dos dados para a economia brasileira. Constatou-se que entre 1995 e 2004 a parcela dos salários na renda apresentou uma trajetória secular de queda. A partir de 2004, a melhora nas condições macroeconômicas e do mercado de trabalho permitiu que a parcela salarial voltasse a crescer a partir de um expressivo aumento do salário real, o que foi contrabalançado por uma evolução dos preços relativos que permitiu que o crescimento dos salários pressionasse menos as margens de lucro.

Palavras-chave: Distribuição funcional da renda; Parcela dos salários na renda; Economia brasileira

OS IMPACTOS DA PEJOTIZAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA SIMULAÇÃO PAUTADA PELA REFORMA TRABALHISTA

Arthur Welle (UNICAMP); Flávio Arantes (UNICAMP);
Guilherme Santos Mello (UNICAMP); Pedro Rossi (UNICAMP)

O objetivo deste trabalho é analisar os impactos da reforma trabalhista na arrecadação de recursos para a seguridade social, em particular o financiamento da previdência social. O trabalho se inicia com discussão dos princípios gerais do financiamento da Seguridade Social e a evolução das suas fontes de receita. Em seguida, na seção 2, mostram-se como essas fontes de financiamento estão ligadas às diferentes categorias de emprego e, portanto, dependem da estrutura do mercado de trabalho. Já a seção 3 analisa a evolução da arrecadação da Previdência Social de 2008 a 2015 considerando as transformações recentes no mercado de trabalho. O impacto da reforma trabalhista na arrecadação da Previdência Social é analisado na seção 4 considerando os fenômenos da pejotização e da formalização. Por fim, a seção 5, constrói cenários para avaliação das perdas líquidas da Previdência Social com a reforma trabalhista a partir dos impactos da pejotização e da formalização.

Palavras-chave: Pejotização; Formalização; Previdência

CAPITALISMO INFORMACIONAL: FIM DA ERA INDUSTRIAL?

Larissa Santiago Ormay (UFRJ)

O artigo discute o conceito de indústria como momento de criação de valor no processo de acumulação de capital, conforme a obra marxiana. Considerando que o valor é criado de acordo com o tempo de trabalho de produção de mercadorias, investiga-se o enquadramento da informação enquanto mercadoria em contraponto à neoclássica categoria de bem. Por fim, observa-se como os direitos de propriedade intelectual têm produzido no mínimo um efeito de mercantilização sobre a informação e o conhecimento.

Palavras-chave: Capitalismo informacional; Indústria; Informação; Mercadoria; Propriedade intelectual

POLÍTICAS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO DE MÚLTIPLOS CASOS DO SETOR FARMACÊUTICO BRASILEIRO

Fernanda Steiner Perin (UFRJ); Julia Paranhos (UFRJ)

O objetivo do trabalho é identificar e avaliar as políticas e instrumentos de apoio à internacionalização de empresas farmacêuticas brasileiras de capital nacional. Diversos estudos têm apontado para a importância da internacionalização para o fortalecimento das empresas nacionais e aumento da competitividade dos países. A internacionalização se apresenta como uma forma de sobrevivência das empresas nacionais frente seus concorrentes multinacionais localizados no mercado doméstico e de diminuição da vulnerabilidade externa com o aumento das exportações, sobretudo, por meio do comércio intrafirma e da expansão de mercados. Particularmente para países em desenvolvimento, que mantêm significativo atraso tecnológico em relação aos países desenvolvidos, a internacionalização pode ter retornos positivos para a capacidade inovativa doméstica das empresas.

Palavras-chave: Indústria farmacêutica; Internacionalização; Inovação

CRÍTICA À VISÃO CONVENCIONAL DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DA MARX

Lucas Milanez de Lima Almeida (UFPB); Paulo Antonio de Freitas Balanco (UFBA)

O presente texto aborda a temática da desindustrialização mediante dois aspectos distintos, a saber, a definição e as causas do referido fenômeno. Estruturado em duas partes, a primeira aborda a definição, em si, da desindustrialização apresentada pela literatura consagrada, acompanhada da crítica à mesma e, como contraponto, apresenta a definição considerada por nós a mais adequada. Por outro lado, a segunda parte trata das causas da desindustrialização. Da mesma forma como adotada na primeira parte, são expostas, a esse respeito, as posições consagradas pela literatura tradicional, seguidas das críticas correspondentes e, por fim, apresenta a concepção que defendemos.

Palavras-chave: Desindustrialização; Progresso tecnológico; Capitalismo contemporâneo; Divisão internacional do trabalho

MUDANÇA ESTRUTURAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO SUPERMULTIPLICADOR SRAFFIANO: UMA ANÁLISE DE INSUMO-PRODUTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Felipe Moraes Cornelio (UFRJ); Fábio Freitas (UFRJ);
Maria Isabel Busato (UFRJ)

O objetivo deste trabalho é analisar a interação entre crescimento econômico e mudança estrutural à luz de uma versão multisetorial do Supermultiplicador Sraffiano, construído com base em modelos de insumo-produto dinâmicos. Tal procedimento resultou em uma versão do Supermultiplicador com setores hiper-verticalmente integrados – i.e. setores que, além dos bens finais, produzem sua cadeia de insumos e bens de capital. Nessa abordagem, o crescimento de longo prazo seria liderado pela demanda final autônoma composta por quatro gastos autônomos que não geram capacidade produtiva para o setor privado: exportações, gastos do governo, investimento público e residencial e consumo de bens duráveis. A aplicação deste modelo na economia brasileira foi obtida por meio da Matriz de Insumo-Produto para o ano de 2010, das Tabelas de Recursos e Usos no período (2002-2013) e dados das Matrizes de Absorção do Investimento (MAIs). Com este modelo foi possível simular trajetórias do valor bruto da produção para a economia brasileira em diferentes cenários de mudança estrutural e comércio exterior.

Palavras-chave: Crescimento liderado pela demanda; Supermultiplicador sraffiano; Matriz insumo-produto; Mudança estrutural

INDÚSTRIAS CRIATIVAS E AS CONDIÇÕES DE HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL: O CASO DAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS

Camila Lohmann Cauzzi (UFRGS)

Nos últimos anos, tem ganhado espaço na discussão sobre políticas públicas o estímulo às chamadas indústrias criativas, um grupo de setores que possui a criatividade e o conhecimento como principais insumos. Esse grupo de setores costuma utilizar tecnologias e está altamente ligado a economias baseadas no conhecimento e nos serviços. Nesse sentido, como pensar no estímulo às indústrias criativas em países que possuem estruturas produtivas de baixa produtividade e que não absorveram capacidades tecnológicas de maneira homogênea, como é o caso da América Latina? Uma aproximação teórica entre a teoria estruturalista do desenvolvimento e a literatura sobre indústrias criativas foi utilizada para investigar essa questão. A análise teórica indica que os países latino-americanos necessitam engajar-se em políticas tecnológicas e industriais mais amplas para permitir um espaço propício ao desenvolvimento das indústrias criativas, de modo a superar as condições de heterogeneidade estrutural observadas nessas economias. Contudo, análises empíricas, impossibilitadas pela ausência de bases de dados, ainda são necessárias para investigar essas relações de maneira mais profunda.

Palavras-chave: Indústrias criativas; Estruturalismo; Desenvolvimento econômico; Heterogeneidade estrutural; Economia criativa

TRADE ANALYSIS IN A VERTICALLY FRAGMENTED PRODUCTION STRUCTURE: EMPIRICAL CHALLENGES AND EVIDENCE

Marília Bassetti Marcato (UNICAMP); Carolina Troncoso Baltar (UNICAMP)

A fragmentação vertical da produção mudou a capacidade de analisar os padrões de especialização dos países, revelando a necessidade de usar métricas que incorporem o surgimento de cadeias globais e regionais de valor. Este artigo buscou utilizar medidas de comércio em valor adicionado para ilustrar os padrões de especialização dos países nas redes de produção verticalmente integradas. Em particular, o artigo buscou mostrar que as análises baseadas em estatísticas tradicionais, isto é, em fluxos de exportação brutos, podem ser enganosas em um cenário de especialização vertical. A partir dos dados da TiVA (OCDE-OMC), esse problema estatístico é apresentado, primeiramente, pela diferença entre exportações brutas e valor adicionado doméstico para países selecionados no período de 1995-2011. Em seguida, os saldos de comércio bilateral em termos de valor adicionado foram calculados, mostrando que déficits ou superávits comerciais são usualmente mal estimados quando analisados a partir dos dados tradicionais. Por fim, calculou-se o índice de vantagem comparativa revelada (RCA) em termos de valor adicionado, elaborado por Koopman et al. (2014), para ilustrar mais precisamente os padrões de especialização de um país e sua competitividade internacional em determinados setores. Ademais, outra contribuição deste artigo é mostrar que os países não necessariamente recorreram a uma maior parcela de valor-adicionado estrangeiro para alavancar sua competitividade internacional, mas essa possibilidade mostrou-se restrita a um seletivo grupo de países. Portanto, este artigo reforçou a necessidade de utilizar ferramentas de medição que englobem a realidade econômica cada vez mais complexa das cadeias globais e regionais de valor e possam orientar as discussões políticas.

Palavras-chave: Produção verticalmente fragmentada; Cadeias globais de valor; Padrão de especialização; Balança comercial bilateral; Competitividade internacional setorial

**Sessões de
Comunicações**

SUBDESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: A COMPREENSÃO ESTRUTURAL NO LIMIAR DA IDIOSSINCRASIA ECONÔMICA

Eduarda Moura Pereira (UFMG)

O presente trabalho objetiva-se a delinear uma compreensão do subdesenvolvimento latino-americano a partir de sua perspectiva estrutural e dependente. Para tanto, são recuperadas algumas das contribuições literárias à teoria do desenvolvimento, e estabelecidos os impedimentos estruturais – tanto econômicos, quanto sociais e internacionais – à superação da subordinação periférica. Nesse sentido, iniciaremos com uma explanação geral sobre a derrocada dos pressupostos clássicos no início do século XX, para em seguida examinarmos o aporte teórico concedido através da literatura do Imperialismo, da Teoria da Dependência, e da abordagem Cepalina, e suas significâncias na fundamentação das análises estruturais. Finalmente, faz-se um diagnóstico da especificidade dessas estruturas nos países dependentes, à luz da realidade brasileira, a fim de apreender o subdesenvolvimento em sua totalidade, para além das causalidades de natureza puramente econômica.

Palavras-chave: Dependência; Estrutura; Periferia; Subdesenvolvimento

ENTRE O REAL E O MONETÁRIO, A ORTODOXIA E A CRISE

José Marcos de Oliveira Redighieri (UFES)

A crise financeira de 2008, além de catastrófica para a economia mundial foi também, em muitos sentidos, devastadora para a ortodoxia econômica. A partir das experiências trazidas pela crise, conceitos canônicos do mainstream foram alvo de crítica e reflexão por parte de economistas inseridos dentro da própria tradição dominante. Tais economistas constataram, de maneira geral, insuficiências dessa corrente principalmente no que tange ao entendimento do sistema financeiro e quanto ao receituário de política econômica mais adequado ao capitalismo atual. Trabalha-se, neste artigo, a ideia de que a insuficiência explicativa do mainstream tem raízes na forma peculiar como essa teoria aborda a macroeconomia, a saber, através de uma divisão entre o “real” e o “monetário”. A partir desta observação sugere-se, com base na Economia Política, uma visão alternativa para o problema.

Palavras-chave: Crise; Política econômica; Finanças

PARADIGMAS ECONÔMICOS: NORMATIZAÇÃO DA VIDA E DA ORDEM SOCIAL

Eloah Fassarella (UFES); José Marcos de Oliveira Redighieri (UFES)

O presente trabalho visa aproximar os momentos de inflexão do pensamento econômico com as condições materiais mais amplas que estavam postas no contexto histórico em questão. A partir daí, busca-se questionar a hipótese de que apenas insuficiências metodológicas são capazes de sustentar mudanças de paradigmas dominantes. Levando-se em conta o aspecto normatizador da vida, pressupõe-se que a revolução científica acontece, na verdade, para enquadrar as vicissitudes da acumulação à ordem social. Além disso, procura-se fazer uma breve análise acerca do atual ambiente econômico e sua suscetibilidade à mudança paradigmática.

Palavras-chave: Ciência econômica; NORMATIZAÇÃO; Ordem social

QUESTIONAMENTOS ACERCA DA PRAXEOLOGIA DE LUDWIG VON MISES

Matheus Neves (UFES); Vitor Augusto Rocha Pompermayer (UFES)

Este artigo tem a intenção de expor as ideias de Mises no que diz respeito a sua praxeologia e sempre que possível elencar contrapontos teóricos que nos fazem ter uma melhor compreensão daquilo que serviu como base teórica para todo um argumento derivado desta teoria. O presente texto trará esses questionamentos acerca da seguinte maneira: após esta introdução serão feitas críticas quanto ao apriorismo da praxeologia de Mises, dando ênfase a seu aspecto dogmático. Depois disso serão feitas críticas internalistas à teoria miseana. Por fim, serão tecidos alguns questionamentos a respeito da sua ferrenha perseguição ao materialismo histórico, apontando problemas presentes dentro de sua teoria social derivada de sua praxeologia.

Palavras-chave: Mises; Praxeologia; Ação humana; Críticas internalistas

CIÊNCIA ECONÔMICA: UM INSTRUMENTO EM ESSÊNCIA?

Eloah Fassarella (UFES)

Este artigo tem como objetivo expor o desenvolvimento de um estudo acerca da compreensão do que é a ciência econômica a partir de aspectos filosóficos, metodológicos e históricos, para que seja possível traçarmos um paralelo quanto à sua funcionalidade para manutenção da ordem capitalista.

Palavras-chave: Ciência Econômica; Filosofia da Ciência; Paradigmas

O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES APLICADO NO RECORTE HISTÓRICO DE 1945-1955

Wires Alves dos Anjos (UFES)

Este artigo busca fazer um estudo da maneira que se deu a industrialização dos países componentes da América Latina, dando um enfoque especial para a do Brasil, direcionando-a tenazmente para um determinado período da história do nosso país. Isso é feito baseando-se em leituras de grandes obras voltadas para a investigação da economia brasileira, que vão desde a descoberta de nosso território até o momento final do século XX. Além disso, é colocado algumas contribuições próprias no que diz respeito a industrialização, baseada no Processo de Substituição de Importações, entre os anos de 1945 à 1955.

Palavras-chave: Processo de Substituição de Importações; setor externo; Divisão Internacional do Trabalho; Contradições; Atuação do Estado e planejamento

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO CARÁTER “CAPITALISTA” DO BRASIL COLONIAL

Vitor Augusto Rocha Pompermayer (UFES)

O presente artigo busca analisar se o Brasil colonial pode ser de fato considerado capitalista. Isto é, se a economia colonial se constitui dentro de um modo capitalista de produção. Para atingir esse objetivo será feita uma revisão bibliográfica dentre alguns autores da historiografia social e econômica brasileira para que os diferentes pontos e visões sejam ponderados. A análise será estruturada em três principais eixos: a questão do trabalho escravo, o caráter das empresas mercantis e o tipo de acumulação da economia colonial.

Palavras-chave: Capitalismo; Brasil colonial; Pré-capitalismo; Acumulação primitiva

AMÉRICA LATINA: INSERÇÃO INTERNACIONAL E ESTRUTURA DE PODER

Raphael Lobo Batista (UNILA)

O sistema mundial tal qual conhecemos hoje, tem em sua gênese o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, padrão de poder este que foi conformado junto a uma constelação de países: alguns centrais e outros satélites. A crença liberal promete que o mercado competitivo, por si só, possa ser inclusivo, gerando crescimento econômico com equidade. Entretanto, tais ideologias comentem o erro crasso de não analisar a particularidade da América Latina dentro desse complexo. O efeito natural do dinamismo do livre mercado, jamais dará conta de resolver os problemas do subdesenvolvimento e da dependência, ao contrário, o modo de produção capitalista tende a cristalizar essas determinações e utiliza-las em seu benefício como forma de acumulação. O objetivo deste artigo é estabelecer um breve apanhado sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina, sua inserção Internacional, passando pela sistemática divisão internacional e racial do trabalho e as estruturas de poder.

Palavras-chave: América Latina; Inserção; Capitalismo mundial

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: AVANÇOS CONCRETOS, RETROCESSOS IMINENTES

Lorena Passos de Souza (UFRB)

De longa data, a Educação Superior (ES) brasileira é marcada por um processo de estratificação social, dado o acesso restrito a uma população branca e elitizada. Todavia, a última década, vivenciou francos investimentos na ES que, em alguma medida, vem contribuindo para mudanças desse cenário. Posto isso, a questão central deste trabalho é averiguar a evolução do quantitativo de alunos na ES no Brasil, nos últimos anos, buscando entender os avanços presenciados no acesso a esse nível de ensino após as políticas de expansão implementadas pelo governo federal. Com efeito, averiguou-se pela análise descritiva dos dados da Pnad, dos anos de 2003-2015, o avanço do número de alunos nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas, da presença dos negros e pobres, e a expansão do ensino em regiões menos desenvolvidas, o que sinaliza para um processo, concomitante, de expansão e inclusão na ES.

Palavras-chave: Ensino superior; Expansão; Políticas públicas

CHEFIA FEMININA BRASILEIRA COMO INDICADOR DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL (1995-2015)

Taís Dias de Moraes (UNICAMP)

A Iniciação Científica aqui proposta pretende levantar os fundamentos, ou seja, os conceitos, pressupostos, hipóteses e resultados dos estudos sobre os domicílios chefiados por mulheres (DCMs), a fim de oferecer um estudo sobre a feminização da pobreza (FP) no Brasil entre os anos de 1995 e 2015, período de grande transformação socioeconômica no país. Os estudos acerca da feminização da pobreza, conceito definido pela estadunidense Diane Pearce em artigo publicado em 1978, voltam-se para as consequências da ausência de um homem que contribua para o provimento dos bens e serviços necessários em um lar/família para as mulheres e seus filhos e que conduziriam à concentração da pobreza no gênero feminino e à transmissão intergeracional da pobreza, atribuindo assim este fenômeno ao aumento do número de DCMs entre a população pobre. Uma vez que mulheres tendem a ocupar subempregos ou empregos relacionados a atividades domésticas, acabam recebendo uma renda menor, além disso, outras variáveis como relações de poder, saúde, escolaridade e distribuição do tempo devem ser levadas em consideração já que são importantes para medir a qualidade de vida entre homens e mulheres. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), nos dias atuais, há mais mulheres em condições de pobreza do que homens, e essa sobre-representação vêm aumentando na última década. Além disso, as relações de poder, saúde, escolaridade e distribuição do tempo podem ser variáveis muito mais importantes para se medir a qualidade de vida entre homens e mulheres do que somente o rendimento, uma vez que as mulheres trabalham durante mais horas do que os homens, em condições mais precárias, e, na média, pelo menos metade do tempo delas é gasto em atividades não remuneradas, como aquelas de caráter doméstico.

Palavras-chave: Pobreza; Feminização da pobreza; Domicílios chefiados por mulheres; Sobre-representação feminina da pobreza; Transmissão intergeracional da pobreza; Políticas públicas para mulheres

CRISE DE ACUMULAÇÃO EM UM GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES: O CASO DO PT

Bruno S. D. Lima (UFRRJ)

Tomando como referência o Estado ampliado, um momento de continuidade da teoria marxista do estado, e a estratégia da democracia de cooptação o objetivo desse artigo é conceber algumas considerações de como se deu a conciliação de classes que perdurou durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores. Além disso, é pertinente a este artigo aprofundar o entendimento de como ocorreu o esgotamento desta estratégia de aliança ao longo do governo petista. Para tanto, os treze anos do PT no poder foram divididos em dois momentos. O primeiro momento consiste no período Lula, onde há o crescimento que servira de base para a conciliação. Já o segundo momento equivale ao período Dilma, onde se observa uma crise de acumulação que auxilia no fim da estratégia de aliança e no acirramento da luta de classes.

Palavras-chave: Brasil; Crise de acumulação; Conciliação de classe

A EVOLUÇÃO DA FORMA DE REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NA UNIÃO SOVIÉTICA E SUA INFLUÊNCIA NA RETROTRANSIÇÃO 1917 A 1953

Laercio Eurich (CEUCLAR)

O presente artigo, sobre a retribuição do trabalho na União Soviética, é parte de uma investigação em andamento, do grupo de pesquisa Causas econômicas da retrotransição ao capitalismo na URSS, que tem como finalidade identificar as causas objetivas de retorno do capitalismo na URSS, tendo como fundamento a teoria da retrotransição (GERMER, 2016). Os soviéticos, devido as circunstâncias, adequaram uma forma de retribuição do trabalho herdada do capitalismo para fins socialistas, tendo como horizonte o comunismo, porém, em dado momento desse processo que vai de 1917 a 1953, onde a propriedade estatal foi sendo convertida em propriedade privada, quer dizer, quando se inicia o processo de retrotransição esta propriedade privada encontrou uma forma de remuneração dos trabalhadores, que lhe era propícia, contribuindo para o retorno do socialismo ao capitalismo e é o que se procurará expor a seguir.

Palavras-chave: Retrotransição; União Soviética; Salário

O PROCESSO DE SECUNDARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Lays Hesse (UFES)

A força de trabalho feminina na sociedade capitalista é subjugada e vista como secundária. No entanto, quando o sistema encontra dificuldade em manter sua reprodução, a mão de obra feminina é demandada. Este artigo visa discorrer sobre a secundarização da força de trabalho feminina. Dando enfoque aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, período de grande desenvolvimento da produção industrial norte-americana e expressiva expansão da oferta de trabalho.

Palavras-chave: Força de trabalho feminina; Divisão sexual do trabalho; Gênero; Mulher; Segunda Guerra Mundial; Estados Unidos

O DESEMPENHO COMERCIAL BRASILEIRO DE BENS AMBIENTAIS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS LISTAS DA OCDE E DA APEC

Matheus Cintrão (UNESP)

O objetivo deste trabalho é comparar o desempenho comercial brasileiro de bens ambientais com o mundo entre as listas da OCDE e da APEC de 2001 a 2016, por meio do cálculo do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), classificação de intensidade tecnológica e cálculo do Índice de Comércio Intraindústria (CII). Como resultados, observou-se que o Brasil desfrutou de maiores vantagens relativas, com destaque para o etanol, e com maior número de produtos com elevada intensidade tecnológica, pela lista da OCDE do que da APEC. Notou-se também que o Brasil realizou comércio interindustrial para todos os produtos com maiores IVCRs pela lista da OCDE. Tais resultados ressaltam os benefícios comerciais do etanol, que podem ser ofuscados por ser considerado produto agrícola, e apontam que uma liberalização via lista OCDE pode tornar o país especializado na exportação dos bens com maiores IVCRs e na importação de bens com baixas vantagens.

Palavras-chave: Bens ambientais; Indicadores de comércio; Lista OCDE; Lista APEC

ESTATUTO DA CIDADE E EMPREENDEDORISMO URBANO: A DISPARIDADE ENTRE LEGISLAÇÃO E PRÁTICA

Juliana Nalessio Leme (USP)

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre a disparidade entre as leis presentes na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei Federal no. 10.257/01) e a prática do empreendedorismo urbano, no âmbito das políticas urbanas no Brasil. Buscou-se entender o contexto da globalização, reestruturação produtiva e surgimento do empreendedorismo urbano, em uma perspectiva nacional e mundial e sobre como esses processos impactaram o cenário brasileiro na luta pelo direito à cidade, refletindo-se na ausência de efetividade dos Planos Diretores Municipais, o principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Palavras-chave: Estatuto da Cidade; Empreendedorismo urbano; Globalização; Reestruturação produtiva

CAMPESINATO E PROTAGONISMO FEMININO NAS LUTAS ANTICAPITALISTAS

Isabella Mendes (UFMG); Mariana Rettore (UFMG); Bruno Siqueira Fernandes (UFMG)

O presente trabalho busca tratar das questões relacionadas à luta pelo território partindo da Mulher Camponesa como agente crucial na disputa pelo uso comum da terra. O trabalho se baseia nos aportes feministas como fontes importantes para um debate do papel desempenhado pelas mulheres no contexto do território brasileiro. Esperamos com o trabalho fornecer aportes teóricos importantes para se pensar a questão da mulher no rural contemporâneo e do campesinato em suas particularidades e em suas convergências, principalmente no que diz respeito à luta camponesa.

Palavras-chave: Mulher camponesa; Uso da terra; Luta camponesa; Rural contemporâneo

O PAPEL DO BRASIL NA CONSTITUIÇÃO E NO FUNCIONAMENTO INICIAL DO BANCO DO SUL E DO BANCO DOS BRICS

Nicole Mourad Pereira (UNICAMP)

Em um contexto de fortes assimetrias econômicas internacionais, os países em desenvolvimento encontram na cooperação financeira mecanismos de enfrentamento das dificuldades advindas do fenômeno da globalização. Os Bancos de Desenvolvimento representam uma das formas de cooperação, atuando de forma adaptada às necessidades de convergência econômica e infraestrutura de determinadas regiões econômicas. A América do Sul é a região econômica abrangida pelo Banco do Sul, enquanto que o Banco dos BRICS (ou Novo Banco de Desenvolvimento) tem o caráter de ser inter-regional, permeando as regiões econômicas dos países membros (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Os dois bancos supracitados estão em processo de constituição ou de funcionamento inicial. O papel do Brasil como membro desses dois bancos é o objeto da pesquisa aqui proposta e será caracterizado tendo em mente a sua posição de protagonista na América do Sul, a sua participação no grupo dos BRICS e a sua mudança interna no cenário econômico-político entre o período de 2003 (início de uma política externa brasileira com uma opção sul-americana nas parcerias e um olhar voltado para os grandes países do Sul do mundo) e 2016 (período de mudanças no viés econômico e internacional brasileiro priorizando parceiros “tradicionais”).

Palavras-chave: América do Sul; Globalização financeira; BRICS; Bancos de desenvolvimento

O PRODUTO INTERNO BRUTO: LIMITES E PERSPECTIVAS DO INDICADOR NO BRASIL

Matheus Nienow (UNISINOS)

O objetivo do estudo é compreender as insuficiências do Produto Interno Bruto (PIB), especialmente no Brasil, enquanto indicador econômico. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica e foram consultados o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para indicadores do mercado de trabalho; o IBGE para dados de contas nacionais e diversos estudos e pesquisas; e o Banco Mundial para informações sobre a composição do PIB de economias nacionais. Como resultados, observou-se que o PIB sofre diversas limitações em sua metodologia de cálculo, inibe a presença de algumas variáveis, como o mercado de trabalho informal, e suas estimativas não indicam valores totalmente reais. Além disso, com a crescente participação do setor de serviços na economia, esse indicador torna-se cada vez mais complexo. Desta forma, orientam-se novas adequações ao agregado. Não obstante, este indicador não é suficientemente útil para determinar a adoção de políticas por si só. A complexidade do cenário econômico e a inabilidade em padronizar o indicador não permitem ao agregado uma justaposição tão próxima da realidade.

Palavras-chave: Agregados macroeconômicos; Contas nacionais; Produto Interno Bruto

HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL - 2004/2014

Fernanda Frota Correia Baeta Neves (UFRJ); João Vitor Silveira Pereira (UFRJ); Luiz Sylvio Hermida Alcantara de Almeida Baptista (UFRJ)

Segundo diversos autores, a heterogeneidade estrutural na economia brasileira é elevada, porém tem se reduzido nos últimos anos. Este artigo desenvolve um estudo sobre a heterogeneidade estrutural no país com um enfoque ampliado, considerando não apenas dados de produtividade, como também diversas informações sobre o mercado de trabalho, como níveis de informalidade, escolaridade do pessoal ocupado, acesso à previdência social e salário médio. São considerados 12 grandes setores econômicos, sendo a análise desenvolvida do ponto de vista intersetorial. Os resultados mostram uma melhora para os indicadores utilizados e confirma a redução da heterogeneidade estrutural nos anos 2004/2014, quando a economia mostrou, na maior parte do período, um comportamento relativamente favorável. É desenvolvida também uma análise multivariada, que identifica três grupos de setores com performances diferenciadas. Por outro lado, a primeira componente principal possui forte correlação positiva com todos os indicadores utilizados, podendo ser considerada como um indicador geral para a qualidade setorial em termos de produtividade e condições de trabalho. Os principais resultados do artigo confirmam, por um lado, a melhoria generalizada dos indicadores e, por outro, o elevado nível de heterogeneidade estrutural que ainda permanece no país.

Palavras-chave: Heterogeneidade estrutural; Desigualdade setorial; Economia Brasileira

AUGE E DECLÍNIO DA PRODUTIVIDADE DO CAPITAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES INDUSTRIAIS

Luísa Barcellos Zaniboni (UFF); Sávio Freitas (UFF)

O estudo propõe uma análise acerca das evoluções tecnológicas, observando o período das três revoluções industriais e quais foram as principais transformações socioeconômicas, juntamente com o avanço da capacidade humana em moldar a sociedade em que se vive. As grandes revoluções trouxeram modificações significativas no modo de vida como também nas relações existentes. Porém, tais mudanças também tiveram significativos impactos sobre questões como trabalho e a taxa de lucro, transformando não só as relações pessoais como também as relações de produção. Partindo do pressuposto que as relações econômicas tangem as escolhas da humanidade de forma geral, a hipótese baseia-se em observar os fatos sociais e econômicos que criaram e sucederam as duas grandes Revoluções Industriais e dessa forma estabelecer a ideia do esgotamento das forças produtivas do capital a partir da Terceira Revolução Industrial. Todas essas modificações, no entanto, nos apresentam a seguinte questão: há um esgotamento das forças produtivas e a sua manifestação apresenta-se com redução da taxa de lucro?

Palavras-chave: Produtividade; Esgotamento produtivo; Queda da taxa de lucro

OS PIONEIROS DO DESENVOLVIMENTO E A NOVA AGRICULTURA 4.0: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A PARTIR DO CAMPO?

Pietro Parronchi (UFABC)

O presente artigo tem por finalidade perpassar pelo arcabouço teórico apresentado pelos Pioneiros do Desenvolvimento a partir do fim da segunda grande guerra mundial e que estruturou a conceituação basilar da importância da complexidade; da conectividade; do encadeamento, no que tange a produção em uma sociedade em seu processo de desenvolvimento socioeconômico, para então confrontar tais apontamentos primordiais em um novo contexto de produção agrícola que emerge a partir do surgimento de novas tecnologias com potencial de provocar uma disrupção no que se entende por produção; formação de custos e preços; alocação de fatores produtivos; formação de capital e assim consequentemente, provocar desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico; Produção; Agricultura; Tecnologia; Complexidade

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA EM RUY MAURO MARINI: SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SUBIMPERIALISMO NA INTEGRAÇÃO CAPITALISTA MUNDIAL DA AMÉRICA LATINA

Gabriela Oliveira Rodrigues (UFRJ)

O objetivo central da monografia é analisar a Teoria Marxista da Dependência desenvolvida por Ruy Mauro Marini. Com base nesse referencial teórico, pretende-se entender o papel que a América Latina desempenhou no processo de acumulação capitalista mundial. Nesse sentido, argumenta-se que o processo de industrialização, observado na região após a crise 1929, modificou as bases da divisão internacional do trabalho, na qual antes a região era exportadora de bens primários e matérias-primas e importava bens manufaturados. Demonstra-se que, apesar de ter contribuído para a produção de bens que antes eram importados, a industrialização intensificou também desigualdades e aprofundou a dependência da região. Majoritariamente caracterizada pela presença do capital estadunidense em associação com a burguesia local e os governos autoritários que se instalaram na região, o desenvolvimento latino-americano (e o brasileiro, em especial) apresentou como elemento central a superexploração da força de trabalho, em linha com a tese defendida por Marini. Tomando por base as ideias de Marini, o trabalho também analisa as relações econômicas e políticas reproduzidas entre periferias e semiperiferias, que o autor denominou subimperialismo.

Palavras-chave: América Latina; Subdesenvolvimento; Dependência; Superexploração da força de trabalho; Subimperialismo; Ruy Mauro Marini

ÍNDICE REMISSIVO

ABREU, Alexandre	32	CATALDO, Bruna	136
AIDAR, Gabriela	99	CAUZZI, Camila Lohmann	191
ALCANTARA, Ariana Celis	140	CAVALCANTE, Carolina Miranda	41, 60
ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima	189	CHAISE, Mariana Falcão	51, 70
ALVES, Abrahão Rodrigues	32	CHERNAVSKY, Emilio	108
ALVES, Vítor	44, 63	CHIEZA, Rosa Angela	91
AMARAL, Letícia	181	CINTRÃO, Matheus	208
AMARAL, Marisa	123	CIPOLLA, Francisco Paulo	119
ANDRADE, Lucas Bressan de	152	CONCEIÇÃO, João Batista Santos	89
ANJOS, Wires Alves dos	200	CONSTANTINO, Rodrigo	42, 61
APOLINÁRIO, Valdênia	181	CONTI, Bruno De	154
AQUINO, Dayani Cris de	119	CORAZZA, Rosana Icassatti	172
ARANTES, Flávio	93, 186	CORNELIO, Felipe Moraes	190
ARAUJO, Assilio Luiz Zanella de	157	CORTE, Carla	146
ARAUJO, Caroline Giusti de	156	COSENTINO, Daniel do Val	35
ARAUJO, Paulo Henrique Furtado de	115, 122	COSTA, Ana Paula Vieira da	32
ARAUJO, Victor Leonardo Figueiredo	79	COSTA, Dereck Lima	32
Carvalho de	89	COSTA, Francis Hellen	32
AVILA, Róber Iturriet		COSTA, Jales Dantas da	145
BALANCO, Paulo Antonio de Freitas	189	CRUZ, Felipe Nogueira da	163
BALBINO, Tomás	32	CRUZ, Gleici Jane Sena	32
BALTAR, Carolina Troncoso	192	DECCACHE, David	90
BAPTISTA, Luiz Sylvio Hermida Alcantara	213	DEOS, Simone Silva de	161
de Almeida	121	DEUS, Larissa Naves De	99, 154
BARRETO, Eduardo Sá		DIAWARA, Hawa	105
BARROS, Gustavo	77	DIEGUES, Antonio Carlos	95, 156
BASTOS, Carlos Pinkusfeld	109	DWECK, Esther	93, 108
BASTOS, Talysson Benilson Gonçalves	81	ESPINOLA, Lourdes Arasy Benitez	105
BATISTA, Raphael Lobo	202	EURICH, Laercio	206
BERTELLA, Mário Augusto	82	FASSARELLA, Eloah	197, 199
BINS, Carlos Eduardo Escobar	43, 62	FELIPINI, André	151
BONA, Leandro	147	FERES, Lucas Prata	152
BORGES, Carolina Guinesi Mattos	32	FERNANDES, Bruno Siqueira	210, 32
BRAGA, João Pedro	129	FERNANDEZ, Brena Paula Magno	50, 69
BRANDÃO, Caroline Miranda	156	FERNANDEZ, Ramon Garcia	48, 67
BRASILEIRO, Juliana	40, 59	FERRAZ, Bruna	123
BUSATO, Maria Isabel	190	FERREIRA, Enzo	32
CAMELY, Nazira	169	FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen	143
CARDOZO, Soraia Aparecida	96	FILHO, Antonio Vogaciano Barbosa	36
CARNUT, Leonardo	142	Mota	
CARVALHO, Matheus Pedro de	32	FILHO, Eduardo Augusto de Lima	160
CARVALHO, Miguel Henriques de	94	Maldonado	
CARVALHO, Rejane Gomes	176	FILHO, Fernando Ferrari	104
CASTRO, Lucas Crivelenti e	85	FILHO, João Matos	181

FILHO, José Luiz Alcantara	140	MATTOS, Olívia Maria Bullio	161
FILHO, Luiz Alberto Marques Vieira	106	MEDEIROS, Carlos Aguiar de	185
FILHO, Marcelo Soares Bandeira de Mello	46, 65, 128	MELLO, Guilherme Santos	186
FILHO, Niemeyer Almeida	123, 130	MENDES, Áquilas	142
FRACALANZA, Paulo Sérgio	172, 184	MENDES, Isabella	210
FRANCESCINI, Rejane	91	MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de	161
FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto	118	MESQUITA, Lucas	39, 58
FREITAS, Antonio Albano de	97	MICHELOTTI, Fernando	170
FREITAS, Fábio	185, 190	MILAN, Marcelo	120
FREITAS, Sávio	214	MILÃO, Joana Veck	91
GARRIDO, Vivian	158	MODENESI, André de Melo	111, 159
GENTIL, Denise Lobato	138	MORAES, Taís Dias de	204
GERIONI, Enzo Matono	165	MORLIN, Guilherme Spinato	109
GERMER, Claus Magno	55, 74	MOUNTIAN, André Gal	141
GONÇALVES, Ricardo Carvalho	100	MOURA, Pollyanna Paganoto	118
GOULART, Maísa	48, 67	MUNGIOLI, Rafael Palma	134
GUEDES, Dyeggo Rocha	101	NAPPI, Joseli Fernanda	161
GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro	42, 61	NASCIMENTO, Carlos Alves do	182
GUIMARÃES, João Victor	129	NASCIMENTO, Erica Patente	153
GUIMARÃES, Leonardo	54, 73	NETO, Iderley Colombini	53, 72
GUMIERO, Rafael Gonçalves	37, 56	NETO, Luiz Moraes de Niemeyer	137
HESSE, Lays	207	NEVES, Fernanda Frota Correia Baeta	213
IMBIRUSSU, Erica	131	NEVES, Matheus	198
IRAMINA, Carlos Seizem	116	NIENOW, Matheus	212
JEZIORNY, Daniel	173	NOGUEIRA, Isabela	129
JÚNIOR, Geraldo Medeiros	144	NOGUEIRA, Mauro Oddo	110
LAVINAS, Lena	138	NUNES, Rodolfo Francisco Soares	80
LEME, Juliana Nalesio	209	OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de	93
LEON, Sabrina De	131	OLIVEIRA, Hícaro de Souza	111
LIMA, Bruno S. D.	205	OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de	170
LIMA, Renato	176	OLIVEIRA, Sara Nascimento de	169
LINS, Hoyêdo Nunes	175	OMIZZOLO, Julia Alencar	165
LUPORINI, Viviane	111	ORMAY, Larissa Santiago	187
MAGALHÃES, Wendell	174	OSLÉ, Marcos	147, 84
MAIA, Fágner	35	PAIVA, Claudio Cesar de	102
MALTA, Maria Mello de	52, 71	PALLUDETO, Alex Wilhans	151
MARCATO, Marília Bassetti	192	PARANHOS, Julia	188
MARIA, Mariana Reis	172	PARRONCHI, Pietro	215
MARIN, Solange Regina	48, 67	PASSOS, Luana	101
MARQUES, Gilberto de Souza	174	PAULA, Luiz Fernando de	159
MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha	174	PENHA, Thales Augusto M.	181
MARSIGLIA, Camila Rosalen	133	PEREIRA, Carla Curty do Nascimento	52, 71
MARTINS, Norberto Montani	107	Maravilha	
MARTINS, Thaine Silva	32	PEREIRA, Eduarda Moura	195

PEREIRA, João Vítor Silveira	213	SOBRAL, Bruno Leonardo Barth	177
PEREIRA, Larissa de Souza	110	SOUZA, Júlio César Oliveira de	78
PEREIRA, Nicole Mourad	211	SOUZA, Lorena Passos de	203
PEREIRA, Ohanna Larissa Fraga	98	SOUZA, Luciana	133, 146
PERIN, Fernanda Steiner	188	TAVARES, Hugo Rezende	139
POMPERMAYER, Vítor Augusto Rocha	198, 201	TEIXEIRA, Fernando Amorim	155
PREVIDELLI, Maria de Fatima Silva do Carmo	80, 81	TEIXEIRA, Rodrigo Alves	108
PUCHALE, Caroline	98	TELES, Raphael	132
RAIMUNDO, Lício da Costa	184	TEO, Henrique	162
RAMOS, André Paiva	103	TERRA, Fábio Henrique Bittes	104, 154
RAMUNDO, Lucas Di Candia	90	TORREZAN, Raphael Guilherme	102
RANGEL, Ediel Vieira	32	Araújo	
REDIGHIERI, José Marcos de Oliveira	196, 197	ULHÔA, Wander Marcondes Moreira	130
RETTORE, Mariana	210	VACCAREZZA, Joana Búrgio	164
RIBEIRO, Rodolfo G. A.	137	VALLE, Alex dos Santos	32
RIBEIRO, Valeria	127	VAN NOIJE, Paulo	94
ROCHA, Marco Antonio	117	VARGAS, Juliano	145
RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes	92	VELOSO, Gilberto Oliveira	98
RODRIGUES, Gabriela Oliveira	216	VIECELI, Cristina Pereira	183
RODRIGUES, Lucas	120	VILELLA, Caio Vinicius Fernandes	45, 64
RODRIGUES, Raphael	83	WELLE, Arthur	186
ROSSI, Caroline Gut	95	WERNER, Deborah	112
ROSSI, Pedro	93, 186	XAVIER, Lucas	32
RUAS, Rayane Priscila Werneck Dias	32	ZANIBONI, Luísa Barcellos	214
SÂ, Hellen Alves	171	ZERBINATTI, Ariana Stephanie	47, 66
SALUDJIAN, Alexis	84		
SANTANA, Mateus Ubirajara Silva	153, 184		
SANTOS, Dão Real Pereira dos	91		
SANTOS, Francielle do Nascimento	171		
SARAIVA, Paulo José	159		
SARAMAGO, Hugo Araújo	185		
SAWAYA, Rubens Rogério	135		
SCHIOZER, Nikolas	165		
SERRANO, Franklin	158		
SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da	153		
SILVA, Ana Maria Vicente da	144		
SILVA, André Américo da	32		
SILVA, Giliad de Souza	160		
SILVA, Lucas Falcão	49, 68		
SILVA, Pedro Perfeito da	164		
SILVEIRA, Fernando Gaiger	101		
SIQUEIRA, Álvaro Martins	38, 57		
SOARES, Danielle de Almeida Mota	82		

